

Luís Francisco Munaro
Rafael Sbegen Hoff
(Orgs.)

AMAZÔNIA COMUNICADA:

identidades amazônicas em
perspectiva comunicacional

Audiodescrição:

Capa vertical de livro acadêmico, com fundo em tom bege claro texturizado, remetendo a papel artesanal. A composição combina elementos fotográficos, ilustrações, grafismos e referências visuais à Amazônia e à comunicação. Na parte superior esquerda aparecem, em letras pretas, os nomes "Luís Francisco Munaro" e "Rafael Sbeghen Hoff", seguidos da indicação "(Orgs.)". No centro superior da capa encontra-se o título, em grandes letras maiúsculas: "AMAZÔNIA", em verde-escuro, com textura interna de folhagens, seguido de "COMUNICADA:", em tom marrom-avermelhado. Abaixo há uma linha horizontal fina e o subtítulo "identidades amazônicas em perspectiva comunicacional", em letras pretas, distribuído em duas linhas. Na região superior direita aparece uma representação estilizada da Amazônia em forma de rede, constituída por pontos interligados por linhas finas, sugerindo conexões, circulação de informações e comunicação no território. A metade inferior da capa apresenta uma paisagem amazônica. À esquerda, grandes folhas e formas de vegetação em diferentes tonalidades de verde enquadram a composição. Ao centro e à direita, vê-se um rio largo cercado por floresta, iluminado pela luz dourada de um pôr do sol. O céu apresenta tons alaranjados e acinzentados, enquanto o reflexo do sol se estende sobre a superfície da água. No primeiro plano, na parte inferior esquerda, há uma pessoa indígena vista de costas, sentada em uma pequena canoa de madeira e observando o rio. A pessoa possui cabelos longos e usa uma faixa na cabeça, com uma pena avermelhada, além de vestimenta com elementos trançados. A representação funciona como referência à presença dos povos originários e às identidades amazônicas. À direita da paisagem aparecem grafismos translúcidos relacionados à comunicação e conectividade: um símbolo de ondas de transmissão, ícones de diálogo e representação de pessoas conectadas. Esses elementos se sobrepõem discretamente à paisagem, estabelecendo uma relação visual entre território, sujeitos e comunicação. Na parte inferior, uma faixa de vegetação verde-escura encerra a composição. Centralizado sobre essa área está o logotipo colorido "Observatório edições", com símbolo gráfico formado por elementos geométricos nas cores azul, amarelo e verde, seguido da identificação da editora. Fim da audiodescrição.

Luís Francisco Munaro
Rafael Sbeghen Hoff
(Orgs.)

AMAZÔNIA COMUNICADA: identidades amazônicas em perspectiva comunicacional

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Revisão Textual: Luís Francisco Munaro
Publicado em: Setembro/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

A489

Amazônia comunicada : identidades amazônicas em perspectiva comunicacional / organização: Luís Francisco Munaro, Rafael Sbeghen Hoff. — Palmas, TO : Observatório Edições, 2026.

259 p.

Contém bibliografia

ISBN 978-65-977070-9-6

1. Comunicação social — Amazônia. 2. Identidade cultural — Amazônia. 3. Amazônia — Aspectos sociais. I. Munaro, Luís Francisco. II. Hoff, Rafael Sbeghen.

CDD 302.209811
CDU 316.77(811)
LCC P94.5.A43

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil



Conselho Editorial

PRESIDENTE

Prof. Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima
(UFRR), Brasil

Membros:

Prof. Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. Rafael Sbeghen Hoff
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Prof. Dr. José Tarcísio Oliveira Filho
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Profa. Dra. Tatiane Hilgemberg
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

Prof. Dr. Felipe Colar Berni
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

MUNARO, Luís Francisco; HOLF, Rafael Sbeghen (Orgs.). **AMAZÔNIA COMUNICADA: identidades amazônicas em perspectiva comunicacional**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 259 p. ISBN 978-65-977070-9-6

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. //*l*.
MUNARO, Luís Francisco; HOLF, Rafael Sbeghen (Orgs.). **AMAZÔNIA COMUNICADA: identidades amazônicas em perspectiva comunicacional**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026, p. xx-xx.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO / 13

EIXO 1 — MEMÓRIA E IDENTIDADES AMAZÔNICAS

Capítulo 1 - A MEMÓRIA YANOMAMI NO ACERVO DE REPORTAGENS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA DO INSTITUTO MISSÕES CONSOLATA / 21

Érica Patrícia Rodrigues Figueredo e Luis Francisco Munaro

Capítulo 2 - O CERIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA / 43

Afrânio Cardoso dos Santos e Luis Francisco Munaro

Capítulo 3 - MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE HAITIANOS MIGRANTES EM BOA VISTA/RR / 55

Bárbara Moraes da Costa de Souza e Luis Francisco Munaro

Capítulo 4 - O DESMONTE DO MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA: Protocolo de Museologia Digital Inclusiva como Resistência / 67

Pamella Thayanne de Freitas e Anderson dos Santos Paiva

Capítulo 5 - DEMARCAÇÃO DE TELAS: o Cinema de Jaider Esbell como Terceiro Espaço de Enunciação Decolonial / 87

Arthur Ivan Gadêlha Vilhena e Anderson Santos

Capítulo 6 - EMOÇÕES SOBREVIVENTES: O Pathosformel nas Representações Audiovisuais da Amazônia / 99

Isabella Castro Fernandes e Maurício Elias Zouein

EIXO 2 — NARRATIVAS MIDIÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Capítulo 7 - RECEPÇÃO E NOVOS FLUXOS DE COMUNICAÇÃO: Análise dos Conteúdos Compartilhados por Telespectadores via Aplicativo de Mensagens da Rede Amazônica / 123

Abigail Emanuely Reis Ferreira e Vângela Moraes

Capítulo 8 - NARRATIVAS DE UM CRIME: a Cobertura Jornalística do Caso 'Pangaré' pela Folha de Boa Vista (1993–1995) / 135

Bruna Dionísio Castelo Branco e Rafael Sbeghen Hoff

Capítulo 9 - AS MULHERES MIGRANTES NA COBERTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA VENEZUELA (2024): Uma Análise do Telejornal Local JRR1, em Roraima / 157

Ágata do Nascimento Macedo e Tatiane Hilgemberg | José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Capítulo 10 - PERFORMANCES EM CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS EM PERFIS DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NA PLATAFORMA INSTAGRAM / 179

Thaislla Carla Ribeiro da Silva e José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Capítulo 11 - JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA VERACIDADE: O Combate Investigativo à Desinformação Socioambiental na Amazônia Brasileira sob a Lente Pós-Fenomenológica / 205

Daniela Batista da Silva e Simão Farias Almeida

Capítulo 12 - QUANDO A IDENTIDADE VIRA GRADE: Migração, Fronteiras e Criminalização nas Narrativas Jornalísticas sobre Indígenas Warao e Yanomami em Roraima / 223

Tarsira Rodrigues e Maurício Elias Zouein

ÍNDICE REMISSIVO / 239

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 247

O amazonense Lúcio Fiuza, jornalista d' *A Palavra*, sugeria em 1932 que o "labor intelectual dos esforçados e aproveitados amazônidas" não encontrava ouvidos, morria nele mesmo, na solidão e acanhamento da província. A esse estado de coisas o jornalista chamou "terra das letras mortas". Os eventos que têm sido realizados pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, em Roraima (PPGCOM-UFRR), buscam vencer esse isolamento e "comunicar" os esforços amazônidas, disponibilizados em obras gratuitas e de fácil acesso. Esta "Amazônia Comunicada" que o leitor tem em mãos reúne parte da produção científica apresentada durante o VII Seminário Internacional Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos. Os doze capítulos traduzem, num conjunto multiforme, não obstante coerente, os trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores empenhados em compreender as

tramas de memória, identidade e comunicação que atravessam Roraima e a Amazônia.

Situada no extremo norte do país, Roraima constitui um território privilegiado para se pensar a comunicação como espaço de disputas e de reconstruções simbólicas. Neste estado convivem memórias indígenas ameaçadas de apagamento, fluxos migratórios haitianos e venezuelanos que redesenham a paisagem urbana de Boa Vista, instituições de memória fragilizadas e uma imprensa regional que, num só tempo, informa, silencia e constrói sentidos sobre os sujeitos que retrata. É a partir desse ambiente heterodoxo que foram gestados os textos aqui reunidos.

Para organizar a diversidade temática e metodológica, a obra foi estruturada em dois eixos que podem ser pensados de maneira complementar. O primeiro deles, intitulado "Memória, Patrimônio e Identidades Amazônicas", reúne capítulos voltados à investigação de acervos, rituais, instituições e produções audiovisuais como suportes de memória coletiva. O segundo, "Jornalismo, Narrativas Midiáticas e Representações", ajunta estudos que analisam como práticas jornalísticas e midiáticas constroem e por vezes distorcem representações sobre povos indígenas, migrantes e episódios de violência na região. Ainda que a fronteira entre os dois eixos não seja rígida, já que muitos capítulos dialogam simultaneamente com memória e mídia, a divisão busca oferecer ao leitor um percurso de leitura coerente.

EIXO 1 — MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADES AMAZÔNICAS

A Memória Yanomami no Acervo de Reportagens do Centro de Documentação Indígena do Instituto Missões Consolata, de Érica Patrícia Rodrigues Figueredo e Luís Francisco Munaro, abre a obra investigando o acervo de reportagens sobre o povo Yanomami reunido pelo Centro de Documentação Indígena (CDI) do Instituto Missões Consolata, único espaço criado em Roraima com a finalidade específica de preservar a memória indígena. Dialogando

com autores tão diversos como Pierre Nora e Davi Kopenawa, o capítulo discute em que medida o CDI se constitui como "lugar de memória" em um estado marcado pela escassez de arquivos e museus voltados aos povos originários.

O Desmonte do Museu Integrado de Roraima: Protocolo de Museologia Digital Inclusiva como Resistência, de Pamella Thayanne de Freitas e Anderson dos Santos Paiva, parte do enfraquecimento institucional do Museu Integrado de Roraima para propor uma reflexão sobre digitalização de acervos e democratização do acesso à cultura. Os autores distinguem a mera preservação técnica de um patrimônio digital efetivamente "ativado" e apresentam um protocolo de museologia digital inclusiva como estratégia de resistência diante do desmonte de instituições de memória na Amazônia.

O Cerimonial como Instrumento de Comunicação, Memória e Identidade na Universidade Federal de Roraima, de Afrânio dos Santos e Luís Francisco Munaro, examina como o cerimonial universitário, nele compreendidas colações de grau, posses e solenidades, expressa elementos memorialísticos e identitários que negociam múltiplos repertórios culturais e saberes amazônicos na UFRR. Ancorado em teorias do poder simbólico e da memória coletiva, o texto revela práticas híbridas que, ao mesmo tempo, abrem espaço à diversidade cultural e reproduzem hierarquias institucionais.

Memórias e Histórias de Vida de Haitianos Migrantes em Boa Vista/RR, de Bárbara Moraes da Costa de Souza e Luís Francisco Munaro, apresenta a construção de um acervo memorialístico sobre as trajetórias de migrantes haitianos residentes em Boa Vista, a partir de história oral temática. Situando a experiência haitiana no contexto histórico mais amplo da migração para o Brasil e para Roraima, o capítulo discute deslocamento, acolhimento e reconstrução identitária, contribuindo para o fortalecimento de políticas de memória e inclusão social.

Demarcação de Telas: o Cinema de Jaider Esbell como Terceiro Espaço de Enunciação Decolonial, de Arthur Gadêlha e Anderson Santos, analisa a obra cinematográfica de Jaider Esbell como espaço de enunciação decolonial, no qual a produção audiovisual indígena contemporânea rompe com representações externas e afirma uma narrativa autoral sobre os povos originários da Amazônia. O capítulo dialoga com pensadores como Homi Bhabha e Ailton Krenak para discutir o cinema indígena como prática de resistência e contra-colonialidade.

Emoções Sobreviventes: o Pathosformel nas Representações Audiovisuais da Amazônia, de Isabella Castro Fernandes e Maurício Elias Zouein, mobiliza o conceito de Pathosformel (fórmula do pathos), de Aby Warburg, para investigar como determinadas expressões corporais e emocionais atravessam o tempo e se reinterpretam em obras audiovisuais sobre a Amazônia. Ao analisar filmes como "Vida dos Taulipang na Guayana" (1911), "Por onde anda Makunaíma?" (2020) e "O Abraço da Serpente" (2016), o capítulo evidencia permanências e rupturas nas representações imagéticas da região.

EIXO 2 — JORNALISMO, NARRATIVAS MIDIÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Recepção e Novos Fluxos de Comunicação: Análise dos Conteúdos Compartilhados por Telespectadores por meio de Aplicativo de Mensagens da Rede Amazônica, de Abigail Reis e Vângela Moraes, inaugura o segundo eixo investigando como a recepção midiática gera novos fluxos comunicacionais, tomando como caso os telespectadores do telejornal "Bom Dia Roraima" que interagem com a Rede Amazônica via WhatsApp. Ancorado nos Estudos Culturais e de Recepção, o capítulo compreende o público não como receptor passivo, mas como sujeito ativo na produção de sentidos jornalísticos.

Narrativas de um Crime: a Cobertura Jornalística do Caso "Pangaré" pela Folha de Boa Vista (1993–1995), de Bruna Dionísio Castelo Branco e Rafael Sbegghen Hoff, revisita a cobertura do jornal Folha de Boa Vista sobre o caso "Pangaré", episódio que marcou o imaginário coletivo local na década de 1990. A pesquisa identifica estratégias discursivas e recursos de sensacionalismo empregados na construção da narrativa jornalística, discutindo como a imprensa regional constrói representações simbólicas da violência e de seus autores.

As Mulheres Migrantes na Cobertura das Eleições Presidenciais da Venezuela (2024): uma Análise do Telejornal Local JRR1, em Roraima, de Ágata do Nascimento Macedo, Tatiane Hilgemberg e José Tarcísio da Silva Oliveira Filho, analisa como o telejornal local JRR1 representou as mulheres migrantes venezuelanas no contexto da cobertura das eleições presidenciais da Venezuela em 2024. O capítulo problematiza as interseções entre gênero, condição migrante e cobertura jornalística regional, evidenciando os enquadramentos que atravessam a visibilidade midiática dessas mulheres em Roraima.

Performances em Conteúdos Audiovisuais em Perfis de Imigrantes Venezuelanos na Plataforma Instagram, de Thaislla Carla Ribeiro da Silva e José Tarcísio da Silva Oliveira Filho, volta-se às produções audiovisuais de imigrantes venezuelanos no Instagram como estratégias de presença e pertencimento em rede. Fundamentado em autores como Stuart Hall, o capítulo discute a identidade migrante como processo dinâmico e relacional, que se reconfigura nas performances digitais e nas negociações de visibilidade próprias das redes sociais.

Jornalismo e a Construção da Veracidade: o Combate Investigativo à Desinformação Socioambiental na Amazônia Brasileira sob a Lente Pós-Fenomenológica, de Daniela Batista da Silva e Simão Farias Almeida, examina, a partir da pós-fenomenologia, como o jornalismo investigativo brasileiro enfrenta

a desinformação socioambiental que afeta comunidades ribeirinhas vítimas de secas extremas na Amazônia. O capítulo mapeia estratégias de verificação empregadas pela imprensa e discute a disputa entre racionalidades econômica e socioambiental na cobertura da crise climática regional.

Quando a Identidade Vira Grade: Migração, Fronteiras e Criminalização nas Narrativas Jornalísticas sobre Indígenas Warao e Yanomami em Roraima, de Tarsira Rodrigues e Maurício Elias Zouein, encerra a obra investigando como narrativas jornalísticas associam, muitas vezes de forma estigmatizante, indígenas Warao e Yanomami a contextos de criminalização e insegurança. O capítulo discute a relação entre migração, fronteiras e sistema de justiça penal, evidenciando como a cobertura policial contribui para a construção midiática da identidade indígena como ameaça.

Lidos em conjunto, os doze capítulos que compõem esta obra não pretendem esgotar a complexidade das territorialidades e dos saberes amazônicos, mas oferecer contribuições situadas, que partem da experiência concreta de pesquisa em Roraima para dialogar com debates mais amplos sobre memória, identidade e comunicação. Espera-se que o conjunto aqui reunido estimule novas investigações e fortaleça o compromisso da universidade pública com a produção de conhecimento comprometido com os povos e os territórios amazônicos.

Boa Vista, 2026.

Os organizadores

EIXO 1 — MEMÓRIA E IDENTIDADES AMAZÔNICAS

A MEMÓRIA YANOMAMI NO ACERVO DE REPORTAGENS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO INDÍGENA DO INSTITUTO MISSÕES CONSOLATA

Érica Patrícia Rodrigues Figueredo
Luis Francisco Munaro

Este capítulo busca efetuar uma leitura, de caráter preliminar, do acervo de reportagens sobre o povo Yanomami no Centro de Documentação Indígena (CDI) vinculado ao Instituto Religioso Missões Consolata (IRMC), em Roraima. Fundado em 2012 pelo missionário italiano Carlo Zacchini, o CDI constitui o único espaço criado no estado com a finalidade específica de preservar a memória dos povos indígenas. A partir dos conceitos de Pierre Nora e das narrativas do líder yanomami Davi Kopenawa, o capítulo examina em que medida o acervo jornalístico do CDI opera como dispositivo de abrigo memorial, mapeando os periódicos de forma contextualizada e contribuindo para a preservação da história indígena em um estado marcado pela escassez de arquivos e museus públicos.

Antes de qualquer coisa, algumas palavras sobre Roraima, o estado com a maior população indígena do Brasil. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, mais de 29% dos habitantes declararam possuir origem indígena num universo de mais de 636 mil pessoas. Essa população distribui-se numa diversidade de povos, entre os quais os Yanomami que constituem o maior grupo com cerca de 32 mil pessoas (27 mil somente no território brasileiro) e que ocupam a maior terra indígena do país, 9,6 milhões de hectares na fronteira com a Venezuela. A relevância demográfica e a riqueza cultural contrastam com a escassa presença de espaços públicos voltados à preservação da memória indígena. O único local criado com essa finalidade específica é o já referido Centro de Documentação Indígena (CDI), sob cuja salvaguarda se encontram milhares de documentos, entre arquivos de áudio, vídeos, livros, fotografias, mapas, peças de artesanato, revistas e jornais, que se apresentam na condição de fontes históricas de valor inestimável.

O CDI emergiu num contexto de baixíssima disponibilidade de arquivos e museus capazes de retratar a trajetória dos povos indígenas, dos missionários e da Igreja Católica. Seu idealizador, Carlo Zacchini, aos 89 anos permanece o responsável pela coordenação das atividades de organização, catalogação e identificação do acervo, contando com o apoio de duas servidoras e de estagiários dos cursos de História e Geografia da Universidade Estadual de Roraima. Além de explorar o acervo criado por Zacchini e as representações dos yanomamis em seu interior, este capítulo busca investigar o CDI a partir da sua condição de lugar de memória, com particular ênfase na documentação jornalística que trata da memória e história yanomami. A pergunta central que orienta o estudo pode ser formulada nos seguintes termos: de que forma o acervo de reportagens do CDI representa um lugar de memória ao retratar os Yanomami, a sociedade e as tensões sociais e políticas de Roraima? A metodologia que utilizaremos para responder à pergunta combina análise documental qualitativa dos recortes de

jornais disponíveis no CDI, revisão bibliográfica de obras sobre a temática indígena, a memória e a atuação missionária.

O Povo Yanomami

Diferente do que ocorreu com a maioria das populações indígenas brasileiras, o contato entre os Yanomami e os não indígenas se deu de forma dispersa a partir do século XVIII. Os registros históricos indicam a presença yanomami desde 1787, quando a Comissão de Limites Portuguesa assinalou a existência de grupos indígenas na região das cabeceiras do rio Parima. Antes de terem a denominação atual, esses povos foram identificados por diversas nomenclaturas como Waika, Guaicá, Xiriana, Xirixana, Sanomá, num processo que revela o olhar exógeno e classificatório dos colonizadores. Na tradição oral, os Yanomami habitam historicamente a Serra Parima, divisor de águas entre o Alto Orinoco na Venezuela e o Alto Parima em Roraima. Estudos de Albert e Gomez (1997) indicam que o movimento de dispersão desse povo em direção às terras baixas circunvizinhas começou, provavelmente, na primeira metade do século XIX, após a penetração colonial no alto Orinoco e nos rios Negro e Branco. A configuração contemporânea do território yanomami tem sua origem nesse antigo movimento migratório.

Do ponto de vista linguístico, os Yanomami não pertencem a nenhuma família linguística conhecida e compõem, segundo estudos recentes, uma família isolada com distintos grupos: Sanöma, Ninam/Yanam, Yanomami, Yanomam e Yaroamë. Essa pluralidade linguística reflete a diversidade interna de um povo frequentemente tratado de maneira homogênea pelos discursos externos. Na cosmologia yanomami, o líder Davi Kopenawa articula uma visão de mundo que desafia as categorias do olhar exógeno. Para os Yanomami, a terra e a floresta fundem-se em um único conceito, urihi, entidade viva cujo equilíbrio é mantido pelos espíritos xapiri, que dançam na floresta e protegem os sonhos, a natureza e a cura

(Kopenawa e Albert, 2015). A atuação dos xamãs como mediadores entre o mundo visível e o mundo espiritual constitui o eixo de sua cosmovisão radicalmente distinta da racionalidade do colonizador.

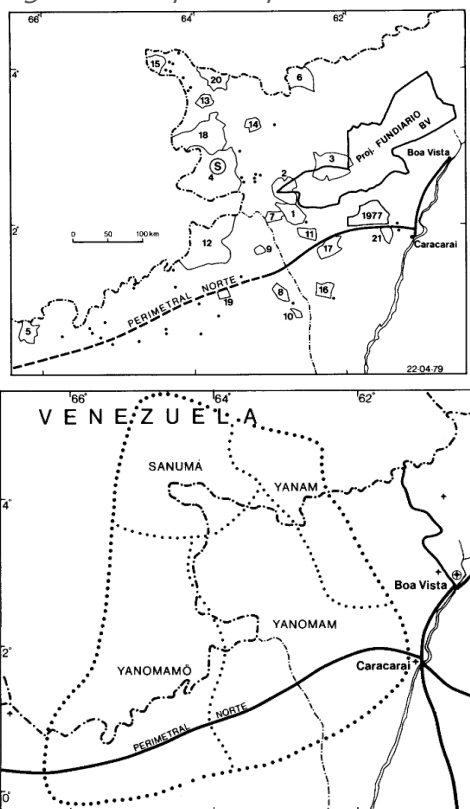
Kopenawa traduz em palavras a vulnerabilidade dessa existência comunitária: "A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra ficará friável, as árvores secarão e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos xapiripë, que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo" (Kopenawa e Albert, 2015). A afirmação constitui um diagnóstico das consequências ecológicas e culturais da invasão garimpeira, cuja atualidade persiste dramaticamente nos dias de hoje. O contato regular com viajantes estrangeiros e representantes da sociedade nacional passou a ocorrer entre 1910 e 1940. A partir da década de 1940, postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e missões católicas e evangélicas tornaram-se pontos de contato permanentes no território. Esses postos constituíram, conforme Albert e Gomez (1997), uma rede de polos de sedentarização e de assistência sanitária, mas também de graves surtos epidêmicos de sarampo, gripe, coqueluche, inaugurando um ciclo de morte que a chegada da Perimetral Norte aprofundaria na década de 1970.

A Ditadura Militar e a Perimetral Norte

Para as populações indígenas, a ditadura militar (1964–1985) alterou de forma irreversível a história e deixou marcas ainda bastante nítidas na fisionomia de Roraima. O veículo principal dessa transformação foi o PIN (Plano de Integração Nacional), anunciado pelo governo militar na década de 1970 e que previa a abertura de estradas como a Transamazônica e a Perimetral Norte, a BR-210. Esta última cortou diretamente o território yanomami abrindo caminho para epidemias, garimpagem ilegal e violência sistemática. A abertura da Perimetral Norte ocorreu como se houvesse um imenso vazio demográfico, sem avaliação dos impactos sanitários e sociais

sobre as comunidades yanomami (Figura 1). Como descreve Sousa (2020), a construção da estrada trouxe pesadas máquinas e homens despreparados sobre as lógicas territoriais e sociais dos indígenas, facilitou a entrada de garimpeiros e resultou em violência, epidemias, fome e mesmo exploração sexual. O diário da Missão Catrimani registra, em maio de 1974, que um trabalhador da Perimetral apresentou sintomas de sarampo e o irmão Carlo Zacquini alertou sobre o perigo iminente para as comunidades vizinhas.

Figura 1 - Mapas da perimetral norte



Mapas assinados pela antropóloga Alcida Ramos em 1979 local as aldeias Yanomami e BR-230. Disponível: <https://infoamazonia.org/>

Em 1977, o Padre Giovanni Saffirio registrou a morte de 63 indígenas na segunda epidemia de sarampo na região, sendo que metade das vítimas pertencia a apenas três comunidades. O relato do missionário traduz a tragédia: "Senti-me responsável pela morte de crianças, adultos e velhos, por não ter previsto a velocidade de expansão e a virulência da epidemia" (Saffirio, 2017). Esse testemunho doloroso encontra-se preservado hoje no acervo do CDI como documento histórico insubstituível.

A Comissão Nacional da Verdade, em 2014, reconheceu as graves violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura militar contra os Yanomami. Contudo, nenhum pedido de desculpas foi formulado pelos governos federal e estadual. A similaridade perturbadora entre aquelas violências e as que se repetiriam nos anos 2020, com a invasão garimpeira em escala industrial na Terra Indígena Yanomami, sugere que a memória desses eventos, preservada em arquivos como o CDI, permanece necessária como instrumento de memória e denúncia. O acervo jornalístico do CDI ilumina essa trajetória histórica. Os periódicos das décadas de 1970 e 1980 documentam tanto as primeiras denúncias sobre a construção da Perimetral quanto a oposição obstinada dos missionários, das comunidades indígenas e de organizações não governamentais. Eles também revelam a perspectiva oposta: publicações como o *Jornal do Ouro*, encontrado no CDI com data de agosto de 1990, custo de CR\$50,00 e conteúdo abertamente pró-garimpo, evidenciam que a imprensa local, muitas vezes vinculada a grupos políticos e econômicos, veiculou narrativas que tratavam os Yanomami como obstáculo ao progresso.

Os missionários e a Defesa dos Direitos Yanomami

A chegada dos missionários da Consolata ao então Território Federal de Roraima, em junho de 1948, marcou o início de uma relação que se transformaria profundamente ao longo das décadas

A partir de 1975, com a chegada do bispo Dom Aldo Mongiano, a Diocese de Roraima assumiu posição explicitamente favorável às demandas indígenas. Dom Aldo descreveu o cenário que encontrou: os indígenas "passavam no meio, ninguém notava", enquanto as fazendas avançavam sobre os territórios tradicionais. Em 1977, diante da proibição da FUNAI à atuação de missionários em territórios indígenas, o bispo respondeu com o emblemático documento "Podem os missionários evangelizar os índios?", questionando publicamente a omissão do Estado e defendendo a presença religiosa como garantia de proteção às comunidades.

A posição da Igreja gerou conflitos diretos com fazendeiros, políticos e o poder estatal ao longo dos anos 1980 e 1990: incêndios de prédios, sequestros de religiosos, ameaças e campanhas difamatórias tornaram-se constantes. Em 1987, os missionários foram retirados do Catrimani por 18 meses sob ordem do então presidente da FUNAI, Romero Jucá. A decisão ocorreu em meio a pressões de grupos favoráveis à legalização do garimpo e resultou na completa desassistência das comunidades yanomami. Os documentos que narram esse período, disponíveis no acervo do CDI, constituem fontes primárias indispensáveis para a compreensão das disputas políticas e territoriais que definiram o destino do povo Yanomami.

Carlo Zacquini e o Centro de Documentação Indígena

Carlo Zacquini nasceu em 3 de maio de 1937, na cidade de Varallo Sesia, no norte da Itália. Chegou ao então Território Federal de Roraima em 1965 e, a partir de 1968, foi designado para colaborar na Missão Catrimani (Figura 3). O que deveria ser uma passagem breve tornou-se um vínculo de décadas: Zacquini atuou na missão por 13 anos, exercendo funções que iam muito além da atividade religiosa e envolviam as condições de enfermeiro, vacinador, parteiro, fotógrafo, caçador, motorista, barqueiro, pesquisador, desenhista e tradutor. Desde os primeiros anos na missão, Zacquini

demonstrou a necessidade compulsiva de registrar. Sem papel nem lápis suficientes, anotava em diários pessoais acontecimentos do cotidiano como epidemias, partos, chegada de visitantes, deslocamentos fluviais, impactos da Perimetral Norte. Com o tempo, passou a guardar sistematicamente convites, panfletos, correspondências, recortes de jornais, fotografias e documentos oficiais. Parte do material foi enviada para a Itália, onde hoje reúne mais de três mil peças de cultura material.

Figura 3 - Primeiro contato entre Zacquini e os Yanomami em 1965



Fonte: Acervo CDI

A proposta do CDI nasceu de um projeto maior e irrealizado: o Centro Cultural Indígena de Roraima, cuja maquete chegou a ser

elaborada, mas jamais concretizada por questões administrativas e de logística interna do IRMC. O espaço originalmente designado no centro de Boa Vista foi demolido. Diante das limitações, Zacquini defendeu a criação de um espaço memorial mais modesto, voltado à pesquisa e à preservação documental. Conforme Cunha (2019), trata-se de uma "dinâmica pessoal de Zacquini, de salvaguardar todos os registros de tudo o que acontecia desde a sua chegada a Roraima".

Inaugurado em 2012, o CDI funciona atualmente em três salas adaptadas a partir de antigos alojamentos do IRMC, em Boa Vista. O acervo inclui milhares de documentos ainda não contabilizados, alguns datados de 1948, além de pelo menos 60 mil páginas já digitalizadas de reportagens e artigos jornalísticos. Uma parcela está disponível para consulta nos computadores do CDI; outra é acessível no repositório digital Armazém Memória. Visitas e consultas são agendadas por telefone e e-mail, dada a limitação do espaço físico.

Para os Yanomami, Zacquini é chamado Hokosi, bacaba, uma palmeira típica da Amazônia. Quando perguntado como está, ele responde em yanomae: "Ya temi xoa", ainda estou vivo. A frase condensa décadas de trabalho, de batalhas pela demarcação do território, de enfrentamento às epidemias e à violência garimpeira. Ela também anuncia uma vulnerabilidade institucional preocupante: o CDI é, em grande medida, a extensão da vontade e da memória de um homem de 89 anos.

O Acervo como Lugar de Memória

Os estudos do historiador francês Pierre Nora fornecem o enquadramento teórico central desta pesquisa. Para Nora, os lugares de memória emergem como espaços simbólicos e institucionais responsáveis pela salvaguarda de narrativas do passado. Eles surgem precisamente porque as lembranças que representam correm o risco de desaparecer ou ser distorcidas. O conceito abrange não apenas

espaços físicos, mas também documentos, arquivos, calendários, ritos e tradições concebidas para preservar e manter a ligação com o passado. Nora distingue três dimensões complementares: os lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; os lugares funcionais, que adquirem a função de alicerçar memórias coletivas; e os lugares simbólicos, onde essa memória se expressa e se revela como identidade. São, portanto, como sublinha Nora, "lugares carregados de uma vontade de memória" (Nora, 1993, p. 21). O CDI satisfaz as três dimensões. Materialmente, abriga coleções documentais que cobrem mais de sete décadas de história yanomami e roraimense. Funcionalmente, organiza, cataloga e disponibiliza esses materiais para pesquisadores, jornalistas e representantes indígenas. Simbolicamente, constitui o único espaço no estado dedicado à preservação da memória dos povos originários, operando como contraponto institucional ao esquecimento sistemático.

A perspectiva de Joel Candau reforça essa leitura: memória e identidade são conceitos que se alimentam mutuamente (2011). A memória consolida a identidade e sua ausência é capaz de desfazê-la. Para os Yanomami, cuja memória coletiva foi sistematicamente ameaçada pela violência colonial, pelo garimpo ilegal e pela indiferença do poder público, o CDI funciona como dispositivo de resistência identitária, não uma voz direta do povo, mas um espaço de mediação discursiva onde os dramas vividos ganham documentação e, com ela, possibilidade de contestação. É comum encontrar, pelas ruas de Boa Vista, yanomamis circulando em situações de extrema degradação: privados de suas memórias, eles "não lembram quem são".

Inequivocamente, os missionários ajudaram a dar visibilidade aos indígenas e constituíram parte significativa das escassas elites letradas locais. Ainda na década de 1910, os primeiros passos da atividade impressa em Roraima se deram pelas mãos dos monges beneditinos (Munaro, 2017). Na atualidade, os missionários

preservam as memórias nas quais tomaram parte. No CDI, o coração do acervo jornalístico é composto por milhares de revistas e jornais impressos ainda não inteiramente contabilizados e catalogados. O acervo reúne periódicos regionais, nacionais e internacionais produzidos desde a década de 1960. Alguns títulos estão com edições completas preservadas; de outros restam apenas páginas avulsas ou recortes. Tais materiais cobrem questões políticas e históricas de Roraima, conflitos antes e depois da criação do território yanomami, e o debate em torno de grupos políticos e econômicos favoráveis à exploração e legalização de garimpos (Figura 4).

Figura 4 – Reportagens de 1984



Fonte: Acervo digital do CDI

As reportagens mais antigas, datadas das décadas de 1970 e 1980, tratam da presença missionária na região do Catrimani e das primeiras denúncias sobre a construção da Perimetral Norte, incluindo os alertas de Zacquini publicados no jornal O Estado de São Paulo, em 1973 e 1975, sobre as epidemias que a abertura da estrada estava provocando. Os documentos dos anos 1990 enfatizam os conflitos territoriais, os impactos ambientais e as ações de organizações não governamentais em defesa dos direitos indígenas.

Um dos achados mais reveladores é o Jornal do Ouro, datado de agosto de 1990. Com custo de CR\$50,00 e circulação declarada nos garimpos do Pará, Mato Grosso, Goiás e Rondônia, o periódico pró-garimpo circulou com quatro páginas, fotos, charges e reportagens em defesa da atividade garimpeira na área Yanomami. Sua capa estampava a manchete "Pirotecnia recomeça" em alusão às operações de implosão de pistas clandestinas. Inicialmente, não foram localizadas outras edições, mas o periódico serve como termômetro preciso do clima de tensão entre garimpeiros, povos indígenas, missionários e organizações não governamentais no período.

A análise preliminar do acervo permite identificar padrões narrativos recorrentes: a imprensa local, muitas vezes vinculada a grupos políticos e econômicos favoráveis ao garimpo, tendeu a retratar os Yanomami como obstáculo ao desenvolvimento ou como vítimas passivas de processos que lhes eram externos. Em edição do Estado de Roraima de dezembro de 1991, lê-se, por exemplo, que o "Eldorado está adormecido sob o solo dos Yanomamis de Roraima e Amazonas" e "Jazidas minerais pagam 15 vezes a dívida" (Figura 5).

Figura 5 – O Estado de Roraima, Dezembro de 1991



Acervo CDI

A perspectiva das próprias comunidades, mediada pelos missionários e pelas organizações indígenas, aparece de forma mais consistente nos periódicos nacionais e internacionais ou em publicações especializadas como o *Porantim*, do CIMI (Figura 6). O

acervo, nesse sentido, não é uma voz direta dos Yanomami, mas um campo de disputas narrativas onde diferentes perspectivas sobre o mesmo povo se confrontam.

Figura 6 – Porantim 1985



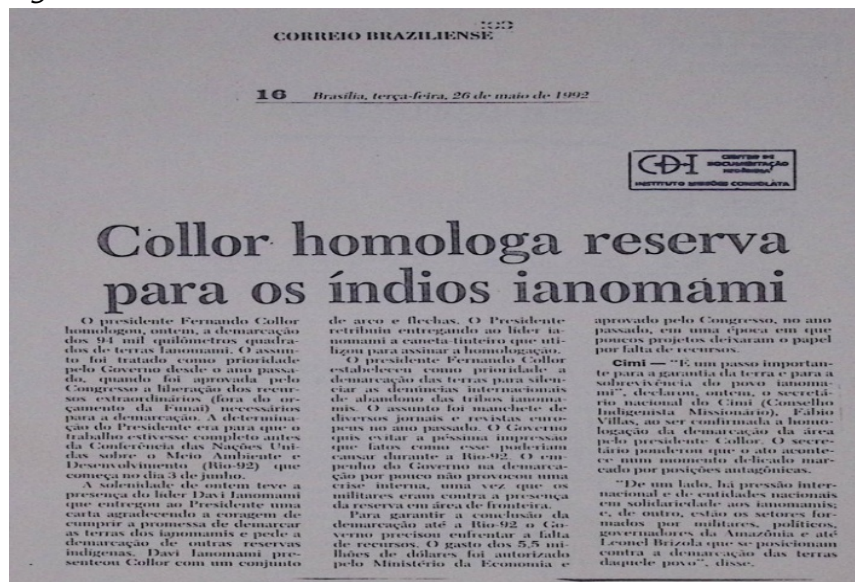
Fonte Acervo digital CDI

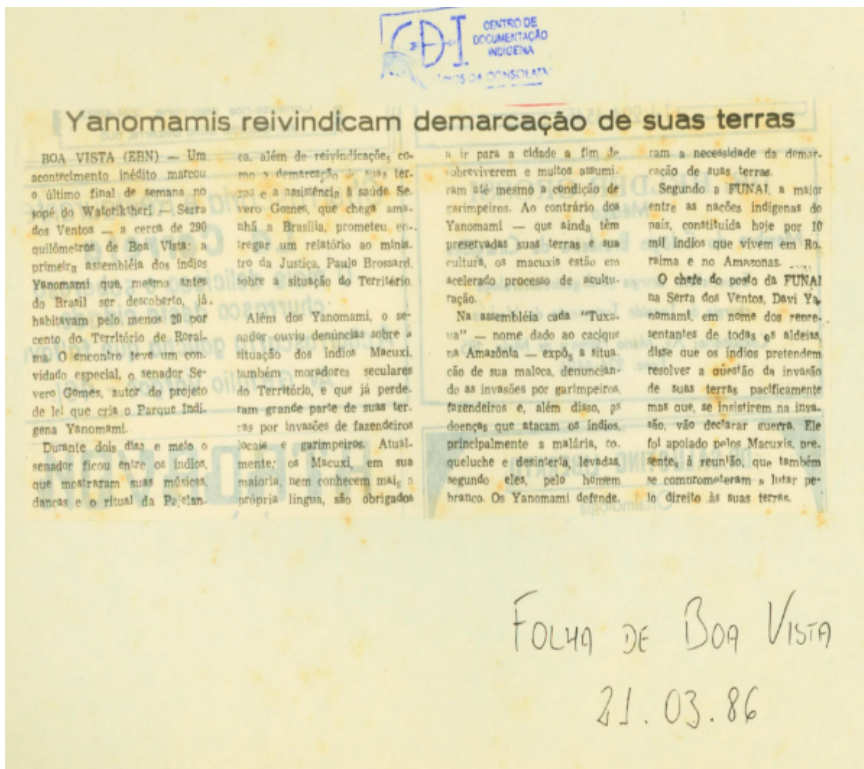
A organização dos materiais jornalísticos por décadas e por núcleos temáticos permite identificar as principais questões que atravessam a representação yanomami na imprensa ao longo de

mais de meio século. O primeiro eixo temático, a Missão Catrimani, reúne reportagens que documentam a presença missionária desde os anos 1960, os primeiros contatos sistematizados com comunidades isoladas e o papel dos missionários como mediadores sanitários e culturais. Essas fontes são inestimáveis para compreender a construção de uma aliança, nohimayou, na língua yanomae, entre os yanomami e os "seus estrangeiros".

O segundo eixo, a luta pela demarcação e homologação, concentra material das décadas de 1970 a 1990, cobrindo desde as primeiras propostas de Zacquini, em 1969, para a criação de um parque yanomami, até os conflitos em torno da homologação do território, efetivada em 25 de maio de 1992 (Figura 7). Esse conjunto documental evidencia a dimensão política da preservação da memória: os jornais não apenas narram a história, mas participam ativamente da disputa pelo seu sentido.

Figura 7 – Recortes do Correio Braziliense e FBV





Correio Braziliense, 26 de maio de 1992 e Folha de Boa Vista, 21.03.86. Acervo do CDI

O terceiro eixo, referente às memórias do garimpo, documenta as diferentes fases de invasão do território yanomami por mineradores, da corrida do ouro dos anos 1980 ao garimpo mecanizado das décadas seguintes. As reportagens revelam os impactos sobre a saúde, a alimentação e a coesão social das comunidades, além das operações de expulsão e dos ciclos de retorno dos invasores. A recorrência desse tema ao longo de cinco décadas sublinha a dimensão estrutural do problema: o que os

jornais de 1990 descrevem como crise se reproduziu, em escala ampliada, nos episódios de 2023¹.

Outros eixos em desenvolvimento incluem saúde indígena, educação e conflitos territoriais. A análise desses materiais, cruzada com fontes de repositórios digitais como o do Instituto Socioambiental (ISA) e da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), permitirá uma compreensão mais abrangente das representações construídas sobre os Yanomami e dos tensionamentos que moldaram sua história recente.

Vulnerabilidades e Perspectivas do CDI

O panorama de lugares de memória em Roraima é problemático. A plataforma MuseuBR do Governo Federal contabiliza apenas três museus no estado: a Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller, o Museu Integrado de Roraima (MIRR) e o Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário. Nenhuma dessas unidades tem como finalidade específica a preservação das questões indígenas. O MIRR, erguido em 1985 com inspiração em habitações indígenas, foi fechado em 2011 por problemas estruturais, voltou a funcionar 12 anos depois em espaço adaptado e, em 2023, teve seu prédio original demolido pelo governo estadual.

O CDI ocupa, portanto, um espaço institucional sem equivalente em Roraima e, por isso mesmo, exposto a vulnerabilidades que precisam ser devidamente tratadas. A principal delas é a dependência pessoal: o centro tem como articulador fundamental um missionário de 88 anos cujo envolvimento com as questões yanomami remonta a 1965. A ausência de um plano de sucessão claro, de uma estrutura institucional e de apoio financeiro coloca em risco a continuidade do acervo que Zacquini dedicou décadas a construir. Há nítido contraste com a demanda social. Durante as intensificadas visitas ao CDI em 2024, verificou-se que

¹ Consultar: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64388465>. Acesso em Agosto de 2026.

jornalistas de outros países, pesquisadores, defensores de direitos humanos e curadores de arte procuram regularmente o centro. Zacquini atua, nesse contexto, como uma espécie de mediador da memória, preservador de documentos que a sociedade roraimense ainda não incorporou como parte de seu patrimônio coletivo.

Em 2022, foi iniciado um debate oficial para a criação de um museu indígena em Roraima a partir de proposta de um grupo interdisciplinar de professores da UFRR. A proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário, mas permanece, até o momento, no plano das intenções. A recorrência dessa postergação revela a persistência de uma ideologia que, como aponta Joaquim (2003), trata as conquistas indígenas como ameaça ao desenvolvimento econômico e os espaços de memória indígena como demandas legítimas, mas não prioritárias.

A construção de parcerias institucionais, seja com universidades, organizações indígenas, arquivos públicos e redes de documentação digital, surge como caminho para garantir a continuidade e o fortalecimento do legado do CDI. Como sugere o escritor indígena Daniel Munduruku, "a memória é quem nos remete ao princípio de tudo, às origens, ao começo [...]. Sem ela, porém, a teia se desfaz." (Munduruku, 2016). A preservação do CDI é, nesse sentido, condição para que os Yanomami e Roraima possam reconhecer-se em suas próprias histórias.

Considerações Finais

Este capítulo buscou demonstrar que o Centro de Documentação Indígena do Instituto Missões Consolata satisfaz os critérios teóricos propostos por Pierre Nora para a qualificação de um lugar de memória: é, ao mesmo tempo, um espaço material de salvaguarda documental, um dispositivo funcional de organização e acesso às memórias coletivas, e um símbolo da resistência à invisibilidade histórica dos povos originários em Roraima.

O acervo jornalístico do CDI revela como as disputas políticas em torno dos yanomami foram travadas também no campo da comunicação. A imprensa local, frequentemente alinhada a interesses garimpeiros, produziu representações que reduziram os yanomami ao estatuto de problema ou obstáculo. A imprensa nacional e as publicações especializadas ofereceram contrapontos, mas o acesso a esses materiais ficou, historicamente, restrito a pesquisadores e militantes. O CDI democratiza esse acesso e, ao fazê-lo, contribui para que novas memórias emergjam a partir de fontes antes inacessíveis.

A similaridade perturbadora entre os problemas documentados nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e as crises de 2023, com o garimpo ilegal levando desnutrição e doenças às comunidades yanomami em escala de emergência humanitária, sugere que a memória preservada no CDI deve ser estudada mais a fundo. Como afirma Davi Kopenawa, "a floresta guarda a memória dos nossos mortos. Quando ela é destruída, sua lembrança também desaparece." (Kopenawa, Albert, 2015). A preservação do CDI é parte da preservação da própria floresta e de tudo o que ela representa para os yanomami.

Os resultados até aqui obtidos apontam para a necessidade urgente de fortalecer o CDI por meio de parcerias institucionais, políticas públicas de preservação e de digitalização ampliada do acervo. Em um estado onde a memória dos povos originários oscila entre a escassez de espaços memoriais e a ausência de políticas culturais consistentes, o trabalho de Carlo Zacchini e de sua equipe representa um patrimônio que pertence a todos que acreditam que compreender o passado é condição para construir futuros possíveis.

Referências

ALBERT, Bruce; GOMEZ, Gale Goodwin. *Saúde yanomami: um manual etnolinguístico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Tiago Luís Voz. *Igreja Católica e questão indígena em Roraima*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

CUNHA, Marcos Maciel Lima. *Centro de Documentação Indígena dos Missionários da Consolata: o processo de construção de um espaço memorial para os povos indígenas de Roraima*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

DALMONEGO, Corrado; MOIOLA, Paolo. *O encontro – Nohimayou: memórias da missão Catrimani*. São Paulo: Loyola, 2017.

DIOCESE DE RORAIMA. *Uma Igreja a caminho*. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1980.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

JOAQUIM, Jupira. *Conflito e resistência indígena em Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MIRANDA, Wander. *A Perimetral Norte e os Yanomami*. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

MONTEIRO, Suliete. *Violações de direitos dos povos indígenas na Amazônia*. Manaus: EdUA, 2022.

MORAIS, Ciro. *Igreja e Estado em Roraima: uma história de tensões*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

MUNARO, Luís Francisco. *Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MUNARO, Luís Francisco. *Terra das letras mortas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses*. São Paulo: Angra, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SAFFIRIO, João. *O encontro – Nohimayou: memórias da Missão Catrimani*. São Paulo: Paulinas, 2017.

SOUSA, Aldenor. *Yanomami e o Estado brasileiro*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História e Arqueologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

VIEIRA, Jaci. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2003.

O CERIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Afrânio dos Santos
Luis Francisco Munaro

As cerimônias realizadas em instituições públicas constituem práticas simbólicas fundamentais para a comunicação, a memória e a identidade institucional. Este capítulo busca investigar de que modo o cerimonial, enquanto instrumento de comunicação, expressa em suas práticas elementos memorialísticos e identitários que refletem e negociam múltiplos repertórios culturais e saberes amazônicos, ao mesmo tempo em que questiona como tais práticas podem perpetuar hierarquias de poder ou, ao contrário, promover construção de novas hierarquias. Com abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada nas teorias do poder simbólico, da memória coletiva e da identidade, a análise de caráter documental e observacional revela que, apesar da predominância dos repertórios institucionais, há sempre a possibilidade de emergirem práticas híbridas que abrem espaço para a diversidade cultural.

Os cerimoniais institucionais universitários como refeições de grau, cerimônias de posse, transmissões de cargo e congressos se configuram como práticas comunicacionais e protocolares que organizam o tempo, o espaço e a memória coletiva. Na Universidade Federal de Roraima (UFRR), o cerimonial afirmou-se como um espaço de negociação entre repertórios institucionais e demandas locais, refletindo a diversidade étnica e cultural característica da região. A comunicação protocolar universitária mobiliza roteiros, ordens de precedência, repertórios musicais, vestimentas e iconografias que definem quem é reconhecido(a), quais narrativas são enfatizadas e de que modo a autoridade institucional se torna legível para públicos internos e externos (Silva Filho, 2023). Longe de representar uma mera formalidade burocrática, o cerimonial configura-se como um conjunto sistematizado de procedimentos que dão vida a valores e sentidos coletivos no âmbito das organizações públicas e empresariais (Pinheiro, 2014, Azzolin, 2010).

Esta análise da comunicação protocolar universitária como ferramenta simbólica e cultural parte do seguinte questionamento: de que maneira o cerimonial, enquanto instrumento de comunicação, expressa a memória e a identidade institucional por meio de elementos amazônicos na Universidade Federal de Roraima?

A partir dessa problemática, investiga-se como as práticas e os discursos protocolares expressam continuidades e rupturas do poder simbólico, à luz das perspectivas de autores como Boaventura de Sousa Santos (2009), Aníbal Quijano (2009), Pierre Bourdieu (2007), Stuart Hall (2011) e Norbert Elias (1993). Para melhor conduzir essa linha de raciocínio, o trabalho está estruturado em quatro seções: duas de caráter teórico, "Questões de cerimonial, ritualidade e poder simbólico" e "A memória coletiva, Identidade e a comunicação protocolar multimodal", e duas de caráter empírico, "Elementos para uma metodologia de análise dos cerimoniais" e "Considerações finais".

Questões de cerimonial, ritualidade e poder simbólico

No contexto da administração pública federal, o cerimonial universitário se configura como um conjunto sistematizado de procedimentos que materializam valores, significados e identidades coletivas. Elementos protocolares, como as ordens de precedência e os repertórios musicais, narram a história institucional e moldam a percepção de autoridade perante públicos internos e externos (Silva Filho, 2023, p. 76). Práticas aparentemente neutras podem reproduzir continuidades de relações de poder e saber, mas também abrir brechas para o hibridismo cultural, a negociação simbólica e a criação de espaços de reinterpretação (Quijano, 2009; Santos, 2009).

Norbert Elias (1993) contribui para esse debate ao situar as regras de etiqueta e o cerimonial europeu no âmbito da ideologia cultural, demonstrando como tradições naturalizadas pelas cortes funcionavam como instrumentos de legitimação. Os repertórios protocolares devem ser examinados, nesse sentido, criticamente, na medida em que carregam ideologias e memórias que perpetuam estruturas históricas de poder (Quijano, 2009; Santos, 2009). No caso da Universidade Federal de Roraima (UFRR), essa reflexão adquire contornos particulares. Criada em 1989 no interior de um estado que se consolidou como unidade federativa apenas no ano anterior, a instituição ocupa uma posição simbólica de fronteira: é a primeira universidade federal do extremo norte do país e está situada em um território profundamente marcado pela diversidade étnico-cultural e geopolítica (UFRR, 2023).

Nesse contexto, a comunicação protocolar da UFRR, expressa em cerimônias acadêmicas como refeições de grau, semanas universitárias e atos administrativos, revela tensões entre os repertórios institucionais de matriz nacional, pautados por hinos, bandeiras e ordens de precedência, e as práticas locais que reivindicam o reconhecimento de matrizes indígenas, afrodescendentes e comunitárias. As cerimônias públicas, incluindo as universitárias, portanto, caracterizam-se como rituais seculares

que reafirmam a existência das instituições públicas e consolidam a legitimidade da autoridade. Como afirma Pinheiro (2014, p. 17) “retroalimentam-se da ordem, portanto, o homem - o Estado - o Protocolo, para justificar os seus respectivos sentidos de existência”. Nas cerimônias de colação de grau observadas, essa tensão se manifesta, por exemplo, na coexistência entre elementos tradicionais do protocolo universitário brasileiro como a composição formal da mesa de honra, a execução do Hino Nacional, a leitura dos atos oficiais e o uso das vestes talares e a inserção pontual de expressões culturais regionais, por meio de apresentações artísticas, referências à diversidade étnica de Roraima nos discursos institucionais e homenagens a estudantes indígenas oriundos de comunidades tradicionais. Tais ocorrências evidenciam que o cerimonial universitário não opera apenas como mecanismo de reprodução simbólica, mas também como espaço de negociação entre modelos institucionais consolidados e demandas contemporâneas por reconhecimento e representatividade cultural.

A memória coletiva, identidade e comunicação multimodal

As cerimônias acadêmicas da Universidade Federal de Roraima (UFRR) também desempenham um papel significativo na articulação da memória coletiva e da identidade institucional. Discursos proferidos durante as colações de grau, bem como gestos previamente ritualizados e demais atos protocolares, frequentemente centrados em noções como mérito e autonomia, funcionam como mecanismos de legitimação. Na perspectiva de Stuart Hall (2011), especialmente ao discutir a construção das identidades nacionais, esses elementos podem ser compreendidos como parte de processos discursivos que produzem e estabilizam determinadas formas de pertencimento e reconhecimento social. Segundo o respectivo autor, “a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre

o mundo pessoal e o mundo público”, formando assim uma relação direta entre o “eu” e a “sociedade” (Hall, 2011, p. 11).

Os cerimoniais dos eventos públicos funcionam como dispositivos que produzem memória institucional, onde a repetição de hinos, leitura de textos, juramentos e referências a personalidades consolidam uma narrativa que abrange passado, presente e futuro da instituição. A memória coletiva, conforme formulada por Halbwachs (2024), diz respeito ao processo pelo qual os grupos sociais elaboram, compartilham e reelaboram representações do passado. Ao introduzir sua reflexão, o autor observa que:

Apelamos a depoimentos para fortalecer ou refutar, mas também para complementar o que sabemos sobre um evento do qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias ainda nos sejam obscuras. No entanto, o primeiro testemunho ao qual sempre podemos recorrer é o nosso próprio (Halbwachs, 2024, p. 5).

Essa passagem evidencia que a construção da memória não ocorre de forma isolada ou fixa, mas por meio de um movimento contínuo de validação e ampliação das lembranças. Nesse processo, diferentes testemunhos individuais e coletivos interagem na tentativa de recompor experiências passadas, tornando a memória uma elaboração socialmente mediada e permanentemente reconstruída.

Partindo dessa perspectiva, pode-se afirmar que nos cerimoniais de eventos institucionais a memória assume a função de reafirmar tradições e valores que articulam a ideia de comunidade em torno da instituição. Desse modo, o cerimonial não se limita à comunicação do presente, mas estabelece uma relação ativa com o passado, contribuindo para a consolidação de uma continuidade

dotada de sentido histórico. Portanto, a inclusão ou exclusão de símbolos culturais locais, como línguas indígenas e tradições afrodescendentes, determina quem é reconhecido na comunidade universitária e quem fica à margem dessa representação simbólica.

A importância da comunicação protocolar multimodal

A comunicação protocolar é um fenômeno multimodal que envolve a interação de texto, imagem, som e espaço na construção de significados. A perspectiva semiótica permite examinar como essas diferentes camadas se combinam, revelando os sentidos que emergem de suas interações e destacando tanto os elementos visíveis quanto os silenciados nas cerimônias (Kress & van Leeuwen, 2001). Desta forma, a comunicação cerimonialística se apresenta como um sistema de expressão estruturado por múltiplos modos de significação, integrando discursos verbais, imagens, músicas, vestuário e arranjos espaciais.

Para compreender esses processos, a análise multimodal proposta nesta pesquisa inclui categorias formuladas por Kress e van Leeuwen (2001), especialmente aquelas relacionadas ao significado representacional, que permite identificar os atores sociais e as narrativas institucionalmente construídas; ao significado interativo, que examina as relações estabelecidas entre participantes, tais como a comunidade acadêmica (estudantes e autoridades acadêmicas) e público externo; e ao significado composicional, que investiga a organização espacial dos elementos simbólicos presentes nas cerimônias. Essas categorias possibilitam analisar de forma integrada aspectos como a disposição das autoridades na mesa de honra, a localização dos formandos no espaço protocolar, o uso de símbolos institucionais e regionais, os repertórios musicais executados e os recursos visuais empregados na composição dos eventos promovidos pela UFRR, principalmente aqueles que relacionados às solenidades de colação de grau, onde elementos protocolares

tradicionais estão bem mais evidentes, por meio de diversos ritos presentes nesta ocasião.

Metodologia de análise dos cerimoniais

A metodologia utilizada nesta pesquisa está fundamentada em uma abordagem interpretativa e exploratória, integrando teorias sobre poder simbólico, estudos decoloniais e análise multimodal, que constituem o núcleo operacional da investigação. Sendo, portanto, de natureza qualitativa, busca-se a compreensão da complexidade dos comportamentos e dos significados presentes nas práticas protocolares e cerimonialísticas institucionais no contexto da UFRR.

O estudo adota como estratégia empírica a combinação entre análise documental e observação direta de cerimônias de colação de grau realizadas pela Universidade Federal de Roraima. A análise documental compreende a análise de normas institucionais (resoluções da UFRR), roteiros/scripts de cerimoniais, registros fotográficos, materiais audiovisuais divulgados nos canais oficiais (site institucional, canal do YouTube, Instagram Oficial) e documentos produzidos pela administração universitária relacionados à organização dos eventos. Esses materiais permitem identificar padrões protocolares, recorrências simbólicas e formas de representação institucional presentes nos cerimoniais da UFRR.

A observação e análise das cerimônias concentra-se na dinâmica dos eventos, considerando elementos protocolares como composição da mesa de honra, as ordens de precedência, os ritos de juramento, a execução de hinos, os discursos das autoridades, os repertórios musicais, os elementos visuais utilizados na ambientação e as manifestações culturais incorporadas aos atos acadêmicos. O objetivo é compreender como esses elementos comunicam valores institucionais e como dialogam, no contexto cerimonialístico, diferentes referências identitárias.

Figura 1: Solenidade de colação da UFRR do semestre 2025.2



Foto: CCALEFFI/UFRR

Entre os elementos protocolares observados destacam-se a centralidade dos símbolos nacionais nas cerimônias da UFRR, a utilização de becas e insígnias acadêmicas associadas à tradição universitária ocidental nas solenidades de colação de grau e a estrutura formal dos scripts utilizados nos eventos institucionais (Figura 1). Por outro lado, foram identificadas situações em que práticas culturais locais e indígenas passam a integrar os eventos, por meio da participação de representantes de comunidades tradicionais, de expressões artísticas regionais e da presença de referências simbólicas associadas à diversidade sociocultural amazônica.

Este capítulo, sendo fruto de uma pesquisa ainda em andamento, será baseado na análise de conteúdo, na observação e na identificação de evidências relacionadas ao cerimonial da UFRR, buscando a compreensão de padrões presentes nessas práticas e a construção de uma interpretação mais próxima dessa realidade sobre suas funções simbólicas, como a legitimação institucional, a manutenção de hierarquias e os processos de inclusão e exclusão.

Considerações finais

De forma preliminar, é possível concluir que o cerimonial da UFRR se revela simultaneamente acolhedor, ao considerar a narrativa tradicional institucional nas solenidades, mas por outro lado restringe-se, ao selecionar quais memórias e símbolos serão públicos e hegemônicos. A análise das solenidades de grau demonstra ainda que, embora prevaleçam estruturas protocolares e cerimonialísticas alinhadas aos modelos universitários nacionais, também emergem práticas mistas que sinalizam processos de abertura à diversidade cultural amazônica roraimense. Tais práticas podem ser observadas na incorporação de manifestações artísticas regionais, na participação de representantes de povos originários e de grupos minoritários em determinados atos solenes e na valorização de referências simbólicas vinculadas às identidades locais. Esses elementos, ainda que ocasionais, não excluem as estruturas tradicionais do cerimonial universitário, mas introduzem um processo de diálogo simbólico que amplia as possibilidades de representação institucional.

A partir dessa perspectiva, o cerimonial da UFRR é interpretado como um espaço estratégico para o reconhecimento da pluralidade cultural presente na comunidade acadêmica, formada por diversos públicos e camadas sociais. Mais do que reproduzir modelos historicamente consolidados, os eventos institucionais contribuem para a construção de práticas comunicacionais mais inclusivas, possibilitando o diálogo com os contextos socioculturais

em que as universidades estão inseridas, no caso da UFRR no contexto amazônico de Roraima.

No contexto amazônico roraimense, essa perspectiva implica refletir sobre a ampliação da presença de línguas indígenas ou mesmo línguas estrangeiras nos eventos da UFRR, o reconhecimento de expressões artísticas e culturais locais, a valorização de diferentes formas de produção de conhecimento e a participação mais efetiva de grupos historicamente sub-representados na construção dos rituais institucionais acadêmicos. Com isso, o cerimonial da UFRR se consolida não apenas como um instrumento de legitimação e organização administrativa, mas também como um instrumento de mediação intercultural, fortalecendo o compromisso da universidade pública com a diversidade, a inclusão e o reconhecimento das múltiplas identidades que a compõem.

Referências

AZZOLIN, M. L. T. *Cerimonial universitário: instrumento de comunicação*. Maringá: Eduem, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução da versão inglesa de Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: antoniofontoura, 2024. E-book (Kindle).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Hodder Arnold Publication, 2001. ISBN 978-0-340-60877-7.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PINHEIRO, Marcelo. *Cerimonial público para a administração pública*. Belém: Samaúma Editorial, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SILVA FILHO, Manoel Veras Cruz da. Cerimonial nas universidades. In: JUNQUEIRA, S. (org.). *Cerimonial e protocolo*. São Paulo: Reflexão Business, 2023. p. 76-82.

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE HAITIANOS MIGRANTES EM BOA VISTA/RR

Bárbara Morais da Costa de Souza
Luis Francisco Munaro

Boa Vista, capital de Roraima, consolidou-se historicamente como um espaço estratégico de fronteira e um dos principais palcos de fluxos migratórios contemporâneos no Brasil devido à sua localização privilegiada de fronteira seca e binacional. Entre esses fluxos, destaca-se a imigração haitiana, intensificada de forma expressiva após o terremoto que devastou o Haiti em 2010. No tecido urbano local, as trajetórias dos sujeitos haitianos revelam processos complexos de deslocamento e reconfiguração de suas formas de pertencimento coletivo.

Nesse contexto, as narrativas orais podem ser compreendidas como práticas discursivas e arquivos vivos capazes de registrar não apenas com precisão factual dos acontecimentos, mas as subjetividades construídas no interior de contextos

amazônicos. Este capítulo propõe uma escuta preliminar das memórias haitianas, reunindo depoimentos que revelam como esses imigrantes reelaboram suas histórias coletivas e suas trajetórias de vida, compreendendo o papel das narrativas orais como dispositivos de preservação da identidade. Frisa-se, contudo, que se trata de pesquisa em processo de andamento, cujos dados levantados ainda se encontram em fase de busca exploratória.

A pesquisa almeja, num primeiro momento, a coleta de relatos orais e histórias de vida de imigrantes haitianos situados na faixa etária de 40 a 50 anos e residentes em Boa Vista há mais de três anos, parte de um marco temporal considerado estratégico. Esse marco é o terremoto de magnitude 7,3 que devastou o Haiti em 12 de janeiro de 2010, evento que desencadeou a maior onda de emigração haitiana em direção ao Brasil e que reconfigurou significativamente a relação entre os dois países.

O objetivo central é investigar e documentar as memórias e experiências de imigrantes haitianos compreendendo suas trajetórias migratórias, estratégias de adaptação e práticas de preservação de valores culturais. Além disso, analisar de que modo a experiência migratória se inscreve na memória e nas trajetórias de vida de haitianos residentes em Boa Vista (RR). Na sequência, pretende-se analisar as narrativas coletadas sob o amparo dos conceitos de memória coletiva, identidades híbridas e História Oral, com o intuito de identificar os processos de construção, preservação e transmissão de significados culturais como práticas comunicacionais essenciais para a elaboração e ressignificação das experiências migratórias dos participantes.

Entende-se que o material reunido contribuirá para a preservação da memória social dos imigrantes haitianos e para a ampliação do debate sobre migrações contemporâneas na Amazônia. Além, disso, a presença haitiana em Boa Vista situa a cidade dentro de uma geografia migratória mais ampla, que envolve rotas transnacionais, políticas estatais de acolhimento

frequentemente improvisadas e dinâmicas locais de integração e exclusão. Nas seções a seguir, este capítulo apresenta o contexto histórico da migração haitiana para o Brasil e para Roraima, os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada, a fundamentação teórica e os resultados esperados.

A diáspora haitiana como fenômeno estrutural

A emigração haitiana não é um fenômeno circunscrito ao terremoto de 2010, muito embora este tenha operado como uma baliza temporal significativa. Trata-se de um processo histórico de cariz mais estrutural, construído ao longo de mais de um século de instabilidade política, econômica e ambiental. Entre os fatores que moldaram a diáspora haitiana estão a ocupação norte-americana no início do século XX, a ditadura de François Duvalier a partir do final dos anos 1950 e os sucessivos desastres naturais que assolaram o país ao longo das décadas seguintes (Barbosa, 2024). A emigração tornou-se, ao longo do tempo, uma estratégia coletiva de sobrevivência e reprodução social, de tal modo que a diáspora passou a ser um elemento significativo da nação haitiana.

O Brasil, contudo, nunca havia sido destino expressivo dessa diáspora antes de 2010. A ausência de laços históricos, econômicos e culturais com o Haiti manteve o país à margem das rotas tradicionais, que seguiam em direção aos Estados Unidos, ao Canadá, à República Dominicana e à França. A inserção do Brasil nessa rota migratória decorreu de uma confluência de fatores: a devastação causada pelo terremoto de 2010; o crescimento econômico brasileiro no período, que gerou demanda por mão de obra na construção civil, intensificada pelos grandes eventos esportivos de 2014 e 2016; e a presença militar brasileira no Haiti por meio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil desde 2004, que criou entre os haitianos uma imagem de referência positiva do país sul-americano.

O terremoto de 2010 e a chegada ao Brasil

O terremoto de 12 de janeiro de 2010, com epicentro próximo a Porto Príncipe, matou mais de 200 mil pessoas, deslocou centenas de milhares e destruiu grande parte da infraestrutura haitiana. A catástrofe agravou drasticamente uma situação já precária. O Haiti ocupa posição baixa no Índice de Desenvolvimento Humano, sendo considerado o país mais pobre do continente americano, com parcela significativa de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. O terremoto não apenas destruiu estruturas físicas, mas também acelerou o colapso das condições de vida, tornando a emigração uma saída quase inevitável para uma parcela substantiva da população.

Os fluxos migratórios em direção ao Brasil iniciaram-se de forma tímida ainda em 2010 e se intensificaram progressivamente a partir de 2011 e 2012. De acordo com dados da Polícia Federal, aproximadamente 93 mil haitianos entraram em território brasileiro entre 2010 e 2017 (Jornal da USP, 2021). As primeiras entradas se deram pela fronteira norte-ocidental do país, pelos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, cujos municípios como Brasiléia, Assis Brasil, Tabatinga e Porto Velho, estavam despreparados para absorver esse fluxo crescente. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), entre o terremoto e setembro de 2011, já haviam ingressado no Brasil 2186 haitianos solicitantes de refúgio (Godoy, 2011).

A resposta do Estado brasileiro foi inicialmente improvisada. O governo federal e os governos estaduais estavam despreparados para lidar com a situação e o acolhimento se revelou ao mesmo tempo militarizado e burocrático. Organizações da sociedade civil relataram que alguns imigrantes esperaram até seis meses para serem atendidos pela Polícia Federal e regularizarem sua situação documental (Lenders, 2019). Diante da impossibilidade de enquadrar os haitianos como refugiados, já que a perseguição por desastre natural não é reconhecida pela Convenção de 1951, o governo

brasileiro optou pela concessão de visto humanitário, categoria criada especificamente para essa população, com acesso a direitos como saúde, educação e trabalho formal (Fernandes; Faria, 2017).

Roraima como porta de entrada: a rota pela Guiana

Paralelamente à rota pelo Acre e pelo Amazonas, Roraima foi se consolidando como via de entrada alternativa, especialmente a partir da segunda metade da década de 2010. Quando o Equador passou a exigir visto de entrada dos haitianos, dificultando a rota que passava por aquele país antes de alcançar o Peru e, de lá, o Acre, a Guiana entrou como alternativa, redirecionando o fluxo para a fronteira de Bonfim, município roraimense situado a aproximadamente 130 quilômetros de Boa Vista (Gazeta Web, 2019).

A rota típica de quem chega por essa via é longa e dispendiosa. Os migrantes partem do Haiti ou da República Dominicana, atravessam o Panamá, chegam de avião a Georgetown, capital da Guiana, e percorrem cerca de 600 quilômetros de ônibus até a fronteira brasileira. De Bonfim, seguem de táxi ou ônibus até Boa Vista. O percurso envolve frequentemente o pagamento de “coiotes” e a sujeição a condições precárias de transporte e alimentação (Gazeta Web, 2019).

Em 2018, apenas 993 haitianos entraram pelo posto de Bonfim. Em 2019, esse número saltou para 13511 nos primeiros onze meses do ano, um aumento de 1260%. No total daquele ano, 19346 haitianos deram entrada em Roraima, sendo 19146 apenas pela fronteira de Bonfim (Folha BV, 2020). Em números absolutos, os haitianos chegaram a representar, em certos períodos, a maioria dos imigrantes internacionais que permaneciam no estado: entre dezembro de 2019 e março de 2020, dos 14563 imigrantes de diversas nacionalidades que permaneceram em Roraima após entrar pela fronteira de Bonfim, 75,22% (ou seja, 10955 pessoas) eram haitianos (Intercept Brasil, 2021).

Boa Vista entre a passagem e a permanência

Para uma parcela significativa dos migrantes haitianos, Roraima torna-se lugar de permanência involuntária ou deliberada. A estrutura da Operação Acolhida, criada para atender o êxodo venezuelano, não incluiu os haitianos em seus abrigos federais nem nos voos de interiorização para outras regiões do Brasil, o que limitou as possibilidades de redistribuição dessa população para estados com maior oferta de emprego. Parte dos haitianos que chegavam a Boa Vista ficava aguardando documentação, dinheiro para continuar viagem ou simplesmente acumulava dívidas com coites e outros intermediários, sendo forçada a permanecer na cidade por tempo indeterminado.

Jean Silvestre, haitiano de 50 anos entrevistado pela Folha de Boa Vista em janeiro de 2020, sintetizava essa realidade cotidiana. Ele havia chegado a Roraima vindo da Venezuela, onde as condições de vida haviam se tornado insustentáveis, e encontrou em Boa Vista a possibilidade de trabalhar como vendedor ambulante de picolés, empurrando seu carrinho diariamente pelas ruas da cidade, seja chuva ou sol (Folha BV, 2020). Sua trajetória ilustra tanto a vulnerabilidade dos que ficam quanto a resiliência com que reconstróem suas vidas no novo território.

O cotidiano dos haitianos em Boa Vista é também marcado pela diversidade étnica e linguística que caracteriza a cidade, abrigo de guianenses, cubanos, peruanos, africanos e do expressivo contingente venezuelano. A multiplicidade de línguas como português, crioulo haitiano, espanhol, inglês, francês, configura um cenário urbano singular no extremo norte do Brasil. Nesse contexto, os haitianos formam comunidades de apoio mútuo, frequentam igrejas, especialmente evangélicas e católicas, organizam feiras e eventos culturais, e estabelecem redes de sociabilidade que se estendem para além das fronteiras do estado.

Choque identitário

Se nos primeiros anos predominavam homens jovens em idade produtiva, a partir de 2013 aumentou progressivamente a presença de mulheres, crianças e idosos. O fenômeno da feminização dos registros, com mais mulheres como chefes de família, foi documentado em pesquisas recentes. A via de regularização também se transformou. Entre 2010 e 2020, a acolhida humanitária concentrou mais de 106 mil registros; a partir de 2015, a reunião familiar tornou-se a segunda principal via de entrada e, em 2023, superou a acolhida humanitária na emissão de novos vistos (ACNUR; OBMIGRA, 2025).

No mercado de trabalho formal, os haitianos se tornaram a principal nacionalidade entre refugiados e imigrantes já em 2013. Contudo, essa inserção foi marcada por vulnerabilidades: rendimentos abaixo da média de outros imigrantes, jornadas excessivas, não pagamento de horas extras, barreiras linguísticas e discriminação. O crescimento da presença haitiana no CadÚnico, de apenas dois registros em 2012 para mais de 55 mil em 2022, evidencia a demanda crescente por apoio social, especialmente entre famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (ACNUR/OBMigra, 2025).

Um aspecto pouco explorado na literatura sobre a migração haitiana para Roraima é o impacto do racismo sobre a experiência subjetiva dos migrantes. Ao contrário de outros países de destino da diáspora haitiana, no Brasil os imigrantes se deparam com formas cotidianas de discriminação racial que não encontram paralelo em sua terra natal, onde a maioria da população é negra. Pesquisadores apontam que os haitianos “ficam muito surpresos, porque, no Haiti, a maioria da população é negra”. Nesse sentido, o racismo como experiência individual é, para muitos, uma novidade que integra o processo de adaptação ao novo país (Fontes, 2016).

Essa dimensão do choque migratório é relevante para a pesquisa sobre a migração haitiana porque incide diretamente sobre

a produção e a preservação das memórias narradas pelos participantes. O modo como os haitianos reconstróem identidade em Boa Vista não é separável das condições de racialização a que são submetidos, e as narrativas orais que esta pesquisa pretende coletar carregarão necessariamente as marcas dessas experiências de integração e exclusão.

Considerações metodológicas

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de base narrativa e exploratória, elegendo a História Oral como técnica primordial para a coleta de dados. A amostra projetada passou por uma redução significativa, alterando o número de colaboradores de dez para quatro participantes. Essa mudança justifica-se pela intenção de melhor aproveitar cada entrevistado, garantindo que haja um maior aprofundamento, verticalização e refinamento analítico em cada história de vida coletada.

Os critérios de seleção estipulam imigrantes haitianos com idade entre 40 e 50 anos e tempo de residência em Boa Vista superior a três anos. A delimitação etária fundamenta-se na maturidade das experiências acumuladas pelos sujeitos, que vivenciaram a idade adulta no Haiti e o processo completo de deslocamento. Já o tempo mínimo de residência de três anos assegura que os entrevistados tenham passado por processos consistentes de estabelecimento, enfrentamento de barreiras cotidianas e reconfiguração de pertencas na cidade.

O produto final consistirá na transcrição integral, sistematização textual e categorização temática das fontes orais. Além disso, a metodologia incorpora formalmente o tratamento dos desafios linguísticos da pesquisa, dado que o crioulo haitiano (Kreyòl) é a língua materna dos entrevistados. Para superar o estranhamento idiomático e assegurar a fidelidade e a sensibilidade metodológica, serão adotados procedimentos específicos de tradução e interpretação.

O processo de coleta será complementado por observação participante em espaços de convivência haitiana como igrejas, associações e feiras locais, a fim de compreender os modos de integração e sociabilidade desses grupos no tecido urbano de Boa Vista. Essa dimensão etnográfica é especialmente relevante, na medida em que trata de uma comunidade que, em grande medida, chegou a Boa Vista não como destino planejado, mas como resultado de trajetórias tortuosas e negociações contínuas com as restrições impostas pela burocracia migratória brasileira.

Fundamentação teórica

O estudo se fundamenta na articulação dos eixos complementares: a memória coletiva de Maurice Halbwachs, compreendida como uma construção social dependente dos quadros sociais da memória, e as identidades híbridas de Stuart Hall, que discute as negociações culturais contínuas e as transformações identitárias na diáspora.

No campo da memória, a concepção de memória coletiva de Halbwachs (2006) permite compreender como os haitianos constroem narrativas compartilhadas sobre a migração e o pertencimento, organizando o passado a partir dos quadros sociais do presente. Complementarmente, Assmann (2011) define a memória cultural não como um depósito estático, mas como um "estoque de símbolos e saberes" que confere orientação e sentido aos indivíduos, o que aprofunda a noção de memória cultural.

No cenário migratório de Boa Vista, as narrativas dos sujeitos ativam o que a autora conceitua como memória funcional, quer dizer, um processo dinâmico de seleção e circulação onde elementos do país de origem, tais como o domínio do idioma Kreyòl, a manutenção de redes familiares e a ativação de memórias gustativas (como o uso do tempero epis). Essa ativação permite que os haitianos criem novas expressões culturais que dialogam diretamente com a territorialidade e os saberes locais de Roraima,

transformando a recordação em um instrumento ativo de navegação e resistência no novo espaço urbano. No campo da identidade, Stuart Hall (2003) contribui para o entendimento das identidades híbridas que emergem das trocas e dos conflitos culturais.

Essa abordagem teórica também é respaldada pela metodologia da História Oral articulada por Verena Alberti e Ecléa Bosi, que conferem legitimidade científica à subjetividade e reconhecem o narrador como um sujeito ativo, cuja fala reconstrói laços de pertencimento e preenche as lacunas deixadas pelas estatísticas oficiais.

Espera-se que o projeto contribua para o fortalecimento das discussões sobre comunicação, memória e identidade na Amazônia, oferecendo um olhar sensível sobre as trajetórias haitianas e suas formas de expressão cultural diaspóricas. Além disso, o material servirá como fonte de preservação histórica e poderá subsidiar políticas públicas voltadas à inclusão social e cultural dos imigrantes em Roraima, num contexto em que a chegada de populações migrantes continua a tensionar os serviços públicos e as relações sociais na capital roraimense.

Referências

ACNUR; OBMIGRA. *Análise de dados secundários sobre a integração socioeconômica da população haitiana no Brasil*. Brasília: OBMigra/ACNUR, 2025.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BARBOSA, Cristiane de Fátima. *Na terra de Bon Bagay: integração e estratégias de permanência de haitianos na Grande São Paulo*. São Paulo: USP, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.

FIGUEIRÊDO, Heitor. O processo histórico da acolhida humanitária de haitianos no Brasil. *Relações Exteriores*, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/acolhida-humanitaria-de-haitianos-brasil/>. Acesso em Agosto de 2026.

FOLHA DE BOA VISTA. Quase 19 mil haitianos entraram e permaneceram em Roraima. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br>. Acesso em: jun. 2025.

FONTES, Letícia. Imigrantes haitianos sofrem com xenofobia no trabalho. *O Tempo*, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/imigrantes-haitianos-sofrem-com-xenofobia-no-trabalho-1.1410725>.

GODOY, Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: CL-A Cultural, 2011. p. 45-68.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LENDERS, Sebastian. Bolivianos, haitianos e venezuelanos: três casos de imigração no Brasil. *Heinrich Böll Stiftung*, Rio de Janeiro, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/04/15/bolivianos-haitianos-e-venezuelanos-tres-casos-de-imigracao-no-brasil>.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. *Imigração haitiana no Brasil*. Campinas: Unicamp/Nepo, 2016.

PACHI, Priscila. Mesmo com cenário desfavorável, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: jun. 2025.

SILVA, Sidney Antônio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira (org.). *Entre o legal e o legítimo: migrações, fronteiras e direitos*. Blumenau: Nova Letra, 2016.

O DESMONTE DO MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA: Protocolo de Museologia Digital Inclusiva como Resistência

Pamella Thayanne de Freitas
Anderson dos Santos Paiva

Este capítulo propõe compreender a digitalização de acervos como verdadeira arena de disputa política, cultural e memorialística. A investigação delimita como objeto empírico de urgência social e patrimonial o Museu Integrado de Roraima (MIRR), única instituição museológica pública formal do estado e sua única Instituição de Guarda e Pesquisa (IGP). A análise toma como base o detalhado Relatório de Visita de Inspeção elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF) em junho de 2023, cruzando-o com a condenação judicial imposta ao Estado de Roraima em janeiro de 2026 para a reconstrução de sua sede física.

Para além de um diagnóstico burocrático, o texto investiga as fissuras da memória roraimense diante do colapso material do MIRR. A fundamentação teórica promove um diálogo interdisciplinar, articulando pensadores dos estudos culturais e da memória com referenciais da Cibermuseologia, preservação e contra-curadoria.

Ao recusar a premissa de que a digitalização seja um processo neutro ou puramente técnico, a pesquisa demonstra como as políticas de imagem na Amazônia Setentrional exigem uma abordagem contra-curatorial e soberana. Esse percurso analítico culmina na proposição de um protocolo prático de Museologia Digital inclusiva adaptado à realidade e às fragilidades locais.

Da Cibermuseologia ao Patrimônio Digital Ativado

Para compreender o papel dos museus diante do cenário tecnológico contemporâneo, toma-se como ponto de partida teórico as formulações sobre a cibercultura desenvolvidas por Pierre Lévy (1997). Lévy propõe que a virtualização do patrimônio não representa uma desmaterialização desprovida de realidade, mas sim um processo de transição para uma nova lógica espaço-temporal baseada no ciberespaço e na inteligência coletiva. Contudo, o autor adverte que a tecnologia é inerentemente ambígua, ela carrega tanto o potencial de democratização do acesso quanto o risco de novas formas de exclusão cultural para aqueles que permanecem marginalizados dos códigos e das infraestruturas de conexão.

Essa ambiguidade é herdada pela cibermuseologia, campo disciplinar que investiga como a articulação entre as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e os princípios fundamentais da museologia tradicional pode enriquecer a gestão do conhecimento e ampliar o alcance das memórias coletivas. Como apontam Silva, Maia e Magaldi (2021), a ascensão destas tecnologias reposiciona o museu em debates sobre hiperconexão, interfaces, acessibilidade e usabilidade do patrimônio cultural. O Instituto

Brasileiro de Museus (IBRAM) corrobora essa visão ao destacar que a transição digital permite superar os modelos autoritários de comunicação museal, nos quais apenas um grupo restrito de especialistas decide o que deve e o que não deve ser comunicado para a sociedade (IBRAM, 2020).

No entanto, para evitar que a modernização tecnológica se torne apenas um artifício técnico vazio, é indispensável estabelecer uma separação conceitual precisa entre um acervo meramente digitalizado e o conceito de Patrimônio Digital. Conforme as formulações de Reis, Serres e Nunes (2016), um acervo simplesmente digitalizado configura, primariamente, um recurso de preservação técnica. O verdadeiro Patrimônio Digital prescinde de processos de ativação social. Ramires (2019) sustenta esse argumento ao dizer que:

Um bem digital imprescinde ser parte integrante de algum movimento civil, ou funcionar como registro, e ser um recurso que provoque interação ativa na internet. Um acervo tão somente digitalizado não se transforma, automaticamente, em patrimônio, sendo mais um recurso de preservação (RAMIRES, 2019, p. 29).

Sob essa ótica, o sucesso digital de uma instituição de guarda não é mensurado de forma quantitativa pela quantidade de dados armazenados em um servidor, mas sim pela qualidade estética, comunicativa e dialógica das interações sociais que ela fomenta (KAHN; JORENTE, 2016). As autoras defendem ainda que o design da informação desempenha papel crucial nessa mediação, organizando a curadoria digital de modo a estreitar os laços afetivos e críticos entre o público e as coleções.

Iniciativas internacionais demonstram o potencial da digitalização como uma política de acesso democrático. O projeto

Repensar Guernica, do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, na Espanha, destaca-se ao agregar documentos globais dispersos e permitir a visualização da obra de Picasso sob luz visível, ultravioleta e infravermelha (LIRA; MAIMONE, 2020).

O Relatório do MPF e a Realidade Empírica da Negligência

A articulação conceitual entre preservação técnica e ativação social adquire materialidade quando projetada sobre a realidade empírica do Museu Integrado de Roraima (MIRR). Fundado pelo Decreto Estadual nº 26 de 25 de junho de 1984 e inaugurado fisicamente em 1985 no Parque Anauá, em Boa Vista, o MIRR consolidou-se historicamente como o guardião institucionalizado da memória científica, etnográfica e arqueológica do estado (BRASIL, 2023). No entanto, as últimas décadas foram marcadas pelo abandono estrutural.

O Relatório de Visita de Inspeção elaborado pelo MPF, conduzido em 2023, apresenta um diagnóstico trágico dessa instituição de guarda. Assinado pelo Procurador da República Matheus de Andrade Bueno e sua assessoria técnica, com o acompanhamento de arqueólogos e técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o relatório registrou o cenário subsequente à demolição abrupta e sem consulta pública do edifício sede histórico do museu, ocorrida em maio de 2023 sob ordens do governo estadual (BRASIL, 2023). O prédio original encontrava-se fechado há mais de doze anos por reprovações em vistorias do Corpo de Bombeiros e falta crônica de manutenção, sofrendo mais de trinta invasões e atos de vandalismo documentados entre 2018 e 2019.

Com a demolição do prédio sede, o acervo de mais de 38.000 itens, abrangendo valiosas coleções arqueológicas, cerâmicas e cestarias indígenas, répteis e peixes preservados em meio líquido e uma biblioteca especializada, foi comprimido em prédios anexos do chamado Parque Tecnológico. Esses anexos haviam sido edificadas

por meio de um convênio federal junto à FINEP especificamente para fins de pesquisa e serviço técnico do museu (BRASIL, 2023). Contudo, o relatório do MPF revela que o Estado de Roraima, após extinguir o antigo Instituto de Apoio à Ciência e Tecnologia (IACT) e transferir o MIRR para a Secretaria de Cultura (SECULT) em 2022, passou a ocupar arbitrariamente as dependências técnicas do museu para alojar departamentos alheios à sua finalidade, como o recém-criado Instituto de Assistência à Terra e à Extensão Rural (IATER).

A inspeção do MPF flagrou uma situação de descaso salas de pesquisa projetadas com bancadas laboratoriais adequadas para o MIRR estavam sendo utilizadas pelo IATER como depósitos de galões de água vazios, sucatas e bens inservíveis, enquanto o acervo museológico permanecia espremido em salas inadequadas, sob constantes pressões administrativas de desocupação (BRASIL, 2023). Além disso, o esvaziamento da equipe especializada do MIRR causou a perda de sua aptidão jurídica perante o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP). Sem poder atuar legalmente na guarda de acervos, o museu não consegue mais reter os achados arqueológicos do estado, que acabam sendo enviados para outras regiões, distanciando a população roraimense de sua própria memória e herança ancestral.

Ademais, as condições de conservação e catalogação do MIRR se encontravam em estado crítico, conforme constatado pelo IPHAN (BRASIL, 2023). A instituição apresentou graves falhas estruturais e operacionais, destacando-se o armazenamento inadequado de materiais incompatíveis, a total ausência de protocolos de segurança, higienização e contingência contra sinistros, e a precariedade na catalogação, realizada de forma improvisada. Esse cenário alarmante culmina no risco iminente de perda definitiva de coleções históricas inestimáveis, a exemplo do acervo arqueológico de Pedro Augusto Mentz da década de 80, que sofreu com graves falhas de identificação e registro.

A precariedade do museu também se reflete em suas iniciativas digitais. O MPF registrou que, embora as coleções de cestaria e cerâmica indígena tenham recebido etiquetas dotadas de códigos QR, a qualidade precária da impressão impossibilitou a leitura por dispositivos móveis (BRASIL, 2023). Pior ainda, o acervo arqueológico encontrava-se totalmente excluído de qualquer esforço de catalogação digital, desprovido de marcações, permanecendo em um estado de invisibilidade absoluta.

Essa contínua negligência culminou em uma importante resposta jurídica no dia 29 de janeiro de 2026. O juiz Guilherme Versiani Gusmão Fonseca, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Boa Vista, acolhendo Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Roraima (MPRR), condenou o Estado de Roraima a construir uma nova sede definitiva para o MIRR no prazo improrrogável de 360 dias, além de fixar uma indenização de R\$ 50.000,00 por danos morais coletivos devido ao descaso e ao apagamento histórico decorrente da demolição de 2023 (G1 RR, 2026).

Os Limites do Solucionismo de Plataforma

Para formular um plano de intervenção digital que responda à crise do MIRR, é importante analisar o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O catastrófico incêndio de setembro de 2018, que consumiu mais de vinte milhões de itens da mais antiga instituição científica do país, funcionou como um marco doloroso da extrema vulnerabilidade material do patrimônio histórico brasileiro diante do descaso governamental (MOTTA; SILVA, 2020). Após a tragédia, a disponibilização de uma visita virtual em 360 graus pelas salas do Palácio de São Cristóvão, gravada em 2016 pela plataforma corporativa Google Arts & Culture, foi celebrada como o primeiro caso na história da museologia mundial em que uma exposição inteiramente digital foi lançada após o desaparecimento absoluto de seu acervo físico.

No entanto, essa iniciativa deve ser analisada criticamente. Alves (2022) propõe compreender a digitalização museal não como uma solução mágica, mas sim como um processo de remediação situacional, criticando severamente o solucionismo tecnológico:

O solucionismo tecnológico apresenta-se como a primeira resposta: o estabelecimento de um conjunto de recursos técnicos, por vezes relativamente dispendiosos ou de sustentabilidade problemática, através da modernização e mudança da estratégia de mediatização, frequentemente sem repensar o caráter mediático do museu. (ALVES, 2022, p. 61).

A análise do autor demonstra que a remediação operada pela plataforma privada Google apresenta limites estruturais intransponíveis. Alves (2022) argumenta que essa adaptação acaba privilegiando o protagonismo da própria plataforma em detrimento da vivência museal autêntica. Consequentemente, a iniciativa se reduz à mera exibição imagética do museu, inviabilizando as interações criativas e as possibilidades de reinterpretação do acervo que são fundamentais para caracterizar um verdadeiro media-museu. Ao transferir a memória do Museu Nacional para o ecossistema fechado de uma corporação de tecnologia, o Estado brasileiro abdica de sua soberania cultural, pois os dados tornam-se reféns de lógicas proprietárias.

O solucionismo tecnológico, ao promover a espetacularização da imagem digitalizada, desvia a cobrança pública sobre o dever do Estado de salvaguardar as reservas físicas. A aplicação rudimentar de códigos QR ilegíveis e de baixa resolução no MIRR, flagrada pelo MPF (BRASIL, 2023), configura uma versão em menor escala desse solucionismo de fachada. Acaba sendo uma

tentativa cosmética de modernização digital que ignora o plano de documentação, as lógicas de classificação e as demandas de conservação preventiva do próprio acervo físico. A verdadeira museologia digital para o MIRR exigiria, portanto, romper com a dependência corporativa e com a passividade técnica, resgatando as metodologias decoloniais da contra-curadoria.

Modelos de Descolonização de Acervos

A alternativa democrática ao solucionismo tecnológico corporativo reside no conceito e nas práticas de contra-curadoria (ALVES, 2022). Originada no campo educativo de museus para desafiar a autoridade unívoca e colonial do curador tradicional, a contra-curadoria opera como um esforço consciente de crítica institucional e renegociação dos critérios de valorização patrimonial. Na era digital, a contra-curadoria desafia os sistemas tradicionais e cartesianos de classificação de dados, os quais frequentemente invisibilizam e excluem narrativas periféricas. A contra-curadoria digital manifesta-se em práticas de documentação participativas que transferem o poder de classificar e narrar para as próprias comunidades detentoras das memórias.

O referencial prático mais bem sucedido dessa abordagem na América Latina é o Projeto Presença Karajá, estruturado para a salvaguarda e a repatriação digital da valiosa coleção de bonecas de cerâmica tradicionais, as *ritxoko*, do povo indígena Karajá (CÂNDIDO et al., 2021). O projeto envolveu arqueólogos, museólogos e ceramistas indígenas no desenvolvimento de uma base de dados compartilhada. A sustentação técnica dessa iniciativa deu-se por meio do Tainacan, um software livre brasileiro de código aberto projetado como um repositório digital flexível e integrado ao sistema WordPress.

De acordo com Cândido et al. (2021), o uso do sistema Tainacan no Projeto Presença Karajá descolonizou a catalogação museológica ao substituir padrões eurocêtricos por taxonomias

nativas definidas pelas próprias ceramistas indígenas. A iniciativa também inovou ao adotar registros bilíngues, Português e Inyribè, garantindo a soberania linguística da comunidade, e ao disponibilizar o acervo de forma aberta, o que transformou o repositório em uma ferramenta ativa para que os jovens indígenas resgatem técnicas e memórias ancestrais.

A adoção de uma perspectiva decolonial na museologia exige que os profissionais cedam o controle metodológico da catalogação às comunidades (CÂNDIDO et al., 2021). Essa iniciativa evidencia como a gestão do patrimônio digital em redes colaborativas e abertas rompe com o controle hegemônico e devolve o protagonismo a grupos historicamente marginalizados.

Memória, Mediações e a Poética do Imaginário Amazônico como Eixos de Resistência

Para que o MIRR se converta em um espaço de emancipação através da cibermuseologia, torna-se indispensável costurar o diagnóstico empírico do museu às teorias latino-americanas da comunicação e do patrimônio. O colapso material do museu roraimense pode ser lido sob a lente da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. O autor (1990) ensina que a memória individual é apenas um ponto de vista sobre os quadros sociais da memória do grupo. Se esses quadros de sustentação coletiva desaparecem, a memória apaga-se inevitavelmente. O esvaziamento técnico do MIRR e o fechamento prolongado de sua sede representam exatamente a quebra desses quadros de referência institucionalizados, apartando a sociedade local de suas coleções.

Halbwachs (1990, p. 34) adverte que "[...] se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava". Outro autor que complementa esse diagnóstico é Pierre Nora (1993) ao analisar a transição da memória orgânica viva para a história intelectual. Ele estabelece uma distinção

profunda entre memória e história, argumentando que se tratam de conceitos antagônicos em vez de sinônimos. Para o autor, a memória é um fenômeno orgânico e vital, sustentado pelas dinâmicas dos grupos sociais, o que a torna fluida e vulnerável a contínuas transformações, manipulações, períodos de esquecimento e ressurgimentos repentinos. Em contraste, a história configura-se como uma tentativa intelectual e distanciada de tentar reconstruir, de maneira sempre desafiadora e inacabada, um passado que já se extinguiu.

Como a sociedade moderna foi "[...] arrancada da memória viva sob o impulso conquistador e erradicador da história" (NORA, 1993, p. 8), ela já não habita naturalmente a sua memória e vê-se forçada a criar artifícios para bloquear o trabalho do esquecimento. Nesse contexto, lugares de memória são, antes de tudo, restos. A demolição da sede histórica do MIRR e a compressão caótica de seu acervo representam um duplo apagamento, a perda do lugar físico e o enfraquecimento da vontade de memória que deveria orientar as políticas públicas de proteção.

Diante desse cenário, Canclini (2008) adverte que a modernidade do continente latino-americano gerou um cenário distinto, marcado pela contradição de termos tido um modernismo exuberante com uma modernização deficiente. O patrimônio cultural deixa de ser um legado neutro, pertencente igualmente a todos, para ser compreendido como um capital cultural:

[...] a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixados de uma vez para sempre, mas como um processo social que, como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira

desigual por diversos setores (Canclini, 2008, p. 195).

Para romper com as políticas autoritárias que teatralizam o patrimônio para simular origens puras, Canclini propõe ainda o reconhecimento do hibridismo e a redistribuição dos bens simbólicos tradicionais pelos canais eletrônicos de comunicação, democratizando o capital cultural.

A precarização material de instituições de salvaguarda como o MIRR constitui a manifestação de uma modernização às avessas (LOUREIRO, 2015), um modelo de desenvolvimento predatório e centrípeto que destrutura as instituições locais e impõe um apagamento estético violento sobre as populações da Amazônia. A reativação digital das coleções etnográficas e arqueológicas do MIRR por meio de ferramentas livres opera uma autêntica conversão semiótica, transfigurando o objeto material inerte e ameaçado pela ruína física em um dispositivo comunicacional ativo de memória viva, inserindo o patrimônio nos fluxos da cotidianidade e do ciberespaço.

Proposição Prática: O Protocolo de Museologia Digital Inclusiva para o MIRR

A convergência epistemológica de todas essas trajetórias e as constatações empíricas detalhadas no Relatório de Inspeção do MPF fundamentam a formulação de uma proposta de intervenção prática. O objetivo central do protocolo é transformar a digitalização do acervo do MIRR de um estado de preservação técnica inerte para a condição ativa de Patrimônio Digital Ativado. Este último pode ser entendido como a inserção real de um bem cultural digitalizado nos fluxos de memória viva, de transformação social e de disputa identitária do território (REIS et al., 2016), e seu efetivo alcance depende da articulação orgânica de quatro vetores de intervenção prática.

O primeiro deles é a preservação técnica, que assegura o rigor metodológico na captação digital, no tratamento de imagens, na segurança e na integridade dos metadados dos acervos (RIBEIRO et al., 2025). A essa base material soma-se a contra-curadoria, indispensável para promover a abertura e a flexibilidade das bases de dados, desafiando a autoridade curatorial tradicional ao possibilitar esquemas de catalogação participativos e plurivocais (ANDRADE; GOBBI, 2025).

O terceiro vetor estruturante é a interação social, responsável por garantir e aprofundar a apropriação dialógica do patrimônio por parte do público, de escolas e de pesquisadores, que passam a navegar, comentar e reinserir o acervo no cotidiano. Por fim, todo esse processo deve ser necessariamente atravessado pelo reconhecimento amazônico, assegurando que as representações digitais estejam em sintonia com as especificidades territoriais, com os hibridismos culturais da Amazônia Setentrional.

Este protocolo estruturado de preservação e ativação pode ser dividido em quatro fases integradas, considerando uma tentativa de contornar as irregularidades físicas e técnicas constatadas no MIRR:

Fase 1: triagem, estabilização e preservação técnica: responde diretamente à irregularidade apontada pelo IPHAN e documentada pelo MPF no MIRR quanto ao armazenamento inadequado e misto de materiais incompatíveis, como fragmentos líticos e ossos mantidos no mesmo saco plástico zipado (BRASIL, 2023);

- Triagem física e separação: sob orientação profissional, o acervo de peças líticas, cerâmicas e ósseas deve ser fisicamente triado, separado de acordo com suas composições tecnológicas específicas e higienizado com pincéis de cerdas macias para evitar o acúmulo de sujidades. As peças remanescentes de vasilhames devem ser protegidas individualmente com tecidos inertes (TNT);

- Captação digital científica: cada peça deve ser fotografada em fundo neutro com iluminação controlada de estúdio e escala métrica visível. As imagens originais devem ser salvas em formato TIFF de alta resolução sem compressão;

- Dupla custódia de salvaguarda: Para evitar a perda absoluta de dados em caso de novos sinistros (remediando preventivamente cenários como o do Museu Nacional), as matrizes digitais devem ser guardadas em servidores redundantes de dupla custódia, como um repositório institucional hospedado na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e um disco rígido local do MIRR.

Fase 2. catalogação participativa e contra-curadoria de metadados: a segunda fase rompe com a catalogação mínima realizada de forma inadequada por funcionários sem formação, oferecendo uma base lógica robusta de dados de código aberto;

- Implantação do repositório WordPress e Tainacan: integração do software livre Tainacan para estruturar coleções organizadas por tipologias etnográficas e arqueológicas;

- Esquema de metadados: cada peça individualizada receberá um número de tombo específico gerado com as iniciais do município, seguidas das iniciais do sítio e número sequencial. Na planilha do Tainacan, cada material será individualizado, mantendo a memória do código de formulário e número de inventário original do livro tombo;

- Taxonomia afetiva e oralidade: incorporação de metadados qualitativos para abrigar a categorização afetiva do patrimônio. Isso envolve anexar ao arquivo digital depoimentos em áudio e relatos orais coletados de moradores locais, pesquisadores antigos do museu e comunidades tradicionais sobre a coleta e o valor afetivo daquele bem cultural.

Fase 3. design de informação e acessibilidade: essa fase sana o problema técnico de legibilidade verificado na sinalização do museu;

- Sinalização em alta resolução: geração de códigos QR em alta resolução gráfica vinculados diretamente aos metadados do Tainacan, impressos sobre placas rígidas de PVC de alto contraste para resistir ao desgaste físico nas salas expositivas;

- Design responsivo: o repositório web Tainacan do MIRR deve otimizar o peso das imagens e o carregamento das páginas para garantir que as telas sejam acessíveis e abram rapidamente em telefones celulares conectados a redes de dados móveis de baixa velocidade na Amazônia Setentrional;

- Acessibilidade: inclusão de recursos de audiodescrição para pessoas com deficiências visuais e textos de fácil leitura, garantindo que o acervo atue na democratização real do acesso.

- Fase 4: disseminação social e reativação de vínculos: a quarta fase atua sobre o processo de distanciamento entre a sociedade roraimense e o museu;

- Oficinas de co-curadoria digital: promoção de oficinas dirigidas entre o PPGCOM/UFRR e os professores das redes públicas e privadas de ensino que realizam visitas monitoradas ao museu. Alunos de escolas públicas serão engajados na produção de releituras visuais, textos e imaginário amazônico a partir das fotografias do acervo digitalizado;

- Reativação virtual da AMIRR: utilização do repositório Tainacan como canal aberto e interativo para a reorganização da antiga Associação de Amigos do Museu Integrado de Roraima (AMIRR), cuja inatividade burocrática foi lamentada pela diretoria atual (BRASIL, 2023). A plataforma contará com uma seção de fórum de debates e contribuições voluntárias, gerando uma rede comunitária de ativistas em torno da proteção do museu.

Considerações Finais

A trajetória de abandono e colapso do Museu Integrado de Roraima (MIRR) revela um severo desmonte físico e simbólico do patrimônio, refletindo profundas disputas hegemônicas no campo

da cultura. O diagnóstico trágico documentado pelo Relatório de Inspeção do Ministério Público Federal e a subsequente condenação judicial do Estado de Roraima em 2026 escancaram não apenas a negligência governamental, mas também a urgência de resgatar a memória roraimense de um esquecimento estrutural e da inércia institucional. A perda da sede física e o esvaziamento técnico do museu representam a quebra dos quadros sociais que sustentam a memória coletiva, distanciando a população de sua própria herança cultural.

Conforme demonstrado ao longo deste estudo, a resposta a essa crise aguda não pode se limitar a um solucionismo tecnológico de fachada. A simples digitalização de peças arqueológicas ou etnográficas, especialmente quando refém de plataformas corporativas fechadas, atua meramente como um recurso de preservação técnica, falhando em promover a verdadeira democratização do conhecimento. Para que o acervo se converta em um autêntico Patrimônio Digital Ativado, é imprescindível que as instituições museológicas operem uma transição estrutural rumo a práticas dialógicas, nas quais a tecnologia seja um vetor de engajamento social e não uma vitrine passiva.

Nesse sentido, a adoção de posturas decoloniais e de contracuradoria revela-se o caminho fundamental para devolver protagonismo às comunidades e descentralizar o controle metodológico. O uso de plataformas de código aberto, como o Tainacan, permite recusar categorias eurocêntricas em favor de taxonomias afetivas e nativas, garantindo soberania e acessibilidade real ao acervo. O protocolo prático de Museologia Digital inclusiva proposto para o MIRR articula exatamente essa nova dimensão curatorial, integrando a preservação técnica rigorosa, a contracuradoria participativa, a interação social comunitária e o reconhecimento amazônico.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento da precarização do patrimônio na Amazônia Setentrional exige que o museu seja re-

concebido como uma verdadeira arena política e de reativação de vínculos. A cibermuseologia, portanto, transcende a função de salvaguarda virtual, ela se firma como um instrumento de emancipação capaz de reinserir a cultura material e imaterial nas dinâmicas vivas da sociedade roraimense, transformando as ruínas do descaso institucional em redes colaborativas de resistência, identidade e memória.

Referências

ALVES, Artur de Matos. Um museu (re)mediado: a experiência do Museu Nacional do Rio de Janeiro na plataforma Google Arts and Culture. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, n. 42, p. 48-69, 2022. Disponível em: <https://r-libre.teluq.ca/2797/1/523-Texto%20do%20Artigo-1914-1-10-20220722-1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2026.

ANDRADE, Tiago de; GOBBI, Maria Cristina. O algoritmo como arquivista: curadoria algorítmica, apagamentos estruturais e a luta pela memória coletiva no século XXI. *Memorare*, Tubarão, v. 12, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/r4c79a7p>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Roraima. *Relatório de visita ao Museu Integrado de Roraima (MIRR)*. Boa Vista, 2023. Disponível em: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao>. Acesso em: 8 dez. 2025.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

CÂNDIDO, Manuelina et al. Digital strategies for widening the scope of dissemination of indigenous cultures: the Presença Karajá Project and the Tainacan Platform. In: *Decolonising Museology*. [S. l.]: International Committee for Museology – ICOM, 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IBRAM. *Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos*. Brasília, DF: Ibram; Universidade Federal de Goiás, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/33c6ryse>. Acesso em: 11 out. 2025.

JUSTIÇA condena governo de RR a construir nova sede para Museu; estado aponta prazos inviáveis. *G1 Roraima*, 26 fev. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2026/02/26/justica-condena-governo-de-rr-a-construir-nova-sede-para-museu-estado-aponta-prazos-inviaveis.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2026.

KAHN, Karen; JORENTE, Maria José Vicentini. O papel do design da informação na curadoria digital do Museu da Pessoa. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 23-39, set. 2016/fev. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/2uw8fu9b>. Acesso em: 11 out. 2025.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

LIRA, Patricia; MAIMONE, Giovana Deliberali. O uso de tecnologias digitais em museus de arte no caso do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía: repensar Guernica. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 239-252, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xv3dhrx>. Acesso em: 12 out. 2025.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. 4. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015.

MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos; SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. A adoção de tecnologias digitais na reconstrução do patrimônio: relato da experiência do Museu Nacional, Brasil. *Revista Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/awdtua2y>. Acesso em: 12 out. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 11 jan. 2026.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. *PatryTer: Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 26-36, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/stnc5ztz>. Acesso em: 11 out. 2025.

REIS, Marina Gowert dos; SERRES, Juliane Conceição Primon; NUNES, João Fernando Igansi. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 54-69, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/yfz5abr5>. Acesso em: 11 out. 2025.

RIBEIRO, Wilberte et al. Arquivo Histórico-Cultural do ABC: preservação, digitalização e difusão da memória comunitária no Acervo Alpharrabio. In: *SNBU 2025*. São Paulo, 2025.

SEM MUSEU: justiça condena governo de RR a construir nova sede. *Portal Amazônia*, 2 mar. 2026. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cultura/museu-rr-justica-nova-sede/>. Acesso em: maio 2026.

SILVA, Carmem Lucia Souza da; MAIA, Rita; MAGALDI, Monique Batista. Museologia e cultura digital. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 10, n. especial, p. 14-19, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/43sds63r>. Acesso em: 12 out. 2025.

DEMARCAÇÃO DE TELAS: o Cinema de Jaider Esbell como Terceiro Espaço de Enunciação Decolonial

Arthur Gadêlha
Anderson Santos

O caminho para que os povos originários do Brasil filmassem suas próprias narrativas começou a ser percorrido na década de 1980, quando a comunidade Kayapó entrou em posse de câmeras filmadoras, podendo, a partir deste momento, construir obras audiovisuais baseadas na autorrepresentação. A representação indígena em tela, contudo, não é um acontecimento recente; pelo contrário, remonta aos primórdios da cinematografia brasileira. Filmes realizados desde a aurora do cinema nacional já apresentavam os povos originários como elemento central de suas tramas. A obra *Rituais e Festas Borôro* (Thomaz Reis, 1917), considerada um dos primeiros registros etnográficos de que se tem notícia, traz como tema uma comunidade indígena vivendo seu cotidiano enquanto seus ritos e costumes são registrados por um

observador externo. Os aspectos colonialistas decorrentes dessa relação sujeito-objeto evidenciam-se desde o título escolhido para a obra, uma vez que “bororo” é o nome atribuído pelos brancos aos povos espalhados em pequenas comunidades localizadas na região do Mato Grosso. A comunidade representada no filme, na verdade, autodenomina-se “boe” (TOGIWUDO, 2016, p. 10).

Para além dos documentários etnográficos, é possível encontrar diversas obras canônicas da cinematografia ficcional brasileira que trazem a figura indígena como mote central: *Macunaíma* (Joaquim Pedro de Andrade, 1969), *Iracema – Uma Transa Amazônica* (Jorge Bodanzky, 1976), *O Guarani* (Norma Bengell, 1991), *Caramuru – A Invenção do Brasil* (Guel Arraes, 2001), entre diversos outros filmes de caráter indigenista, providos das mais variadas intenções, mas que acabaram por carregar o olhar de um observador externo às comunidades originárias. Na maioria das vezes, o indígena foi retratado a partir de uma versão estereotipada do “índio”, reduzido a estigmas ora racistas, ora reducionistas, como “o preguiçoso”, “o herói”, “o inocente” ou “o sensual”. Tais inscrições deixam de lado pluralidades inerentes à experiência humana e acabam por omitir as riquezas culturais idiossincráticas desses povos.

Em 1985, em um movimento pioneiro, os indígenas Kayapó tiveram a oportunidade de operar câmeras e construir suas próprias narrativas audiovisuais. Nesse mesmo período, outras duas comunidades originárias ao redor do mundo — os aborígenes da Austrália e os inuit do Canadá — também obtiveram acesso a meios de telecomunicação. Essas comunidades, com o suporte estatal para a implementação de cabos e receptores de sinal, passaram a ter televisores em suas localidades, tornando-se telespectadoras da produção televisiva nacional. No Brasil, entretanto, o contato dos Kayapó com os meios de telecomunicação deu-se de maneira particular: o governo, por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), disponibilizou câmeras que possibilitaram àquele grupo a

realização de vídeos autorais. As primeiras aparições públicas dos Kayapó operando filmadoras ocorreram durante um comício realizado em Altamira, em 1989. Naquela época diversos políticos defendiam a construção de uma hidrelétrica no Xingu e organizaram o comício para pleitear a implementação da usina. Os Kayapó, contrários à decisão, compareceram ao evento empunhando câmeras para registrar o acontecimento como forma de protesto contra a implementação do projeto. "Vídeo é um arco nosso. É uma arma nossa", diria mais tarde o cineasta indígena Kiabieti Metuktire sobre esse episódio. A partir desse momento inaugural, a produção audiovisual indígena no país cresceu exponencialmente. Aquilo que começou no Centro-Oeste como um ato afirmativo de resistência, ramificou-se para todas as regiões enquanto expressão artístico-política, e hoje os cinemas indígenas vêm sendo produzidos ao longo de todo o território nacional.

No ano de 2015, trinta anos após o primeiro contato com a câmera, os indígenas Mëbêngôkre fundaram o Coletivo Beture, com o objetivo de reunir jovens cineastas em uma frente única, organizando e estruturando a produção de mídia em suas aldeias. "Beture" é o nome de uma formiga de picada forte que traz em seu corpo as cores preta e vermelha, as mesmas usadas pelo povo Mëbêngôkre-Kayapó quando se preparam para a guerra. Percebe-se assim o entrelaçamento entre a produção audiovisual e as estratégias de guerra deste povo, que através do cinema encontrou uma forma de preservar sua cultura e sociedade, além de resguardar seus territórios geográficos e existenciais a partir de um movimento artístico em si contracolonial. A genealogia dos cinemas indígenas pode ser melhor compreendida quando considerada a partir do pensamento de Ailton Krenak. Em 2021, o filósofo indígena escreveu um texto por título Instituir mitologia: audiovisual indígena, um cinema de ação, onde foi apresentado o conceito "demarcação de telas":

Nesse sentido, intitularam minha fala de 'demarcar a tela'. No cinema de ação, ele se situa, do ponto de vista conceitual, do ponto de vista político, em um lugar de luta, de reivindicação e de resistência (...) Num país onde a diversidade cultural é negada, em que a pluralidade das narrativas continua sendo combatida. Essas narrativas têm uma potência desestabilizadora na ordem imposta, e é muito importante que a gente se aproprie das ferramentas que dão a oportunidade de produzir essas imagens, de constituir essas narrativas, e de criar campo de tensão (KRENAK, 2021, p. 21).

Em meio a um embate político por demarcação de terras, os indígenas buscam também a demarcação de telas (KRENAK, 2021), que é simplesmente tomar para si as narrativas de seus povos, construir e propagar imaginários que contemplem suas cosmovisões, em uma alternativa às narrativas hegemônicas (PINTO, 2021). Atualmente, os cinemas indígenas vivem seu momento mais notório, conquistando espaços em festivais nacionais e internacionais, acumulando prêmios e conquistando admiradores. Há uma engrenagem aquecida que percorre o Brasil de Norte a Sul, dos Yanomami na Raposa Serra do Sol, até os Mbya-Guarani na região das Missões, é possível encontrarmos produções audiovisuais de comunidades ancestrais. Tais produções, mesmo que recentes, já se apresentam como uma alternativa ao cinema hegemônico, comportando-se como um cinema periférico, indígena, dentro do periférico brasileiro. A partir deste contexto pode-se indagar de que maneira a filmografia do artista indígena Jaider Esbell contribui com o tensionamento dos modelos hegemônicos de cinema.

Jaider Esbell é o nome central da arte indígena deste início de século, ele foi e é um artista proeminente da arte brasileira contemporânea, amplamente reconhecido por sua produção no universo das artes visuais, mas cuja atuação artística estende-se também à escrita e ao audiovisual. Ao operar em múltiplas frentes, Esbell constrói uma obra atravessada pela cosmologia indígena, agenciando múltiplos conceitos, dentre eles a crítica à colonialidade, contribuindo para a construção de uma epistemologia que tem como pilar o conhecimento ancestral. Embora sua produção de telas tenha recebido maior atenção crítica, sua produção audiovisual permanece pouco explorada academicamente.

Fazemos um trabalho diversificado, desde o trabalho de professor, um trabalho de base para alcançar um elemento fundamental dessa ideia da transformação social, da educação, que é o imaginário, a curiosidade, despertar para a sinapse do primeiro impacto. Então a ideia de arte é boa porque ela é uma boa armadilha, um ponto de atracação muito forte. Para nós, a arte indígena contemporânea funciona como armadilha, enquanto estratégia contra-colonial (Esbell, 2021, 31p).

O artista faz uso do termo “contra-colonial” em consonância com a proposta de um “ativismo”, termo defendido amplamente em suas obras, tratando-se da proposta de um deslocamento na estrutura colonial. Toda a produção de Jaider carrega a ideia de tensionar a cultura hegemônica por uma identidade plural, heterogênea, híbrida e múltipla. Tal discurso aproxima o artista de diversas escolas das ciências sociais, como o pós-estruturalismo, a teoria decolonial, a teoria contra-colonial e sobretudo a teoria pós-

colonial, como aquela apresentada por Homi K. Bhabha. Para o filósofo indiano, a criação de um novo enunciado a partir de aspectos tradicionais engendra o surgimento de um terceiro espaço, uma reterritorialização que possibilita o surgimento de manifestações que operam de maneira disruptiva contra a hegemonia ocidental. A subjetividade pode então ser moldada por um território existencial híbrido e plural.

A intervenção do Terceiro Espaço da enunciação, que torna a estrutura de significação e referência um processo ambivalente, destrói esse espelho da representação em que o conhecimento cultural é em geral revelado como um código integrado, aberto, em expansão. Tal intervenção vai desafiar de forma bem adequada nossa noção de identidade histórica da cultura como forma homogeneizante, unificadora, autenticada pelo Passado originário mantido vivo na tradição nacional do Povo. Em outras palavras, a temporalidade disruptiva da enunciação desloca a narrativa da nação ocidental. (BHABHA, 1998, p.67)

Essa concepção híbrida da cultura fornece uma chave de leitura para a produção audiovisual de Jaider Esbell, cuja obra frequentemente articula elementos cosmológicos indígenas e linguagens artísticas contemporâneas. Ao visitar o canal do youtube do artista e seu site oficial, é possível encontrar 29 vídeos de naturezas distintas, desde documentários que contam a trajetória de Jaider até recitações de poemas em vídeos ensaios. Dentro deste perfil amalgamado, destaca-se uma obra que engendra ações

micropolíticas de maneira a promover uma intervenção contra colonial simbólica no mundo colonizado. É o caso do vídeo intitulado METADE GENTE, 3/4 BICHO (2016). O vídeo inicia com Jaider Esbell sozinho em meio ao lavrado, de busto nu com colares de miçangas alaranjadas a circundar colares menores. Há pingentes de pedra e um pingente de peixe, também laranja, a passear solitário pelo peito do pintor. Veste na parte de baixo uma sunga estampada com plantas verdes, estreitando o caminho entre ele e a grama. Entre o homem e a câmera há apenas uma cerca de arame farpado.

Figura 1



Fonte: Canal do Youtube de Jaider Esbell

O artista anuncia “nós vamos com a arte transpor todas as fronteiras. Eu vou passar essa cerca simbolicamente e vou entrar

num recurso natural para mostrar como a arte pode usar a linguagem mais ampla” pouco antes de transpor a cerca farpada, mas não sem antes ser arranhado por um arame. A simbologia de seu gesto nos convida a pensar processos descolonizadores, a desobediência como insurreição em uma ação que poderia soar trivial se não estivesse carregada de intenção artística.

Figura 2



Fonte: Canal do Youtube de Jaider Esbell

Ao atravessar para o outro lado, ele corre em direção às veredas, símbolo máximo do cerrado roraimense. Buritizais preenchem o terceiro plano, enquanto no primeiro contempla-se um lago de águas paradas. Jaider, sem temor, adentra as águas, mostrando que onde pisa dá pé. A camada sonora possibilita uma imersão naquele pedaço de lavrado. O som dos pés chafurdando

n'água lembram o chocalhar típico das danças do Parixara, expressão artística comum a vários povos que habitam a região amazônica que buscam através da dança alcançar contato com a Terra. O vento invade o microfone, soprando sons de Cruviana, a entidade dos ventos para o povo Makuxi. Ao céu, como que ensaiado, pássaros cantam e esvoaçam em uma dança conjunta com Esbell.

Figura 3



Fonte: Canal do Youtube de Jaider Esbell

Correndo livre em meio à região cercada, o artista makuxi se distancia da câmera para se aproximar de um buritizal, árvore aquática provedora de sustento para diversas famílias ribeirinhas. Em seguida ele volta a aproximar-se da lente e começa a esguichar água em todas as direções. Com as mãos ele espalha jatos d'água ao mesmo tempo em que projeta urros guturais com a garganta. Se no céu delicados pássaros cantam, sobre a terra metade gente e 3/4 de

bicho, gritam. O indígena caminha grave, se aproximando da câmera, fitando diretamente a lente. De pronto o vídeo se encerra, com Jaider defronte à câmera, a nos molhar com a água da vereda, a nos encarar com olhos eternizados na captação de seu movimento. São dois minutos e trinta e dois segundos de duração que exprimem com exatidão as ideias que ele sempre propagou em vida.

Jaider se faz presente, situado no tempo, componente do que ele nomeia arte indígena contemporânea, intencionalmente diferente da arte moderna. Ele está no século XXI, imortalizado em suas obras. O alerta deixado por ele no vídeo METADE GENTE, $\frac{3}{4}$ BICHO nos recorda de que a colonização é um ato contínuo, logo, as estratégias para combatê-la também devem se fazer contínuas. O arteativista não se prendeu a uma forma enrijecida de fazer arte, pelo contrário, promoveu um fazer artístico intrinsecamente atrelado ao viver, afastando qualquer diferença entre o estado de arte e o estado de vida. Esbell nos convida a visitar outras possibilidades de mundo e outros tipos de fazer arte, desamarrados da retidão, livres de convenções, desobedientes, emancipados e irreverentes, seja na pintura, na escrita, na música, na dança, no teatro, no cinema ou em quaisquer manifestações que ainda hão de surgir. Esbell não reproduz uma identidade fechada ou essencializada, pelo contrário, ao transpor a cerca e decidir fazer disto um manifesto, ele ocupa o terceiro espaço da enunciação como aquele proposto por Bhabha, constituindo um território existencial híbrido e plural onde as narrativas hegemônicas são deslocadas e subvertidas em um ato de resistência simbólica que tensiona a colonialidade ainda presente nas representações dominantes. Seu legado, portanto, não se encerra na pintura ou na escrita, mas expande-se para o cinema como um convite permanente a habitar outros modos de sentir, pensar e fazer arte, onde a vida e a criação se entrelaçam indissociavelmente.

A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação

complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contradição que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria" (BHABHA, 1998, p. 21).

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ESBELL, Jaider. Arte indígena contemporânea como armadilha para armadilhas. *Galeria Jaider Esbell*, 9 jul. 2020. Disponível em: <http://www.jaideresbell.com.br/site/2020/07/09/a-arte-indigena-contemporanea-como-armadilha-para-armadilhas/>.

KRENAK, Ailton. Instituir mitologias: audiovisual indígena, um cinema de ação. In: DUARTE, Daniel Ribeiro; TORRES, Júnia; ROMERO, Roberto (org.). *Cosmologias da imagem: cinemas de realização indígena*. Belo Horizonte: Filmes de Quintal/forumdoc.bh, 2021. p. 17-29.

PINTO, Ivonete. *Cinemas periféricos: estéticas e contextos não hegemônicos*. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

TOGIWUDO, Sônia Maria R. P. *Mano e toro: danças tradicionais do povo Bororo*. Barra dos Bugres, 2016.

EMOÇÕES SOBREVIVENTES: O Pathosformel nas Representações Audiovisuais da Amazônia

Isabella Castro Fernandes
Maurício Elias Zouein

A investigação das representações imagéticas da Amazônia sob a lente da Pathosformel ou fórmula da Páthos² exige, primordialmente, uma imersão na natureza anacrônica do tempo e na sobrevivência dos afetos que desafiam a linearidade histórica. Esta análise propõe olhar para a imagem como uma história universal sob a espécie da eternidade, descrita por Fabián Ludueña Romandini (1976 -), em *A Ascensão De Atlas: glosas sobre Aby Warburg* (2020) – onde a cronologia se dissolve em uma história cósmica. Através desse vértice metafísico, o tempo deixa de ser um fluxo progressivo para tornar-se um campo de intersecções de vetores temporais coexistentes, uma topologia de dobras onde passado, presente e futuro se tocam na superfície da imagem.

² Do grego (πάθος)

O ponto de partida desta reflexão reside na trajetória de Aby Warburg (1866-1929), cuja experiência da loucura entre 1921 e 1924 não foi um mero infortúnio e sim a constituição de uma matriz metodológica. Ao transformar sua própria psique em objeto de estudo, Warburg fez emergir seu *sinthome*³ produtivo: o Atlas Mnemosyne ou a ciência sem nome. Este projeto utópico revela-se como uma cartografia do Outside⁴, uma geografia metafísica e extra-humana onde as potências diamônicas⁵ que acossam a subjetividade sobrevivem através de fórmulas gestual-emotivas. Nesse horizonte, a Pathosformel, cunhada por Warburg, atinge um limiar ontológico, capturando uma história patética fundamental que consegue driblar o substrato histórico para tocar um estado cósmico absoluto, tornando-se objetivamente independente do observador.

Abraham Moritz Warburg ou apenas Aby Warburg, foi natural de Hamburgo, na Alemanha e era um historiador de arte, estudante e pesquisador sobre o ressurgimento do paganismo no renascimento italiano. Ao longo de sua vida, Warburg utilizou parte da fortuna de sua família para adquirir dezenas de milhares de livros, fotos e gravuras, formando uma das bibliotecas privadas mais impressionantes de que se tem notícia. Na década de 1920, Warburg transformou a própria casa num instituto de pesquisa, a Biblioteca Warburg sobre Ciência da Cultura, transferida em 1933 para Londres, depois da morte de seu fundador e ascensão dos nazistas ao poder

³ O termo *sinthome* é um conceito emprestado da psicanálise de Jacques Lacan para explicar como Aby Warburg transformou seu colapso mental em uma ferramenta de criação intelectual, conforme descrito em *A Ascensão do Atlas* (2017) por Fabián Ludueña Romandini

⁴ O termo usado em *A Ascensão de Atlas: Glosas*, explica a loucura Warburg como uma experiência efetiva de conexão com essa exterioridade absoluta, transformando sua psique em uma matriz metodológica para o estudo das imagens.

⁵ Do grego (*δαίμονες*) referem-se a forças, energias ou agentes extra-humanos e primordiais que, segundo Aby Warburg, habitam a memória cultural da humanidade e exercem um *acosso* constante sobre a psique humana.

na Alemanha. Warburg se interessou pela *páthos* sobrevivente ao longo da história cultural do homem, que se identifica em representações imagéticas corporais ecoantes em diferentes sociedades, em aparente estado de repouso, desafiam o olhar sobre a imagem, que, por sua vez, carrega, além do valor de culto, as presenças do antes e do depois do instante da obra. Esses gestos carregados de tensão são expressões organizadas, sintomas na forma de intervalos e interrupções dessas expressões, que aparecem para desestabilizar o simbólico e formar uma imagem dialética.

No final do século XIX, Aby Warburg (1866-1929) ao se interessar pelo *páthos*⁶ sobrevivente nas iconografias ao longo da história cultural do homem, identifica nas representações imagéticas corporais uma repetição em diferentes tempos históricos e sociedades. Em aparente estado de repouso, as *Pathosformeln*, desafiam os olhares sobre a imagem, que carregam além do valor de culto as presenças do antes e depois do instante da obra. Esses gestos carregados de tensão são expressões organizadas, sintomas na forma de intervalos e interrupções dessas expressões que aparecem para desestabilizar o simbólico e formar uma imagem dialética. Assim foi criado o conceito de *Pathosformel*.

Por meio do uso da *Pathosformel* existe uma conexão emocional e/ou sentimental entre os artistas/produtores, a imagem e o espectador/percebedor. Ao reconhecer tais formas, seremos capazes de identificar os sentimentos e/ ou emoções que estão sendo representados e experimentá-los de forma mais profunda. É importante lembrar que a interpretação de uma obra de arte ou a imagem enquanto mediação é sempre subjetiva e pode variar de

⁶ Por mais que alguns autores (DIDI-HUBERMAN, CARLO GINSBURG, ERNST GOMBRICH entre outros) utilizem a fórmula de *Páthos* como fórmula da emoção, meu orientador preferiu que colocássemos a fórmula do sentimento. Primeiro porque a emoção é a exteriorização, verdadeira ou não, de sentimentos, segundo porque o sentimento é a consequência a resposta cognitiva da percepção – neste caso – da imagem.

pessoa para pessoa, o que a torna única, onde o mesmo páthos pode emanar emoções dependendo de suas experiências pessoais e contextos culturais.

A ciência sem nome muito lembrada quando se menciona Warburg trata de um projeto inacabado. O criador de novas palavras para compreender imagens nunca se autodenominou fundador de uma nova ciência, nem se preocupou em dar um nome para o novo conhecimento que desenvolvia. Portanto, sua ciência permaneceu sem nome, uma vez que ela não se encaixava apenas em iconologia, história da imagem ou iconografia. Na verdade, ela transcende essas áreas e é mais bem definida como o estudo das imagens fórmula de páthos, que se refere ao poder que as imagens têm de influenciar nossos sentimentos, tanto positiva quanto negativamente.

O conceito de Aby funciona como um instrumento de análise formal na história da arte; ele constitui o cerne de uma metodologia arqueo-demonológica que busca compreender como as intensas cargas emocionais sobrevivem e se manifestam nas imagens ao longo do tempo, em uma lógica de vida póstuma. A relevância de Warburg, figura central para a compreensão desta pesquisa, reside na sua capacidade de traçar a crônica de um mundo perdido e de postular a persistência de algo que se acreditava silenciado.

Ao transpor essa estrutura para o contexto amazônico, percebe-se que a identidade imagética da região foi historicamente moldada por padrões iconográficos cíclicos que reforçam estereótipos coloniais de controle social. No entanto, a aplicação da teoria de Ariela Azulay (1962 -) permite identificar que a imagem produzida a partir de um encontro contém, invariavelmente, um excesso e uma falta. O excesso é a irrupção das potências do Outside e da ancestralidade mítica que sobrevivem como fósseis em movimento. A falta, por sua vez, denota a incapacidade da técnica em esgotar a propriedade daimônica da imagem.

Essa complexidade ganha uma nova dimensão através da perspectiva do Cinema do Real (2005) de Maria Dora Mourão (1947

-) e Amir Labaki (1963 -). O documentário é aqui compreendido como um gesto humanista de encontro com o outro, onde a câmera deixa de ser um mero instrumento de captura passiva para tornar-se o órgão de um corpo em mutação, permitindo uma imersão tátil e profunda no mundo. A análise dos registros audiovisuais selecionados, que abrange o registro etnográfico de *A Vida dos Taulipang na Guayana*⁷ (1911), a obra ficcional de *O Abraço da Serpente* (2015) e o documental de *Por onde anda Makunaíma?* (2021), demonstra como o cinema atua como um hiper-sensório cósmico. Nessas obras, a encenação, descrita por Silvino Santos (1886 - 1970) como uma ferramenta fundamental para a construção do seu discurso visual sobre a Amazônia, onde o termo teatro da filmagem é usado para explicar que o cineasta registrava o real, reorganizava o espaço, as pessoas e os produtos diante da lente. E, neste contexto, não é uma falsificação, mas uma ferramenta para reativar as *Pathosformeln* ancestrais, permitindo que a verdade emergja da reordenação de conteúdos gerados no instante do encontro. A análise cinematográfica desses registros revela constantes inovações nas representações da Amazônia, oferecendo uma perspectiva sobre sua identidade em permanente evolução no imaginário público. Sendo assim, utiliza-se a *Pathosformel* como base metodológica para a análise.

O conceito de Warburg é chave para compreendermos as expressões corporais no tempo sobrevivente, refugio da memória que se ressignifica no presente. Ele descreve a representação ou comunicação de emoção, movimento e paixão, por meio de um paradigma visual anacrônico. I.e. poses corporais, expressões, itens, acessórios, expressões faciais e gestos com as mãos, construído por meio da representação imagética de movimentos. A postura humana é um aspecto formalmente quantificável de uma obra de arte e pode ser uma expressão primária da emoção. Tal conceito exige recortes

⁷ Do Alemão (*Aus dem leben der Taulipang in Guayana*).

diferenciados quando aplicados em obras inseridas em diferentes campos artísticos.

Em *A Ascensão de Atlas* (2020), Fabían Ludueña Romandini conta que o supracitado historiador de arte dedicou sua vida ao estudo do ressurgimento do paganismo no Renascimento italiano. A cronologia vital de Warburg é relevante por representar o auge e o declínio de um modelo de mundo do saber. Em seu tempo, o saber florescia e os livros importavam, mas a escrita, a leitura, ou mesmo a morte, se fundiam à forma-obra, e as reviravoltas da vida informavam todo ato de criação intelectual.

Para Warburg, o estudo da imagem é o estudo de como as *Pathosformeln*, as expressões corporais carregadas de movimento e paixão, sobrevivem ao tempo, sendo reinterpretadas através de paradigmas visuais anacrônicos. As fórmulas da emoção garantem o impacto imediato das imagens, relacionando-se à memória cultural da humanidade e à persistência de imagens universalmente reconhecíveis.

Na perspectiva de Fabían Ludueña, a *Pathosformel* depende da aquisição do supranormal *Urbild*⁸. As imagens, por si sós, podem transmitir gestos e emoções supra-humanas, sendo objetivamente independentes do sujeito observador. Assim, o conceito se manifesta como forma gestual e emotiva, que representa poses corporais, expressões de emoção e gestos construídos através da representação imagética de movimentos. Já como transmissão de emoção, ele apresenta o fato de que, por exemplo, uma escultura pode transmitir esses sentimentos, ele implica que a emoção é apenas a declinação afetiva de uma forma de pan-psiquismo e uma redefinição do conceito de matéria que não se reduz à sua efetivação substancial.

A tal ciência também foi estudada e aprofundada por autores como Ernst Gombrich (1909-2001), Giorgio Agamben (1942-) e Carlo

⁸ Do alemão, modelo ou arquétipo.

Ginzburg (1939-) que a denominaram como Ciência da Cultura. P. ex., Ernst Gombrich – renomado historiador da arte, aluno e colaborador próximo de Warburg – descreveu o legado intelectual de Aby como uma metodologia única nomeada por: Ciência sem nome. Segundo Gombrich (2012), a abordagem de Warburg não se encaixava em nenhum dos rótulos tradicionais das disciplinas acadêmicas. Warburg estava interessado em investigar as conexões entre as artes visuais, literatura, filosofia, mitologia e outras áreas da cultura humana, e ainda acreditava que essas conexões poderiam ajudar a entender a forma como a percepção visual, cognitiva e emocional se desenvolveram ao longo do tempo. No entanto, o nome mais adequado para essa ciência não é uma palavra, mas sim um projeto utópico e inacabado: a construção de um atlas das imagens, o Atlas Mnemosyne (Imagem 1). O atlas que consistia em uma coleção de painéis que apresentavam famílias de imagens, tratava da reunião de todas as categorias de imagens do maior número de tempos históricos possíveis. Embora Warburg não tenha completado sua obra gigantesca, deixando algumas dezenas de painéis, sua visão antecipou as imagens que seriam produzidas quase 20 anos depois durante seus surtos psicóticos.

Imagem 1: Atlas Mnemosyne



Fonte: Virtual Tour - Aby Warburg: Bilderatlas Mnemosyne exhibition at Haus der Kulturen der Welt

O Atlas Mnemosyne é o nome dado ao projeto utopístico e inacabado de Warburg, um atlas das imagens que consistia em painéis organizados para relacionar conteúdos imagéticos a páthos existentes. Trata-se de uma coleção iconográfica cronológica, um projeto que visa propugnar um tempo impuro e anacrônico, buscando acessar a história universal sob a espécie da eternidade. A contemplação do Atlas exige um ponto de fuga que remete à pré-história, à história e após-história das imagens. Ele se revela como uma meditação em figuras sobre o tempo cósmico.

O filósofo e teórico italiano Agamben também se interessou pela obra de Warburg e a abordagem interdisciplinar que ele

desenvolveu. Agamben (2009) argumenta que a metodologia de Warburg era uma maneira inovadora de estudar a história da arte e das imagens, além de um método para compreender a relação entre a cultura e a política. Para ele, a abordagem se concentrou na análise de como certas imagens, enquanto símbolos, foram utilizadas para fins políticos em diferentes períodos históricos. Contudo, Warburg acreditava que a cultura e a política estavam profundamente entrelaçadas, e que o estudo das imagens e símbolos poderia ajudar a entender como as ideias e crenças políticas foram moldadas ao longo do tempo. Concordando, Agamben argumenta que a metodologia Warburguiana é importante porque desafia as fronteiras disciplinares rígidas que muitas vezes limitam a forma como pensamos a cultura e a política, ao se concentrar em imagens e símbolos em vez de textos e ideias abstratas, abrindo caminho para uma abordagem mais aberta e flexível para o estudo da história e da cultura. Além disso, Agamben defende que a abordagem pode ajudar pessoas a entenderem a forma como a política e a cultura interagem no mundo contemporâneo.

Ao dissertar sobre emoção, a obra *Que emoção! Que emoção?* (2016), Georges Didi-Huberman (1953-), destaca uma reflexão de Charles Darwin (1809-1882) que expõe o ato de chorar como um ato primitivo. Segundo Darwin, esse ato consiste em expressar por meio de certos movimentos, da face por exemplo e/ou das lágrimas, uma dor física ou um sentimento.

As emoções passam por gestos que fazemos sem nos dar conta de que vêm de muito longe no tempo. Esses gestos são como fósseis em movimento. Eles têm uma história muito longa e muito inconsciente. Eles sobrevivem em nós, ainda que sejamos incapazes de observá-los em nós mesmos. Darwin sem dúvida tinha razão ao dizer que as emoções são gestos primitivos. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 21)

O que é descrito na citação de Didi-Huberman nada mais é que o *Pathosformel*. A teoria da arte que a fórmula de *páthos* propõe

sugere que certas formas visuais podem evocar emoções ou sentimentos específicos no espectador, essas formas são geralmente consideradas como padrões universais que transcendem culturas e períodos históricos.

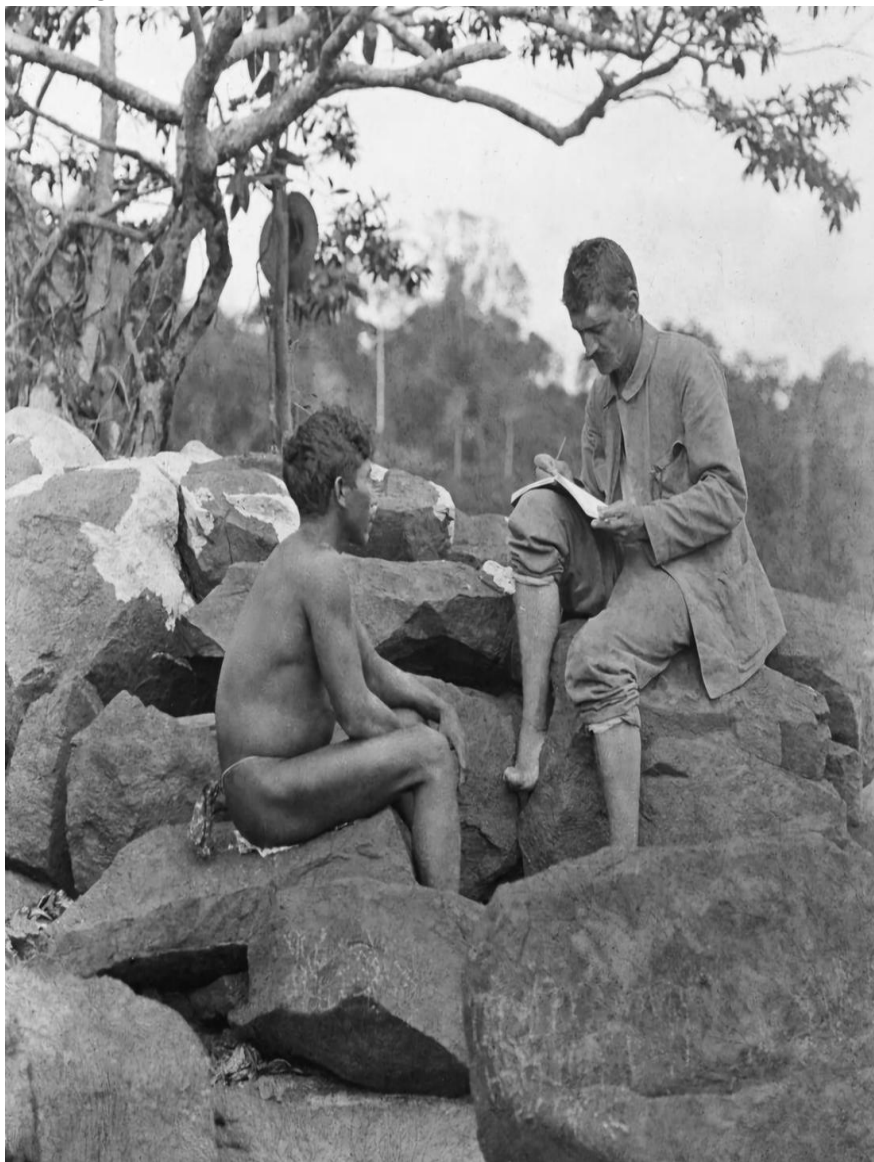
No contexto do cinema amazônico, as *Pathosformeln*, especificamente nas abordagens ficcionais, antropológicas e documentais, podem ser relacionadas à construção de padrões emocionais e simbólicos que atravessam e representam diferentes tempos e formas. Esses padrões funcionam como fórmulas expressivas recorrentes, refletindo aspectos profundos da cultura e da natureza da região, e podem ser observados tanto nas narrativas quanto na estética cinematográfica. Quando relacionamos essas informações à Amazônia, podemos notar que ela é frequentemente retratada em representações cinematográficas com imagens que evocam uma natureza mística e exuberante, povos indígenas imersos em tradições milenares e cenários envoltos em mistérios ancestrais. Essas imagens, carregadas de simbolismos, muitas vezes reproduzem estereótipos ou idealizações, mas também funcionam como expressões arquetípicas que conectam o espectador a emoções primitivas e universais.

Assim, a *Pathosformel* desempenha um papel crucial na criação de imagens e narrativas, pois atua como uma ponte entre a experiência emocional e a construção simbólica da Amazônia. Ela reforça certas ideias e sentimentos sobre a região, perpetuando uma identidade imagética que dialoga com o passado, o presente e as visões de futuro. Dessa forma, a *Pathosformel* reflete e molda a percepção da Amazônia, transformando-a em um lugar de significados múltiplos, onde a realidade e o mito se entrelaçam através do cinema – como no filme *O Abraço da Serpente*, onde a fórmula de *páthos* se manifesta na representação lírica e poética da floresta amazônica, utilizando elementos ficcionais para destacar a espiritualidade e a conexão profunda entre os personagens e a natureza. Por meio de uma cinematografia rica em imagens

simbólicas, e uma narrativa envolvente, findam por evocar sentimentos que geram mistério, reforçando a identidade imagética da Amazônia como um espaço sagrado. Essa abordagem ficcional permite a criação de uma narrativa que, embora baseada em elementos reais, expande a realidade para explorar dimensões emocionais e culturais profundas.

Por outro lado, o primeiro registro de Theodor Koch-Grünberg (1872 - 1924), intitulado *Vida dos Taulipang na Guayana*, como uma obra antropológica, utiliza a *Pathosformel* para documentar a cultura indígena da Amazônia. A abordagem de cunho documental busca capturar a realidade das comunidades locais, enfatizando a autenticidade e a diversidade cultural (imagem 2). É evidente a maneira como as imagens e entrevistas são organizadas para transmitir e extrair o máximo de veracidade das tradições e modos de vida indígenas, contribuindo assim para a construção de uma identidade cultural baseada no conhecimento e na valorização das culturas nativas. Esse registro antropológico serve como um marco histórico que conecta o passado da Amazônia às representações contemporâneas, oferecendo uma base para a análise comparativa ao longo do tempo.

Imagem 2 - Koch-Grünberg anotando contos de um indígena em sua viagem de 1911-13.



Fonte: Koch-Grünberg, T. 1981. Del Roraima al Orinoco (Tomo II).

No filme *O Abraço da Serpente*, que ficciona a expedição de Koch-Grünberg, observamos a fórmula de páthos se manifestando na representação lírica e poética da floresta amazônica, utilizando elementos ficcionais para destacar a espiritualidade e a conexão profunda entre os personagens e a natureza. Por meio de uma cinematografia rica em imagens simbólicas e uma narrativa envolvente, evocam sentimentos que geram mistério e reverência, reforçando a identidade imagética da Amazônia como um espaço mítico. Essa abordagem ficcional permite a criação de uma narrativa que, embora baseada em elementos reais, expande a realidade para explorar dimensões emocionais e culturais profundas.

Já *Por onde anda Makunaíma?*, que une as obras anteriores e as aborda de forma documental contemporânea, aplica a Pathosformel na exploração das transformações atuais e futuras da Amazônia. Este registro aborda questões como a preservação ambiental, os desafios enfrentados pelas comunidades locais e as perspectivas de desenvolvimento sustentável. A Pathosformel neste contexto permite que o documentário crie uma narrativa que conecta o passado e o presente, destacando a continuidade e as mudanças nas identidades culturais e ambientais da região. A utilização de imagens mais atuais com profissionais, especialistas e até mesmo figuras significativas para a história, contribui para uma leitura contemporânea da Amazônia, evidenciando as dinâmicas em constante evolução que moldam a identidade da região.

A trajetória temporal abordada, passando do passado (representado pelo registro de Koch-Grünberg), ao presente (com *O Abraço da Serpente*) e ao presente/futuro (com *Por onde anda Makunaíma?*), permite uma análise aprofundada de como as representações da Amazônia evoluem e se adaptam às mudanças sociais e ambientais. A cinematografia e a semiótica são ferramentas essenciais para decodificar essas representações, revelando as particularidades e a identidade imagética única do cinema amazônico. Além disso, a utilização do conceito oferece uma lente

teórica para entender como as emoções e os símbolos recorrentes são empregados para construir uma narrativa coesa e envolvente sobre a Amazônia.

Ao aplicar essa abordagem, é possível explorar como diferentes formas de expressão cinematográfica, seja ficcional, antropológica e documental, utilizam estruturas emocionais semelhantes para criar uma conexão emocional com o público, perpetuando estereótipos, mas também promovendo uma compreensão mais profunda e multifacetada da região.

A Pathosformel promove a evocação de sentimentos e imagens específicas relacionadas à Amazônia, mas também contribui para a construção de uma narrativa contínua que reforça a identidade cultural da Amazônia no imaginário cinematográfico. A análise comparativa dos três registros permite identificar as constantes e as inovações nas representações, oferecendo perspectivas valiosas sobre a evolução da identidade amazônica no cinema e seu impacto na percepção pública da região, além de analisar e ressignificar os signos imagéticos da região.

Um dos pontos mais originais da leitura de Didi-Huberman é a aproximação entre a iconologia e a sintomatologia psíquica de viés freudiano. Para ele, a imagem funciona como um símbolo que se tornou incompreensível por ter sido intensificado ou dissimulado, exigindo uma interpretação que aceite contradições e anacronismos. Essa dialética revela que a memória se organiza por causa e consequência, mas também por sobreposições e rastros que reaparecem como fantasmas para quem sabe olhar através das fendas da história. Com isso, podemos conceber que o olhar para a Amazônia ou qualquer outro objeto artístico sob a ótica de Warburg é reconhecer que as imagens são organismos vivos. Elas carregam um brilho que, tal como o de uma estrela morta, continua a ter significado e a afetar o presente através de uma incorporação empática que borra as fronteiras entre o observador e o objeto observado.

Robert Stam (1941 -) e Ella Shohat (1959 -), em sua obra *Crítica da Imagem Eurocêntrica* (2006), contam que os estudos sobre estereótipos são fundamentais para revelar padrões opressivos de preconceito, compreender os estereótipos como ferramentas de controle social e destacar os impactos psíquicos causados por representações negativas. Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise da representação da Amazônia no cinema, pois permite questionar os estereótipos associados à região e seus povos, além das formas de como essas imagens, sejam positivas ou negativas, moldam a percepção cultural e simbólica da Amazônia, até mesmo ao reconhecer que as narrativas cinematográficas refletem perspectivas culturais e políticas específicas, mais do que uma tentativa de retratar uma verdade objetiva sobre a região.

Stam resgata o ensaio de Alexandre Astruc (1923 - 2016) sobre a câmera-caneta, que sustenta que o cinema é um meio de expressão tão flexível e sutil quanto a escrita ou a pintura. O cineasta deixa de ser um mero executor de roteiros para se tornar um artista que pode dizer “eu” através da imagem. Essa escrita cinematográfica é o que permite ao diretor, como no caso de *O Abraço da Serpente*, registrar a floresta e nela inscrever uma visão singular. No caso da Amazônia, essa identidade foi moldada por meio de relatos de viajantes, ilustrações, fotografias, documentários e filmes ficcionais, consolidando certos padrões iconográficos que se repetem através dos séculos. Essas imagens carregam traços estéticos, emoções e símbolos que podem ser analisadas a partir do conceito de *Pathosformel*.

Um dos primeiros registros visuais produzidos por exploradores europeus, como os desenhos de Theodor de Bry (1528-1598) inspirados nos relatos de navegadores do século XVI, até as produções cinematográficas contemporâneas, é notável uma continuidade imagética que reforça determinados estereótipos, mitificações da floresta e de seus habitantes. Elementos como a densa vegetação que se impõe sobre o homem, os rios abundantes

que simbolizam um percurso de descoberta e os indígenas representados como figuras enigmáticas ou seres vorazes e antropofágicos, aparecem ciclicamente na cultura visual.

No cinema, esses padrões iconográficos se perpetuam e se adaptam às novas tecnologias e narrativas, mas sem romper completamente com suas origens. Filmes como *O Abraço da Serpente* exemplificam como o peso visual da Amazônia muitas vezes dialoga com fórmulas estabelecidas, mesmo quando há uma tentativa de desconstrução dos discursos coloniais. A floresta é retratada com um misto de fascínio e temor, e as populações indígenas frequentemente ocupam um papel que oscila entre a alteridade e a ancestralidade mítica. Já em *Vida dos Taulipang* na Guayana é apresentada uma visão documental que reforça a ideia de povos indígenas como focos de estudos, contrastando o longa anterior, oferecendo uma perspectiva real que destaca a sabedoria ancestral e a relação espiritual dos povos com a natureza. Em *Por onde anda Makunaíma?*, os pensadores por trás das câmeras começam a questionar e destrinchar essas narrativas, revelando uma Amazônia multifacetada.

Imagem 3 - A vida dos Taulipang na Guayana



Fonte: T.Koch-Grunberg (1911).

Imagem 4 - O abraço da serpente



Fonte: Filme Distribution E.K (2015).

Imagem 5 - Por onde anda Makunaima?



Fonte: Divulgação/BoulevardFilmes (2021).

Os frames das três obras que são pilares importantíssimos desta pesquisa mostram, no contexto amazônico, o contraste entre o humano e as paisagens ao longo do tempo, evocando tanto a integração com a natureza quanto a sensação de deslocamento ou isolamento. Por outro lado, a repetição dessa pose pode ser lida como uma continuidade inconsciente de registros coloniais, onde viajantes e antropólogos representavam indígenas e habitantes locais em composições estáticas, frequentemente para classificá-los ou enquadrá-los dentro de narrativas externas. Na imagem 3 e 4 vemos os indígenas em meio a natureza, reproduzindo ações e trabalhos ancestrais. Já na imagem 5, também vemos um indígena em meio ao que já fora uma parte densa de floresta, mas que agora

se adapta a modernidade onde suas ações e trabalhos fazem parte de um sistema integrado à sociedade urbana.

O que é possível concluir previamente sobre as representações audiovisuais da Amazônia, pautada pelo conceito de Pathosformel, exige que mergulhemos em uma percepção temporal anacrônica, onde os afetos sobrevivem e contestam a cronologia histórica tradicional. Sob essa perspectiva, a imagem é compreendida como uma narrativa universal que toca a atemporalidade, transformando o tempo em um território de intersecções onde o passado, o presente e o futuro se encontram na superfície do registro visual. Esta abordagem tem como alicerce a trajetória de Warburg, que converteu sua própria crise psíquica em uma ferramenta de análise, dando origem ao mencionado Atlas Mnemosyne. Este capítulo revela como certas potências ancestrais sobrevivem através de gestos e expressões faciais, atingindo um patamar ontológico independente de quem as observa.

Ao direcionar esse olhar para o contexto amazônico, é notável que a identidade visual da região foi frequentemente aprisionada em ciclos iconográficos que reiteram preconceitos coloniais de dominação. No entanto, a teoria da Potential History: Unlearning Imperialism (2019) de Ariela Azulay, permite identificar que toda imagem gerada em um encontro carrega um excesso e uma falta, que é o limite da técnica em capturar a totalidade da alma do que é registrado. Essa dinâmica ganha corpo no chamado Cinema do Real, onde o ato de documentar é visto como um gesto de proximidade humana. Aqui, a câmera não é um objeto neutro, mas um órgão transformador que permite uma conexão física e profunda com a realidade, onde o uso da encenação não serve para enganar, mas para reativar memórias latentes e permitir que a verdade aflore no momento do encontro cinematográfico.

O cerne desta análise reside na compreensão da Pathosformel como o refugio da memória que ganha novos sentidos no presente. Warburg dedicou-se a estudar como o páthos

sobrevive na história da cultura, manifestando-se em poses corporais e acessórios que, mesmo em repouso, carregam a tensão do que veio antes e do que virá depois do instante capturado. Esses gestos são vistos como sintomas, intervalos que desestabilizam o sentido comum e criam imagens dialéticas. Através desta ciência sem nome, que ultrapassa as fronteiras da iconologia tradicional, torna-se possível reconhecer as cargas emocionais que persistem nas imagens em uma espécie de vida póstuma, revelando a crônica de mundos que se acreditava terem sido silenciados. A aplicação prática dessa teoria no cinema amazônico permite rastrear padrões que conectam obras de tempos distintos, como os registros de Koch-Grünberg (1911) e as produções contemporâneas. No filme *O Abraço da Serpente*, a linguagem do corpo atua como o eixo de uma poética visual que une diferentes momentos do século XX. Sua expressão contemplativa configura uma fórmula de emoção legítima, transformando seu corpo em um arquivo vivo da memória coletiva da floresta que resiste ao apagamento colonial. Já no documentário *Por onde anda Makunaíma?*, o personagem é tratado como uma entidade que renasce em diversas fases da arte brasileira, habitando o que Didi-Huberman define como um tempo de fantasmas. Ao confrontar arquivos históricos com vozes indígenas atuais, o filme pratica uma soberania mundana, tratando o herói mítico como uma presença empática de uma Amazônia que exige reparação e reconhecimento, e não apenas de forma ficcional.

Dessa forma, a construção da identidade imagética da Amazônia resulta de um emaranhado de percepções acumuladas desde as primeiras ilustrações europeias até o cinema moderno. Embora muitos desses registros tenham reforçado estereótipos da floresta como um lugar de mistério, o cinema contemporâneo utiliza o peso dessas fórmulas visuais para desconstruir narrativas coloniais. A *Pathosformel*, portanto, se porta como um instrumento de análise da arte e uma ponte que liga a emoção humana à construção simbólica de uma região. Olhar para essas imagens sob a ótica de

Warburg é entender que elas são organismos vivos, tal como o brilho de estrelas que já se apagaram, elas continuam a emitir significados e a afetar a nossa percepção presente, exigindo um cuidado atento com as fendas da história para que a memória de um mundo comum não seja fragmentada.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AZOULAY, Ariella. *Potential history: unlearning imperialism*. Verso, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. 2002. p. 1-92.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* Conferência pronunciada no Teatro de Montreuil, nos arredores de Paris, e seguida de uma sessão de perguntas e respostas. 2013. p. 1-87.

GOMBRICH, Ernst H. *Gombrich essencial: textos selecionados sobre arte e cultura*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAGALHÃES, Angela; MARTINS, José Carlos. *Amazônia: luz e reflexão*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

MOURÃO, Maria Dora Genis; LABAKI, Amir. *O cinema do real*. Cosac Naify, 2005.

ROMANDINI, Fabián Ludueña. *A ascensão de Atlas: glosas sobre Aby Warburg*. Tradução de Felipe Augusto Vicari de Carli. Cultura e Barbárie, 2020.

ROSENWEIN, Barbara H. *A fórmula da paixão de Aby Warburg e sobre ele*. São Paulo: EDUC, 2022.

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções: problemas e métodos*. Letra e Voz, 2011. p. 7-36.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 261-312.

WARBURG, Aby. *A presença do antigo: escritos inéditos*. v. 1. Tradução e organização de Cássio da Silva Fernandes. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

WARBURG, Aby. *Histórias de fantasma para gente grande*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

EIXO 2 — NARRATIVAS MIDIÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

RECEPÇÃO E NOVOS FLUXOS DE COMUNICAÇÃO: Análise dos Conteúdos Compartilhados por Telespectadores via Aplicativo de Mensagens da Rede Amazônica

Abigail Reis
Vângela Morais

Este capítulo analisa como os telespectadores do telejornal Bom Dia Roraima (Rede Amazônica) utilizam o aplicativo de mensagem da produção da emissora para interagir e gerar novos fluxos comunicacionais. Busca-se compreender, sob a ótica dos estudos da recepção, como o envio de sugestões de pauta, fotos, vídeos e opiniões reconfigura a produção da notícia e a construção de sentidos no jornalismo. A pesquisa baseia-se em dados coletados no período de 23 a 30 de maio de 2025, mediante autorização do setor responsável da emissora. Nosso objetivo é entender de que forma ocorre a interação dos telespectadores do jornal Bom Dia Roraima, na condição de receptores ativos de notícias: como eles

geram sentidos e novos fluxos de comunicação por meio do Whatsapp da produção do telejornal.

Essa análise propõe um olhar sobre os conteúdos compartilhados pelos telespectadores e como os veículos de comunicação contribuem para a formação de suas identidades. Com base nos estudos culturais latino-americanos, o paradigma prioriza a mediação e evidencia como o avanço das mídias digitais vem reposicionando o papel do receptor.

Essa perspectiva encontra fundamento central na obra de Jesús Martín-Barbero, intelectual colombiano cujo pensamento reorientou os estudos de comunicação na América Latina. Em *Dos meios às mediações* (1997), o autor propôs uma transformação conceitual significativa: em vez de partir dos meios de comunicação e seus efeitos sobre o público, sugere que se parta das mediações, isto é, dos processos culturais, sociais e simbólicos que estruturam a relação entre comunicação e cultura. Para Martín-Barbero (1997, p. 16), trata-se de "um deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir dos usos". Essa virada teórica é decisiva para compreender o telespectador não como destinatário passivo de uma mensagem, mas como sujeito ativo que se apropria dos conteúdos midiáticos a partir de sua experiência cultural.

Segundo Gomes (2004, p. 16), "os Estudos de Recepção [...] caracterizam-se por procurar entender o lugar do receptor no processo comunicativo a partir da perspectiva da sua atividade e, portanto, negando as concepções que o entendem passivo". Essa mudança de perspectiva representa uma ruptura com os modelos hegemônicos de meados do século XX, a exemplo da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver. Enquanto o modelo tradicional reduzia o ato comunicativo a uma engrenagem linear e instrumental (Emissor - Mensagem - Receptor), a consolidação dos estudos de recepção problematiza essa

passividade, provando que a comunicação é um processo circular, complexo e profundo mediado pela cultura.

‘Recepção’, por sua vez, para a teoria da informação significa ‘decodificação’ *stricto sensu*, tem assumido uma acepção cada vez mais ampla, significando, a depender da corrente de investigação que o adote, desde o uso ou consumo dos meios de comunicação de massa até os processos gerais de produção de sentido (Gomes, 2004, p. 17).

A superação do modelo linear, contudo, não se deu de forma automática. Foi necessário um longo processo de revisão teórica que colocou em xeque a ideia de que o receptor simplesmente “recebe” uma mensagem pronta e a decodifica de maneira uniforme. Martín-Barbero (1997) argumenta que os meios de comunicação operam em um campo de tensões, onde diferentes classes, grupos e culturas negociam significados. Nesse sentido, a televisão e, no caso desta pesquisa, o telejornal local não é apenas um transmissor de informações, mas um espaço de mediação cultural onde identidades são disputadas, reforçadas e, por vezes, transformadas.

Diante disso, o estudo da recepção é um estudo simbólico de todas as linguagens e revela que o telespectador, além de consumidor, é produtor de sentido, capaz de expressar sua opinião sobre as notícias que consome e interagir com os veículos de comunicação que as veiculam.

Para Gomes (2004), “receptor” tornou-se um conceito geral que designa qualquer indivíduo humano na situação específica em que participa de um processo comunicativo. Assim, “enquanto indivíduo, ele participa do processo de comunicação não só com seu cérebro e ouvido, mas com todos os seus sentidos, características de

personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura" (Gomes, 2004, p. 17).

Essa dimensão integral do receptor, que participa do processo comunicativo com toda a sua bagagem cultural e subjetiva, é também central no pensamento de Martín-Barbero. Para o autor, a comunicação se tornou "questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento" (Martín-Barbero, 1997, p. 16). Essa perspectiva é especialmente relevante para analisar um veículo regional como a Rede Amazônica, cuja audiência é formada por telespectadores de contextos culturais, geográficos e socioeconômicos bastante diversos - e que, como esta pesquisa busca demonstrar, não apenas recebem os conteúdos do telejornal, mas os ressignificam a partir de suas próprias experiências e mediações culturais.

O conceito de cultura é necessário para entender a formação da identidade do receptor de notícias, além de fundamental para os estudos da recepção midiática – na medida em que a cultura está relacionada a qualquer prática de comunicação. Segundo o sociólogo Raymond Williams (2011, p. 18), nesse sentido, "a cultura é um modo de vida, um modo específico, particular e significativo de vida, que se desenvolve em um tempo e lugar determinados". Ele defende que a cultura representa não só obras ou práticas artísticas, mas todo o conjunto de significados e práticas compartilhados em uma sociedade. Para Raymond Williams (2011, p. 38) "a cultura é o terreno em que se travam lutas pela hegemonia: onde diferentes grupos sociais disputam significados e valores".

Então, "estudar a produção de sentido no espaço da recepção significa pensar processos de comunicação a partir do âmbito da cultura" (Gomes, 2004, p. 209), de modo que a recepção não é o fim do processo de comunicação, mas um lugar onde o sentido é (re)construído culturalmente.

Além disso, é importante situar esta pesquisa dentro de uma tendência mais ampla de renovação dos estudos de recepção no

Brasil e na América Latina, que tem buscado articular as contribuições clássicas dos estudos culturais com as transformações impostas pela digitalização dos meios. Se Martín-Barbero (1997) já apontava para a necessidade de pensar a comunicação a partir das práticas cotidianas dos receptores, o surgimento de ferramentas como o WhatsApp tornou essa participação mais imediata, visível e mensurável. A presente pesquisa busca, nesse sentido, contribuir para essa discussão a partir de um olhar situado sobre uma realidade regional específica, compreendendo como telespectadores de Roraima exercem sua agência comunicativa em um contexto marcado tanto por avanços tecnológicos quanto por desigualdades estruturais que condicionam o acesso e a participação na esfera midiática.

TV Rede Amazônica em Roraima

A Rede Amazônica é a maior rede de comunicação da Região Norte, levando informação e entretenimento para todos os cantos da Amazônia, sendo uma rede de emissora de TV afiliada à Rede Globo. Atualmente, está presente nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima. A emissora foi a pioneira do ramo no estado de Roraima e em 2025 completou 50 anos de atuação, sendo a única em que o sinal televisivo alcança todos os municípios do estado sendo, conseqüentemente, o veículo de comunicação com maior audiência. Mesmo que em Roraima não se disponha de agência de aferição de audiência, a Rede Amazônica sobressai-se pela sua infraestrutura de rede. A presença em todos os municípios roraimenses confere à emissora uma posição de hegemonia na cobertura territorial e na mediação da informação regional.

A programação da emissora conta com cinco programas semanais: Bom Dia Roraima (BDRR), Jornal de Roraima 1ª edição (JRR1), Jornal de Roraima 2ª edição (JRR2), Fala Macuxi e o Amazônia Agro. Apenas os três jornais citados exibem o quadro de interação com a audiência, sendo a participação do telespectador por meio de

mensagens com fotos e vídeos que enviados ao telefone da produção da TV. É na interação do jornal Bom Dia Roraima que se dá nossa análise quanto à recepção dos telespectadores.

O jornal do Bom Dia Roraima é um jornal matinal com cerca de 1h30min de duração transmitido durante os dias de segunda à sexta para todos os municípios do estado, no horário das 6h às 7h30 da manhã. Foram analisadas as interações dos telespectadores que ocorreram durante a apresentação ao vivo do telejornal no telefone da produção, ao longo de uma semana, nos dias 23 a 30 de maio de 2025, totalizando 46 interações de variados tipos.

A participação dos telespectadores foi classificada da seguinte forma: pelo formato (áudio, vídeo, mensagem), o tipo de interação (entretenimento⁹; denúncia, reclamação; solicitação de informação; sugestão de pauta; interação com o apresentador), por sexo (masculino, feminino) e a localidade (bairro ou cidade).

No período da pesquisa também foi identificado, no interior desse quantitativo de interações, apenas 36,96% relativas ao público feminino e os outros 63,04% restantes ao público masculino. Das 46 interações registradas no período, 23 foram interações por entretenimento, 14 interações com o apresentador, 04 interações de reclamação, 02 sugestões de pauta, 02 denúncias e 01 solicitação de informação por parte do telespectador. Já quanto ao formato das mídias recebidas, foram registrados 24 fotos, 12 mensagens de textos, 08 vídeos e 02 mensagens de áudio.

Por ser um jornal veiculado em todo o estado de Roraima, uma parcela das interações foi enviada de telespectadores do município de Bonfim, Boa Vista, Cantá, Caracaraí, Mucajaí e Normandia. Na capital, foram registradas interações enviadas de 13 bairros diferentes: Alvorada, Asa Branca, Buritis, Cantá, Cidade Satélite, Equatorial, João de Barro, Laura Moreira, Mecejana, Pricumã,

⁹ Interação de entretenimento se refere a essa característica da interação onde o telespectador manda mensagens de texto e imagens do seu cotidiano para aparecer ao final do jornal.

Santa Teresa, São Vicente, Senador Hélio Campos, além do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, região localizada na zona rural de Boa Vista.

Apenas as fotos e vídeos de entretenimento, junto com a mensagem e a localidade do telespectador são exibidos no final do jornal com o objetivo de mostrar quem estava acompanhando o programa em sua transmissão ao vivo. Os demais tipos de interação como conteúdos de denúncia, reclamação, solicitação de informação, sugestão de pauta e interação com o apresentador são verificadas após o término do jornal pela equipe da produção responsável pela elaboração das matérias que serão exibidas no próximo telejornal.

O jornal Bom Dia Roraima tem objetivo, importa acrescentar, de informar o público roraimense sobre os acontecimentos mais recentes e relevantes, contribuindo para a formação de opinião e debate público. As interações citadas acima são o exemplo de como os telespectadores, os receptores da produção noticiosa, criam uma relação de confiança com o apresentador do jornal ao ponto de compartilharem fotos pessoais ou com amigos e familiares para serem exibidas no quadro interativo.

Recepção ativa dos telespectadores da Rede Amazônica

Os telespectadores têm assumido um importante papel realizando denúncias e dando sugestões de pauta à equipe dos jornais diários da Rede Amazônica. Inclusive, durante a exibição ao vivo dos jornais, os apresentadores divulgam o contato do telefone da produção como forma de incentivar os telespectadores a interagirem através do compartilhamento de mídias. No dia 23 de maio de 2025, enquanto o jornal Bom Dia Roraima estava ao vivo, uma telespectadora enviou para o contato da produção uma foto mostrando seu aluno na sala de aula, com a seguinte mensagem: "Bom dia, Lucas (apresentador), sou a professora Nilce Freitas, não perco o Bom Dia RR por nada. Esse aí (menino que estava na foto

enviada) é o Heitor, meu aluno, em nossa sala também temos o programa 'Hora da Leitura'. Os alunos adoram esse momento, eles falam muito de você, seu programa foi uma inspiração para nós.”.

O projeto “Hora da Leitura” foi desenvolvido pela professora Nilce Farias, em uma escola municipal da capital Boa Vista que incentiva a leitura de uma forma alternativa, na medida em que tudo é feito dentro de uma TV de papelão colocada na sala de aula, onde os alunos praticam a leitura como se estivessem apresentando um jornal. A iniciativa teve como inspiração o próprio jornal Bom Dia Roraima.

Após esta mensagem, a equipe de produção entrou em contato com a professora pelo whatsapp e agendou uma entrevista para falar sobre o projeto. A matéria foi exibida no dia 30 de maio de 2025 no quadro “Histórias do Bem”¹⁰ do jornal matinal. Durante uma entrevista realizada com o apresentador do jornal, Lucas Willame, ele definiu o que “Histórias do Bem” é um quadro de reportagens especiais sobre histórias e personagens inspiradores, que conseguem transmitir esperança, conhecimento e alguma forma de bem-estar ao público.

A partir desse exemplo, induz-se que o avanço das mídias digitais não apenas reposicionou o receptor, mas transformou a própria lógica de produção televisiva. O telespectador deixou de ser somente consumidor de notícias para se tornar provocador delas, capaz de inserir seu cotidiano na agenda jornalística. Segundo Jacks (1993, p. 40), “a consideração de que o receptor também é um produtor é a principal mudança trazida por este enfoque da comunicação, que privilegia o cotidiano como lugar a ser pesquisado”. Contudo, essa mudança não ocorreu de forma unilateral: se o receptor ganhou agência, a emissora, por sua vez, passou a incorporar essa participação como estratégia deliberada de envolvimento e fidelização do público. Ao divulgar o contato da

¹⁰ Matéria “Bom Dia Roraima virou inspiração de um projeto que incentiva o aprendizado”, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13641619/>

produção durante a transmissão ao vivo e reservar espaço fixo para as interações no encerramento do jornal, a Rede Amazônica adota uma lógica semelhante à das plataformas digitais, nas quais o engajamento do usuário é simultaneamente valorizado e instrumentalizado para ampliar o alcance e a retenção da audiência. Trata-se, portanto, de uma relação de mútua transformação: o telespectador influencia a pauta e o receptor ganha voz, mas a televisão ressignifica essa participação como mecanismo de fortalecimento do vínculo com seu público.

Assim, a recepção configura-se como um espaço de produção simbólica e cultural capaz de inspirar pautas jornalísticas. Um exemplo disso é o caso mencionado anteriormente, em que um projeto de leitura presente no cotidiano das crianças de uma escola municipal de Boa Vista motivou a professora a compartilhar a dinâmica da sala de aula no quadro de interações do jornal Bom Dia Roraima. Essa participação resultou na produção de uma reportagem pelo próprio telejornal, evidenciando como a experiência dos receptores pode se transformar em conteúdo jornalístico.

Considerações finais

Este capítulo analisou, brevemente, como os telespectadores do jornal Bom Dia Roraima, da Rede Amazônica, participam ativamente da produção jornalística por meio do aplicativo de mensagens da emissora através do envio de fotos, vídeos, sugestões de pauta e denúncias durante e após a transmissão ao vivo. Situada no âmbito dos estudos culturais e da recepção, a investigação partiu do pressuposto de que o receptor não é um agente passivo, mas um sujeito culturalmente situado, capaz de atribuir e produzir sentidos a partir do seu cotidiano.

Os dados coletados entre os dias 23 e 30 de maio de 2025 revelaram que, das 46 interações registradas, a maior parte foi motivada pelo entretenimento e pela interação com o apresentador.

Contudo, também estiveram presentes denúncias, reclamações e sugestões de pauta, demonstrando que o telespectador roraimense utiliza esse canal não apenas para se fazer presente, mas para interferir na agenda informativa local. O caso da professora Nilce Farias e do projeto "Hora da Leitura" ilustra com clareza como o cotidiano do receptor pode se tornar matéria jornalística, evidenciando uma relação de mútua transformação entre emissora e audiência.

É preciso, porém, considerar os limites críticos dessa participação. Embora a abertura ao telespectador represente um avanço simbólico relevante, ela se insere em um contexto regional marcado por profundas desigualdades sociais e relações assimétricas de poder. A interação é acolhida e mediada pela emissora segundo seus próprios critérios editoriais e estratégicos, o que significa que nem toda voz encontra espaço e nem todo sentido produzido pelo receptor chega a circular publicamente. A valorização da participação do público, nesse sentido, também responde a uma lógica de engajamento e fidelização de audiência, semelhante à adotada pelas plataformas digitais, o que não anula seu potencial comunicativo, mas exige que seja lida de forma crítica.

Por fim, a abordagem aqui adotada permite compreender como as práticas de audiência contemporânea, especialmente em contextos regionais como o de Roraima, configuram novos fluxos de mediação, participação e produção simbólica. Ao se apropriar das ferramentas digitais disponíveis, o telespectador reinventa seu lugar no processo comunicativo, ampliando as fronteiras entre recepção e produção e reafirmando a comunicação como um campo de disputas, negociações e construção coletiva de sentidos.

Referências

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os média*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

JACKS, Nilda. *A recepção na querência: estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica*. 1993. 323 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011.

NARRATIVAS DE UM CRIME: a Cobertura Jornalística do Caso 'Pangaré' pela Folha de Boa Vista (1993–1995)

Bruna Dionísio Castelo Branco
Rafael Sbeghen Hoff

Este capítulo pretende apresentar o referencial teórico que será aplicado em pesquisa fundante da dissertação, em construção, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, entre os anos 2025 e 2026. A investigação pretende analisar a cobertura jornalística do Jornal Folha de Boa Vista no período que compreende os anos de 1994 e 1995, relativamente àquilo que ficou conhecido como “caso Pangaré”.

O episódio ocorrido em 1º de janeiro de 1994 gerou repercussão e medo na população, transformando Pangaré em uma figura lendária do imaginário coletivo de Boa Vista, capital de Roraima. Charles André Pinto da Silva, o Pangaré, foi considerado

autor de um dos crimes mais emblemáticos ocorridos na cidade. Já foragido da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo por responder a um homicídio, Pangaré assassinou um homem que dormia na varanda de uma casa, no bairro Asa Branca, com golpes de faca. O detalhe mais marcante do homicídio baseia-se no relato fornecido pelo próprio assassino: ele decepou a cabeça da vítima e a chutou como se fosse uma bola de futebol.

Durante os dois anos seguintes ao crime, Pangaré protagonizou fugas do sistema prisional, recapturas e caçadas policiais, enquanto qualquer crime ou vandalismo não explicado era atribuído a ele – o que ampliava ainda mais sua notoriedade. Vale dizer que, à época, os recursos tecnológicos eram escassos e a cobertura do caso se deu pelos meios de comunicação tradicionais: rádio, televisão e, sobretudo, o jornalismo impresso.

A cobertura jornalística da época, especialmente pelo jornal Folha de Boa Vista, registrou os desdobramentos do caso, desde a confissão espontânea de Pangaré e de seu comparsa até o julgamento em júri popular. Os relatos documentaram não apenas a violência extrema do crime, mas também a tensão social e o impacto duradouro do episódio na memória coletiva da cidade. O periódico, hoje, não circula de forma impressa, mas possui acervo de edições antigas disponíveis para consulta.

Após 33 anos do crime, o caso Pangaré voltou a ocupar espaço na agenda da Folha de Boa Vista¹¹. Em 4 de janeiro de 2026, Charles André foi detido por descumprimento de medida judicial, fato que o recolocou sob os holofotes da imprensa local, com especial repercussão nas redes sociais. Até esse episódio, uma busca superficial sobre o crime na internet não revelava registros digitais significativos. A matéria publicada pela Folha de Boa Vista, nesse novo momento, acionou a memória local dos habitantes,

¹¹ <https://www.folhabv.com.br/policia/velho-conhecido-da-policia-pangare-volta-a-cadeia-apos-ser-flagrado-por-tenente/> Acesso em 10/01/26 às 13h34

reatualizando simbolicamente o caso. O texto resume os acontecimentos do crime e o desenrolar do fato, culminando com o julgamento do homicida. Ao referir-se ao acusado como “velho conhecido da polícia”, o jornal reafirmou a notoriedade de Charles André.

O jornal impresso é um veículo tradicional e, segundo Schmitz (2020), por ser a mídia mais antiga, carrega princípios seculares. Segundo o autor, o “jornal atribui independência editorial, a credibilidade pelo caráter documental, liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos e da democracia” (Schmitz, 2020, p.60). Em resumo, aborda os fatos com mais profundidade e constrói um noticiário singular com relação a outras mídias.

O que constrói o jornal é a notícia. Para Nascimento (2012), a notícia é considerada a matéria-prima do jornalismo, pois é o texto que imprime a identidade da narrativa jornalística. É a partir da notícia que outras modalidades textuais se arquitetam, ou esmiuçando seus dados (reportagem), ou avaliando seus efeitos (artigos).

Atualidade e ineditismo são suas principais características e servem de parâmetro ao trabalho do repórter, que precisa conectar-se ao que é realmente relevante e novo em determinados acontecimentos. “Por exemplo, ao cobrir a participação de um ministro em uma palestra, o jornalista deve perceber o que, na fala do ministro, tem potencial noticioso e não noticioso. Caso contrário, corre o risco de relatar o que não é novo ou relevante para o leitor” (Nascimento, 2012, p. 37).

Melo, Forechi e Barcelos (2019) definem notícia como um processo de tratamento que se dá aos fatos que acontecem. Para os autores, os meios de comunicação são os canais de modelagem do que anteriormente é fato e futuramente vira notícia. Sustentam que o jornalista é quem agrega, por meio do texto, significado e uma certa identidade, para que a notícia possa alcançar o maior número de pessoas.

Traquina (2004) elencou alguns critérios para tornar-se um fato notícia. Podemos destacar o falecimento (a morte tem uma relevância), a notabilidade (quanto maior for o acontecimento, mais chances ele tem de alcançar um grande número de pessoas), proximidade (quanto mais próxima, não apenas territorial, mas também cultural, mais o público se sente perto, em contato), e impacto (o fato deve impactar, causar choque, admiração). Para Vaz, Leal e Antunes (2014) as narrativas jornalísticas agem como intermediárias dos acontecimentos jornalísticos, inscrevendo-os no curso do tempo e permitindo que o público o acompanhe e atualize essas narrativas na medida em que são contadas.

Para a pesquisa, a análise das narrativas jornalísticas sobre o caso Pangaré será conduzida a partir da perspectiva do sensacionalismo, conforme formulada por Danilo Angrimani (1995). O termo é compreendido não apenas como excesso ou distorção informativa, mas como uma estratégia discursiva que intensifica o acontecimento e mobiliza afetos no público. Nessa abordagem, o sensacionalismo opera por meio da dramatização, da personalização do crime e da recorrência narrativa, produzindo uma amplificação simbólica do fato.

Trabalhamos com as seguintes hipóteses: a cobertura do caso Pangaré pela Folha de Boa Vista mobilizou elementos associados ao sensacionalismo, como adjetivação, dramatização e detalhamento do crime, que podem ter contribuído para a construção de uma narrativa de forte apelo emocional. Ou ainda: as narrativas jornalísticas sobre o caso Pangaré podem ter contribuído para a produção de sentidos sociais sobre o crime, influenciando sua permanência na memória coletiva e sua associação a um imaginário de medo.

A problemática proposta é relevante porque examina como o sensacionalismo jornalístico atuou na construção das narrativas sobre o caso Pangaré, um episódio que marcou o estado de Roraima nos anos 90. A pesquisa destaca o jornalismo local, resgatando a

memória da história de Roraima e do ponto de vista científico, investigar essa cobertura permite compreender como discursos midiáticos participam da produção de sentidos sobre violência. No campo da Comunicação, o estudo contribui para consolidar reflexões sobre enquadramentos jornalísticos, dos processos de mediação e das dinâmicas de espetacularização presentes na cobertura de acontecimentos de grande repercussão social.

A pesquisa também oferece contribuição relevante ao campo social. Ao analisar criticamente como o crime foi narrado, o estudo ajuda a iluminar os modos pelos quais a imprensa molda percepções públicas sobre segurança. Além disso, resgatar e sistematizar a cobertura do caso significa recuperar parte da história urbana de Boa Vista, valorizando memórias que, embora presentes no discurso popular, permanecem dispersas, incompletas ou distorcidas. Nesse sentido, o trabalho contribui para a produção de conhecimento público, oferecendo material para futuras investigações e fortalecendo debates sobre mídia, violência e sociedade.

A cobertura do caso Pangaré oferece um *corpus* para discutir práticas sensacionalistas, disputas de narrativa e estratégias discursivas adotadas pela imprensa local. Ao sistematizar esse material, o trabalho amplia o repertório científico sobre mídia e crime, contribuindo tanto para o campo nacional quanto para os estudos regionais. Ao longo de muitos anos, o caso Pangaré, embora conhecido pela população de Boa Vista, foi escasso de registros formais, circulando quase como uma “lenda urbana” transmitida pela oralidade e com pouca documentação sistematizada.

Angrimani (1995) destaca que o público (leitor, telespectador, ouvinte) costuma associar o sensacionalismo a uma espécie de rótulo aplicado sempre que considera que um veículo de comunicação tenha cometido algum excesso, seja por falhas informativas, pela ênfase em determinados dados, pela divulgação de imagens provocativas ou pela adoção de uma postura editorial mais incisiva. Sensacionalista torna-se, assim, a expressão de

reprovação mais imediata diante de diferentes críticas, sendo usada para classificar variadas situações.

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional. O termo “sensacionalista” é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado (Angrimani, 1995, p.16).

Angrimani (1995) refuta que o sensacionalismo se afirma ao explorar fantasias, repressões e impulsos de caráter perverso ou sádico, provocando forte impacto no público. Diferencia-se das notícias convencionais justamente pelo modo direto e nada neutro com que apresenta os fatos, geralmente envolvidos em um enredo carregado de dramatização e excessos.

Conforme o autor, o sensacionalismo rejeita qualquer neutralidade ou distanciamento, procurando envolver intensamente o público e quebrar sua resistência a emoções intensas. Seu objetivo é provocar choque, fazendo com que os leitores se conectem emocionalmente com os acontecimentos e com os personagens. Para isso, a linguagem editorial deve ser impactante e causar forte efeito sobre quem consome a notícia.

Segundo Motta (2013), no campo do jornalismo, a narrativa costuma se manifestar em reportagens isoladas ou em notícias do tipo *fait divers*, aquelas centradas no interesse humano, em dramas pessoais, tragédias, acontecimentos incomuns ou cenários peculiares, que geralmente apresentam uma estrutura fechada e remetem à construção de um conto. Para o autor, o texto jornalístico tem como característica a de deixar lacunas, espaços vazios de sentidos que adiam o desenrolar da intriga para o dia seguinte. Isso ocorreria já que nem sempre todas as informações estão disponíveis, mas também porque interessa aos veículos liberar as informações aos poucos para prolongar uma audiência por tempo indeterminado.

Noticiabilidade em jornalismo especializado e as pautas de segurança pública

O jornalismo, enquanto prática social, organiza-se historicamente a partir de processos de segmentação temática que visam tanto à racionalização da produção quanto à especialização do olhar jornalístico sobre a realidade. A divisão do noticiário em editorias constitui uma resposta às transformações do campo jornalístico, à ampliação dos públicos e à diversidade dos acontecimentos sociais. Nesse contexto, a especialização jornalística emerge como estratégia para lidar com a diversidade de temas e para conferir maior profundidade, autoridade e legitimidade à cobertura dos fatos.

Entre essas especializações, destacam-se as pautas tradicionalmente associadas à chamada editoria de polícia, espaço historicamente dedicado à cobertura de crimes, violência urbana, ações policiais e acontecimentos considerados desviantes da ordem social. No entanto, a própria nomenclatura dessa editoria revela tensões conceituais e simbólicas. Ao privilegiar a polícia como eixo organizador do noticiário, corre-se o risco de reduzir fenômenos complexos a uma perspectiva institucional, reforçando

enquadramentos punitivistas e naturalizando determinadas leituras sobre criminalidade e segurança.

Diante dessas limitações, esta pesquisa adota a expressão pautas de segurança pública, compreendendo-a como mais abrangente e adequada para analisar narrativas jornalísticas que tratam da violência não apenas como ocorrência policial, mas como fenômeno social, histórico e cultural. Essa escolha terminológica permite deslocar o foco exclusivo da ação repressiva do Estado para incluir aspectos como medo social, imaginário coletivo, memória, vulnerabilidades urbanas e disputas simbólicas em torno do crime.

A produção da notícia está inserida em um conjunto de práticas e critérios que orientam o funcionamento do campo jornalístico e definem quais acontecimentos adquirem visibilidade pública. Nesse processo, o jornalismo não apenas registra fatos da realidade, mas também participa ativamente da sua construção simbólica, ao selecionar, hierarquizar e narrar determinados eventos em detrimento de outros. Como observa Traquina (2005), os jornalistas exercem um duplo poder nesse processo: o de decidir quais acontecimentos merecem tornar-se notícia e o de definir a forma narrativa por meio da qual esses acontecimentos serão apresentados ao público.

Logo, a transformação de um fato em notícia depende de critérios compartilhados pela comunidade jornalística, conhecidos como valores-notícia, que orientam a seleção, o enquadramento e a construção narrativa dos acontecimentos. Esses critérios estão ligados tanto às rotinas produtivas das organizações jornalísticas quanto às lógicas temporais do campo, marcadas pela valorização da atualidade, da velocidade e do imediatismo na circulação das informações.

Compreender os mecanismos de noticiabilidade torna-se fundamental para analisar como determinados temas, como a violência e o crime, ganham centralidade na agenda midiática. Os acontecimentos, em razão de sua notoriedade, constituem-se como

elementos centrais e referenciais do processo de produção da notícia, seja por originarem o discurso jornalístico, seja por serem por ele continuamente (re)produzidos. No âmbito do trabalho jornalístico, esses acontecimentos são elaborados discursivamente, ajustando-se a partir de critérios e valores de noticiabilidade que se inscrevem nas lógicas temporais e espaciais próprias do fazer jornalístico.

Segundo Silva (2005), as investigações que buscam compreender como determinados acontecimentos se transformam em notícia têm contribuído para a consolidação de importantes fundamentos nas teorias do jornalismo ao longo das últimas décadas. Entretanto, a autora observa que a sistematização desses estudos ainda enfrenta dificuldades, sobretudo devido ao uso impreciso de conceitos frequentemente tratados como equivalentes, como noticiabilidade, valores-notícia e seleção de notícias, embora possuam significados distintos no processo de produção jornalística.

Os critérios de noticiabilidade surgem da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia a dia. Diante desse grande volume de acontecimentos, torna-se necessário estabelecer mecanismos de seleção que definam quais fatos são mais suscetíveis de adquirir existência pública como notícia. "Diversos autores, ao analisarem esse processo, concentram sua atenção nos valores-notícia e na atuação dos jornalistas, embora frequentemente tratem como equivalentes os conceitos de seleção de notícias e valores-notícia" (Silva, 2005, p. 97).

Compreender a noticiabilidade apenas como um mecanismo de controle das empresas jornalísticas sobre a quantidade e o tipo de acontecimentos noticiados, ou exclusivamente como um conjunto de atributos intrínsecos que tornam um evento apto a se transformar em notícia, constitui uma abordagem reducionista. Silva (2005) encara a noticiabilidade como resultado da articulação entre esses diferentes elementos, incluindo ainda dimensões de natureza ético-epistemológica. Os valores-notícia correspondem aos atributos presentes nos acontecimentos que orientam principalmente a seleção inicial dos fatos e influenciam sua posterior hierarquização no processo de produção das notícias.

Sousa (2001) complementa essa flexibilização do conceito. Segundo o autor, os critérios de noticiabilidade não possuem caráter fixo ou universal, sendo frequentemente ambíguos e até contraditórios. Esses critérios operam de forma articulada ao longo de todo o processo de produção e circulação das notícias, estando relacionados às rotinas, à estrutura organizacional e às hierarquias internas das empresas jornalísticas, que buscam organizar e dar sentido à complexidade da realidade. Os valores-notícia são dinâmicos e tendem a se transformar ao longo do tempo, de modo que temas anteriormente considerados irrelevantes podem passar a adquirir relevância jornalística.

À luz da teoria dos usos e gratificações, poderia dizer-se que o ser humano tende a interessar-se pela informação jornalística que lhe proporciona algum proveito. Por isso, a relação evento-notícia será, necessariamente, baseada, pelo menos em parte, numa lógica comercial:

A valorização ou desvalorização dos acontecimentos resultaria, portanto, parcialmente, da submissão da ocorrência à lógica discursivo-comercial dos news media. As notícias necessitam de seduzir para, num ambiente concorrencial, funcionarem como

uma mais-valia para um determinado órgão de comunicação social (Sousa, 2001, p. 43)

Ainda de acordo com Sousa (2021), os processos de noticiabilidade, seleção e hierarquização das informações jornalísticas são influenciados por diferentes fatores que ultrapassam critérios estritamente técnicos. Entre esses elementos estão aspectos pessoais dos jornalistas, dinâmicas sociais e organizacionais das empresas de comunicação, orientações ideológicas, perceptíveis, por exemplo, na visibilidade concedida a atores políticos e econômicos, e dimensões culturais relacionadas às práticas profissionais, institucionais e ao contexto social em que o jornalismo está inserido.

Traquina (2005) define o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que podem merecer um tratamento jornalístico, ou seja, possui valor como notícia. Desse modo, os critérios de noticiabilidade podem ser compreendidos como o conjunto de valores-notícia que orientam a seleção dos acontecimentos ou temas passíveis de serem convertidos em notícia, isto é, aqueles considerados dignos de tratamento jornalístico e, portanto, dotados de valor noticioso e são aplicados por uma equipe vinculada a uma organização jornalística, sob uma linha editorial. A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham.

Para além dos critérios formulados por teóricos da comunicação, Traquina (2005) é categórico: para ele, a morte constitui um dos valores-notícia mais centrais para a atividade jornalística. Sua presença frequente nas coberturas contribui para explicar a predominância de conteúdos de caráter negativo no noticiário cotidiano, evidenciando a tendência da mídia em destacar acontecimentos associados a perdas, tragédias e fatalidades.

Podemos dizer que todos nós seremos notícia pelo menos uma vez na vida - no dia seguinte à morte, ou nas páginas interiores ou com destaque na primeira página. Dependerá, em grande parte, da nossa notoriedade; a notoriedade do ator principal do acontecimento é outro valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística. É fácil visualizar este valor-notícia ao ver a cobertura de um congresso partidário e a forma como os membros da tribo jornalística andam atrás das estrelas políticas. "Como no tempo das 'folhas volantes' a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia (Traquina, 2005. p.79).

Traquina (2005), entende que o valor-notícia associado à violência está diretamente relacionado ao critério de infração, entendido como a violação ou transgressão de normas sociais. Nesse sentido, o crime adquire relevância para o jornalismo justamente por representar uma ruptura da ordem estabelecida. Apesar disso, grande parte das notícias sobre criminalidade tende a ser apresentada de forma breve e rotineira, uma vez que o crime é percebido pelos meios de comunicação como um fenômeno recorrente e permanente, sendo frequentemente tratado dentro de padrões produtivos igualmente rotinizados.

Muito desta cobertura do crime assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas. A cobertura mais pormenorizada de certas circunstâncias dramáticas de um

crime resulta e sobressai do pano de fundo deste tratamento rotinizado do crime. O que confere especial atenção às 'estórias' de crimes é a mesma estrutura de "valores-notícia" que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime. "Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada" (Traquina, 2005. p. 85).

Nesse sentido, a seleção e a hierarquização dos acontecimentos criminais não ocorrem de maneira neutra, mas são orientadas por critérios de noticiabilidade que privilegiam episódios marcados pela violência, pela excepcionalidade e pelo impacto emocional. Conforme destaca Traquina (2005), crimes associados a circunstâncias mais dramáticas tendem a receber maior atenção midiática, uma vez que agregam elementos considerados relevantes para a construção da notícia. Tal lógica contribui para a amplificação de determinados casos em detrimento de outros, favorecendo narrativas que exploram o caráter extraordinário do acontecimento e potencializando abordagens sensacionalistas, especialmente quando envolvem aspectos capazes de provocar comoção pública e intensa repercussão social.

Jornalismo e Sensacionalismo: uma relação promíscua

Quando falamos da origem do sensacionalismo, podemos considerar o seu nascimento com o surgimento dos *fait divers*, termo francês, descrito pelo dicionário de Pierre Larousse como uma seção de jornal destinada a reunir uma variedade de notícias que circulam pelo mundo, sem um critério específico, abrangendo desde crimes e suicídios até acidentes e fatos extraordinários. O elemento comum

entre esses relatos é a representação do comportamento desviante, que, por transgredir as normas sociais, torna-se atrativo como fio condutor. O uso recorrente dessa categoria pela imprensa do século XIX acabou por consolidá-la como um gênero jornalístico marcado pela expressão do sensacionalismo.

Ramos (2008), explica como Barthes (1971) classificou os *fait divers*. O autor propõe uma tipologia fundamental composta por duas categorias principais: causalidade e coincidência. Cada uma delas se desdobra em subtipos que buscam explicar o caráter de excepcionalidade do fato, responsável por introduzir a noção de conflito em sua dimensão sensacional. No caso do *fait divers* de causalidade, o modelo apresenta duas formas distintas de manifestação: a causa perturbada, quando um pequeno acontecimento gera um grande efeito; e a causa esperada, em que a excepcionalidade troca de lugar. Desloca-se para os protagonistas, que são os agentes do conflito, seja no pelo de vítima ou de réu. “A dramaticidade apanha três tipos de sujeitos básicos: mãe, criança e velho. Eles mimetizam os diversos ciclos da existência humana. Simbolizam a fragilidade e a pureza humanas” (Remos, 2008. p. 125)

Segundo Nelson Traquina (2005), o campo jornalístico começa a se estruturar nas sociedades ocidentais ao longo do século XIX, em meio a transformações sociais e econômicas relacionadas à expansão do capitalismo, à industrialização, à urbanização, ao avanço tecnológico e à ampliação da educação de massas. A imprensa consolida-se como meio de comunicação de alcance amplo, enquanto a notícia passa a configurar simultaneamente um gênero discursivo e um serviço social. Paralelamente, o jornalismo se estabelece como atividade econômica e como elemento relevante para o funcionamento das democracias, impulsionando também o processo de profissionalização dos jornalistas, que buscam maior autonomia e reconhecimento social.

Guimarães (2014) afirma que a publicação de *faits divers* em jornais brasileiros começou em fins do século XIX e é consequência

de uma dinamização mundial dos meios de comunicação então em curso. É visível o crescimento da procura por formas de entretenimento e espetáculo, fenómeno relacionado à intensificação e à aceleração do ritmo da vida social. O imaginário dos leitores passa a ser constantemente alimentado pela espetacularização do cotidiano, especialmente por meio dos *faits divers*, caracterizados por descrições vívidas de acontecimentos impactantes.

Essa demanda foi sentida por editores passaram a desenvolver um novo projeto editorial, inserido no contexto da modernidade. E o projeto se articula a um cenário marcado por um crescente “bombardeio de estímulos”, que encontra eficácia no realismo narrativo do *fait divers*. Surgem, então, os jornais populares, que se consolidam como os distribuidores desse tipo de narrativa.

Seguramente, a inspiração nos modelos da imprensa estrangeira, cuja circulação era crescente, também foi fator que levou os editores brasileiros a explorarem a fórmula sensacionalista. Ademais, as condições internas eram favoráveis:

a dinamização da economia, o crescimento das grandes cidades e a formação tímida mas progressiva de um público leitor, fatores que têm como resposta o incentivo dos editores de jornais tanto à diversificação títulos e rubricas, como ao incremento da diagramação e do conteúdo, além da concessão de um espaço maior à informação pretensamente “neutra”, que passava ao largo dos censores, mais concentrados no conteúdo político (Guimarães, 2014. p. 108).

Quando associado ao tema criminal, esse movimento torna-se ainda mais intensificado, contribuindo para a formação de um estado permanente de alerta social. Guimarães (2014) enfatiza que

tal cenário é alimentado por uma vasta tradição literária dedicada às narrativas sobre o crime, anterior inclusive ao surgimento do gênero *fait divers*. O potencial dramático dessas histórias foi amplamente explorado pelo jornalismo, que passou a incorporá-las em suas narrativas com grande liberdade, muitas vezes ampliando os elementos dramáticos e tornando mais tênues as fronteiras entre realidade e ficção.

Nessa abordagem, a narração costuma girar em torno da presença do mal e de sua eventual punição ou reparação. Mesmo consideradas narrativas simples e pouco valorizadas pela cultura erudita, essas histórias passaram a ocupar lugar central na cultura que se consolida a partir do século XIX, dando origem a uma intensa presença de relatos violentos e sangrentos nas páginas de jornais.

Para Sousa (2010), o sensacionalismo, entendido como gênero jornalístico, apresenta uma definição abrangente. O conceito tem ampla dimensão, em que rotineiramente é utilizado para classificar o jornalismo sem ética, que extrapola no artifício do uso das emoções: "O sensacionalismo seria, assim, um formato novo que não engessa nos padrões tradicionais de jornalismo de objetividade, imparcialidade e racionalidade, uma opção diferenciada de fonte de informação mais próxima do público" (Sousa, 2010, p. 3). Amaral (2005) corrobora que o sensacionalismo passou a ser associado a um tipo de jornalismo marcado pela ênfase na violência, evidenciada tanto na cobertura policial quanto na publicação de imagens impactantes, acompanhadas de distorções, inverdades e de uma linguagem rica de gírias e termos vulgares

Segundo Genro Filho (1987) a informação jornalística reproduz as condições de uma "experiência imediata", as sensações têm um importante papel nessa forma de conhecimento. O jornalismo procura produzir um tipo de conhecimento que não elimine a sensação da experiência imediata, mas que se manifeste justamente por meio dela. Entretanto, quando essa singularização é levada ao extremo, como ocorre no sensacionalismo, verifica-se uma

distorção da realidade concreta, na medida em que seus aspectos sensíveis passam a ser enfatizados no âmbito da percepção e da apropriação subjetiva dos acontecimentos.

Ao propor a singularidade radical, ou seja, o aspecto sensível do fenômeno como conteúdo, a universalidade que se reforça é a mesma subjacente ao senso comum, que vê o mundo preponderantemente como positividade. A singularização extrema, em si mesma, possui um conteúdo conservador. Além disso, os jornais sensacionalistas geralmente produzem um discurso de reforço dos valores, como meio para excitar não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público (Genro Filho, 1987).

Angrimani (1995) destaca que os consumidores de jornais sensacionalistas têm uma formação cultural precária, portanto, estão mais próximos dos instintos e suas manifestações. Em contrapartida, indivíduos com maior formação intelectual tenderiam a apresentar maior controle sobre seus impulsos, o que os levaria a preferir meios de comunicação considerados mais equilibrados e racionais, em detrimento de conteúdos marcados por apelos mais intensos ou sensacionalistas.

Nesse contexto, o sensacionalismo não apenas intensifica a dimensão emocional da notícia, mas também opera como um mecanismo de reforço simbólico de determinadas percepções sociais. Cabe, então, uma problematização crítica, na medida em que revela como determinadas concepções acerca do sensacionalismo podem incorporar juízos de valor sobre os públicos e suas práticas de consumo midiático.

Amaral (2005) questiona a oposição entre “cultura superior” e “cultura inferior”, recorrente nos debates sobre sensacionalismo, e propõe compreender a cultura como um espectro. Embora reconheça as desigualdades na distribuição do capital cultural e a influência dos interesses econômicos e ideológicos da grande imprensa, ela argumenta que o jornalismo popular não pode ser reduzido a uma simples mercadoria ou a um instrumento de controle. Ao contrário, esses produtos estabelecem uma relação significativa com o universo social da maioria da população, aspecto que deve ser analisado para a construção de um jornalismo popular de maior qualidade.

Muitos produtos jornalísticos populares contornam o estilo “espreme que sai sangue”, e usam outros recursos para conectarem-se com o público popular como o entretenimento, o assistencialismo, o denunciismo, a prestação de serviços e a superexposição das pessoas comuns e das celebridades. Muitos produtos informativos populares, ao abandonarem as falsas informações e o exagero, passam também a apostar na sua credibilidade, conceito antes considerado privilégio da imprensa de referência. Assim, o sensacionalismo pode ser considerado um conceito errante, tanto por suas insuficiências, quanto por suas generalizações. “Há interessantes conceituações sobre ele, mas o equívoco está em pressupor que um único conceito pode dar conta de todas as estratégias destinadas a gerar sensações” (Amaral, 2005, p.5).

Dessa forma, o debate sobre o sensacionalismo extrapola a análise das estratégias narrativas e editoriais, envolvendo também disputas simbólicas relacionadas à cultura, à legitimidade da informação e às formas pelas quais diferentes segmentos sociais são representados.

Resultados Parciais

As reflexões apresentadas até este momento constituem uma etapa inicial do percurso investigativo proposto. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar a análise do corpus documental, observando de forma mais sistemática as estratégias narrativas mobilizadas pela Folha de Boa Vista na cobertura do caso Pangaré. Desse modo, as próximas etapas buscam desenvolver os objetivos delineados inicialmente, ampliando a compreensão sobre as relações entre sensacionalismo, narrativa jornalística e construção de sentidos sociais em torno do crime e da violência.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. *Intexto*, Porto Alegre, n. 13, p. 103-116, 2005.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v. 47).

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

FOLHA DE BOA VISTA. Sobre a Folha BV. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/sobre-a-folha-bv/>. Acesso em: 17 out. 2024.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. São Paulo: Tchê, 1987.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 16, n. 29, jul.-dez. 2014.

MELO, Camila Olívia de; FORECHI, Marcilene; BARCELLOS, Eliana C. C. *Redação jornalística e a sociolinguística*. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. ISBN 9788533500556. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500556/>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB, 2013. ISBN 8523010734.

NASCIMENTO, Patricia Ceolin do. *Técnicas de redação em jornalismo*. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2012. E-book. ISBN 9788502121829. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502121829/>. Acesso em: 17 out. 2024.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/12599/14376>. Acesso em: 1 fev. 2026.

RAMOS, R. Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 119-127, 2008.

SCHMITZ, Aldo. *Manual de jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2020.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>. Acesso em: 1 ago. 2017.

SOUSA, Anamáira Pereira Spaggiari. Sensacionalismo: uma revisão conceitual através das teorias de Danilo Angrimani, Lígia Lana, Márcia Franz Amaral e Rosa Nívea Pedroso. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 3 a 6 set. 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC), 2001. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

VAZ, Paulo B.; LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton. *Para entender o jornalismo*. São Paulo: Autêntica, 2014.

AS MULHERES MIGRANTES NA COBERTURA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DA VENEZUELA (2024): Uma Análise do Telejornal Local JRR1, em Roraima

Ágata do Nascimento Macedo

Tatiane Hilgemberg

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Desde 2016, a imigração venezuelana para Roraima se intensificou de forma exponencial. Cerca de 7 milhões de venezuelanos deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida. O Brasil é um dos países que mais recebe venezuelanos, registrando, em 2025, pouco mais de 600 mil migrantes no país (R4V, 2025). Mesmo após oito anos dessa intensa migração, em determinados períodos, são constatados novos aumentos no número de migrantes atravessando a fronteira. Um exemplo disso é registrado em uma matéria do Portal G1 Roraima (2024), intitulada Fluxo de imigrantes entrando por Roraima aumenta 28% um mês depois das eleições na Venezuela. No texto, quatro fontes são citadas: três imigrantes venezuelanos e um coronel

da Operação Acolhida, todos homens. O único momento em que uma mulher é mencionada (por um imigrante venezuelano) é através de seu papel como mãe “veio com a mulher e os filhos” (G1, 2024, sem paginação). Dessa forma, nota-se a subordinação da mulher à figura do imigrante homem na construção da narrativa jornalística. Diante deste panorama, iniciamos este capítulo problematizando as representações em matérias jornalísticas, questionando: por que as mulheres são silenciadas e por que, quando aparecem, são colocadas como coadjuvantes?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em 2025, o Censo de 2022, com dados que apontam o maior crescimento de imigrantes desde 1960. Houve um aumento em 70,3% de residentes nascidos em outros países entre 2010 e 2022, sendo que a Venezuela foi o principal país de origem de imigrantes para o Brasil. Importante notar que o número específico de mulheres não foi divulgado, impossibilitando uma análise por gênero.

Um acontecimento relativamente recente que obteve grande repercussão internacional foram as eleições presidenciais de 2024 da Venezuela, devido a uma expectativa de alternância do governo chavista, com a eventual saída de seu então sucessor, Nicolás Maduro, do poder. Entretanto, após o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), divulgar que ele havia sido reeleito, diversos líderes mundiais solicitaram que houvesse uma verificação dos resultados, o que não foi atendido. Depois desse acontecimento, diversas nações não reconheceram a legitimidade das votações, incluindo o Brasil (CNN, 2024).

A proximidade do estado de Roraima com a Venezuela, devido à fronteira física e as trocas culturais, além da quantidade expressiva de migrantes no estado, cerca de 12% da população de Roraima, correspondendo a 77.563 pessoas, segundo o Censo do IBGE (Instituto, 2025), faz com que este acontecimento político

adquirir relevância social e midiática. Logo, este capítulo¹² propõe analisar a inserção de mulheres em matérias sobre as eleições da Venezuela em 2024 no Jornal de Roraima 1ª Edição (JRR1), veiculado pela Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo. O recorte das eleições é justificado também pela questão política, visto que o direito ao voto, conquistado pelas mulheres tardiamente, tanto no Brasil (1932), como na Venezuela (1945), simboliza a participação nas decisões do estado, evidenciando, ainda, suas condições de cidadãs (Almeida Júnior; Silva, 2021). Portanto, nos interessa verificar como, e se, elas são incluídas em notícias que envolvem a temática.

O capítulo é estruturado em duas partes: uma primeira, por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica (Sousa; Oliveira; Alves, 2021), para contextualizar teoricamente as migrações sob a perspectiva de gênero; e uma segunda, que relata os procedimentos metodológicos da etapa empírica, além da análise de fato. A pesquisa integra uma investigação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, que busca analisar os aspectos interseccionais que atravessam os fenômenos migratórios no jornalismo local.

Migrações e gênero

Em todo o mundo, as imigrações forçadas e livres têm se transformado, pluralizando identidades culturais de Estados-nação dominantes e potências imperiais antigas. Estes movimentos, de diferentes sociedades e culturas, são “tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia” (Hall, 2003, p. 45). Com tamanha transformação nas sociedades de recepção, os imigrantes nem sempre são bem recebidos ao chegarem nesses novos locais. Sayad (1979), no contexto das teorias

¹² Este capítulo trata-se de uma versão revisada e ampliada do resumo “Mulheres Migrantes no telejornal JRR1 Roraima: uma análise envolvendo as eleições presenciais na Venezuela de 2024”, apresentado no 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte.

clássicas das migrações, afirma, ainda, que todo discurso sobre o imigrante é imposto. A clara manifestação desse discurso “imposto” se dá ao perceber, definir, falar e pensar no imigrante, exclusivamente, como problema social. Isso ocorre inclusive na cobertura jornalística, em que frequentemente os fenômenos migratórios são intitulados como “crises migratórias” (Aragão; Santi, 2018), sem se atentar na complexidade que envolve os bastidores das migrações.

Para a sociedade de recepção, o imigrante é visto como estranho (Bauman, 2017). É comum colocarmos as pessoas em grupos: amigos ou inimigos, pois assim, torna-se fácil lidar com elas, mas o estranho foge desse padrão. Para a sociedade de recepção, segundo Bauman (2017), o estranho pode ser apontado como responsável por destruir o que apreciamos e abolir nosso modo de vida confortável, mesmo que haja evidências disso. Logo, por não conseguir identificar a posição do imigrante, a sociedade de recepção calcula os custos e vantagens que ele pode trazer, almejando apenas vantagens e nenhum custo.

Paradoxalmente, no contexto da imigração argelina para a França, Sayad (1979) afirma que, independentemente das opiniões ou sentimentos contrários alimentados sobre o imigrante, a sociedade receptora não deixava de afirmar a necessidade do imigrante para a economia do país. Bauman (2017), quase quatro décadas depois, destaca que em países considerados “desenvolvidos”, os ambientes empresariais desejam firmemente a mão de obra barata, além das habilidades lucrativas e promissoras que os imigrantes proporcionam. Portanto, a sociedade pode perceber que o imigrante possui um lugar duradouro, graças às vantagens econômicas que eles trazem. Este lugar figura na parte inferior da hierarquia social desde que não afete as condições e os status socioeconômicos dos ditos “nacionais” (Sayad, 1979).

Mas o imigrante não pode ser visto apenas pelo viés econômico. É preciso pensar na questão jurídica e seus direitos, já

que ele terá residência e trabalho; política, com os acordos de mão de obra e convenções negociadas com o país de emigração; social com as ações que vão contribuir para auxiliar na adaptação da população imigrante, visto ela sofre com a distância e as problemáticas que surgem nas mobilidades (Sayad, 1979).

Atualmente, muitos países ainda lidam com a migração sob um olhar preconceituoso e, ao falar em “países”, falamos sobre lideranças que instituem leis e discursos anti-imigração. Bauman (2017) explica que diversas figuras políticas utilizam o discurso da segurança para causar o sentimento de medo na sociedade de recepção. Tais estigmas, muitas vezes disseminados por meio de declarações políticas focadas em segurança nacional (Bauman, 2017), precedem a chegada dos imigrantes ao seu local de destino. Discursos políticos securitizados apontam os imigrantes como ameaças aos países de destino, associando-os, frequentemente, a terroristas e causando temor na sociedade de recepção. Essa visão exclui, automaticamente, os imigrantes de serem vistos a partir da responsabilidade moral e da compaixão (Bauman, 2017), recaindo apenas a visão da sua importância para a economia e nada mais.

Dentro dessa temática, identificamos mais uma problemática: o silenciamento das mulheres nos processos migratórios. Devido à violência de gênero, que é fruto do capitalismo e do patriarcado, os deslocamentos femininos são diferentes dos masculinos. As mulheres estão expostas a diversas vulnerabilidades, como pobreza, desemprego, preconceito, orientação sexual, entre outras. São notórias as situações de sofrimento e exploração que as mulheres passam; porém, há também uma oportunidade de emancipação e autonomia nesses deslocamentos (Nóbrega, 2021).

Nóbrega (2021) percebe que, ao migrar para o Brasil, pode haver chances de melhorias de vida no trabalho, saúde e educação, mas também há inseguranças, decepções e estresses. Além disso, as mulheres migrantes passam por situações que não denunciam, mesmo com legislações que deveriam protegê-las. Esse

silenciamento acontece devido ao medo ou por não conhecerem seus direitos. A autora ressalta que há necessidade de o Estado exercer um papel mais forte na segurança dessas mulheres.

Dutra, Santin e Botega (2014) afirmam que as mulheres migrantes constroem novas formas de vida, envolvendo a cultura de origem, pois, elas precisam ressignificar esses, em consequência dos novos contextos em que estão inseridas. Além disso, Schwinn (2019) diz que as mulheres sofrem diversas formas de violência nos processos migratórios, o que demonstra certa complexidade, considerando o contexto patriarcal das sociedades de origem e destino, em que suas vontades nem sempre são respeitadas.

Schwinn (2019), descreve motivos, elencados pelo Fundo de População das Nações Unidas, pelos quais podemos considerar a migração uma questão feminista. Dentre eles estão: 1) cerca de metade da população migrante no mundo é mulher e o número daquelas que migram sozinhas tem crescido; 2) as migrantes correm risco de exploração sexual e violência durante o deslocamento; e 3) sofrem dupla discriminação: pela questão de gênero e por serem migrantes. A quantidade de mulheres migrantes tem crescido ao longo dos anos, sendo que muitas delas se tornaram chefes de família, algo que pode levar à independência, mas também à exploração. Assim, os imigrantes, por estarem em um lugar inferior da hierarquia social (Sayad, 1979), estão sujeitos a diversas vulnerabilidades, mas as mulheres migrantes estão mais, tendo em vista que representam 61% das vítimas de tráfico de pessoas, segundo um relatório das Nações Unidas (United, 2024).

Mesmo com as lutas oriundas do feminismo, as questões envolvendo gênero continuam desafiadoras e o contexto de Roraima é problemático. Nóbrega (2021), destaca que o estado possui um dos maiores índices de violência de gênero e que teve a maior taxa de mulheres assassinadas em 2018. A pesquisa aponta que as mulheres migrantes passam a sofrer mais violências nos deslocamentos migratórios e/ou continuam convivendo com as que

já viviam. Segundo Nóbrega (2021), as violências podem estar ligadas às relações de gênero, a fatores externos aos círculos familiares ou aos âmbitos domésticos, que estão ligados a moradias provisórias, abrigos, etc. As rotas migratórias, cercadas pela exploração dos imigrantes, colocam a mulher em uma posição de maior vulnerabilidade.

Como a sociedade de recepção frequentemente enxerga o imigrante apenas como uma força de trabalho (Sayad, 1979), a xenofobia e o racismo estão presentes na vida das imigrantes, e os meios de comunicação ampliam essas problemáticas ao divulgarem imagens negativas sobre elas. E por serem mulheres, podem sofrer abusos nos locais de trabalho, nos alojamentos ou em sistemas educacionais. Os fatores citados reforçam a problemática dentro de um contexto de feminização das migrações, que diz respeito ao fato de que mais mulheres têm migrado e por diversos motivos diferentes, “desde sistemas de opressão nos locais de origem, às dificuldades sofridas por elas durante os deslocamentos e a forma de acolhida e integração nos locais de destino” (Schwinn, 2019, p. 89). Ao mencionar essas questões específicas, começamos a compreender a interseccionalidade nas migrações. Usada como ferramenta analítica para verificar como as relações de poder afetam as relações sociais e as experiências individuais (Collins, 2021), compreendemos que as mulheres, nos processos migratórios, passam por complexidades diversas além do fato de serem mulheres.

Mídia, jornalismo e migrações

A mídia, e consequentemente o jornalismo, podem acabar reforçando os problemas relacionados ao gênero no contexto migratório e de refúgio. Fernandez (2020) explica que as representações simbólicas apresentadas através das mídias podem ser responsáveis pelo imaginário social, ou seja, as narrativas jornalísticas que relatam a realidade da sociedade auxiliam na

construção de como os acontecimentos, e os sujeitos, são vistos. Essa visibilidade midiática se torna ainda mais problemática quando está relacionada à criminalidade. A imagem da imigrante geralmente é degradada de forma sensível. Um exemplo disso é o caso da prostituição, que chama atenção dos jornais e coloca a situação em destaque, mesmo que existam vivências diferentes que podem ser observadas no dia a dia, como comércio ambulante e trabalhadores agrícolas (Prencipe, 2002).

As imigrantes não escolhem como, quando, nem onde irão aparecer na mídia, mesmo quando estão fugindo e tentando uma vida melhor, são colocadas à margem da sociedade de forma material e simbólica, sem sua permissão. Enquanto os migrantes que têm o poder de escolher migrar, não são nem mencionados como migrantes, mas vistos como “trabalhadores qualificados” ou “expatriados”. As pessoas mais vulneráveis perdem o poder de decisão sobre a aparição de seus corpos para a mídia hegemônica, que os apresenta da forma como quer (Albuquerque, 2020). “A aparição, nesse caso, pode ser uma forma de opressão e estigmatização, enquanto a invisibilidade, um privilégio. Diante disso, poder decidir como o próprio corpo aparece e se quer aparecer, é privilégio de poucos” (Albuquerque, 2020, p. 69).

Ao escolher noticiar algo negativo, a mídia reforça determinados estereótipos e, dessa forma, a diferença entre o/a migrante “bom” e “mau” ganha força (Prencipe, 2002). Para ElHajji (2023), essas associações são feitas, pois é mais fácil culpar os mais vulneráveis do que admitir a ineficiência dos que regem a sociedade. Assim, as pessoas imigrantes devem estar sempre atentas, respeitando e mantendo a ordem pública do país receptor, pois são frequentemente “socialmente suspeitas”. Então, para além da racionalidade e de dados científicos, a mídia precisa dedicar-se a projetar um novo imaginário social e coletivo, mas esta é uma tarefa difícil (Prencipe, 2002), já que a mídia hegemônica tende a simplificar as informações. Andrade e Doula (2020), afirmam que no mundo

globalizado, tecnológico e comunicacional, as informações se espalham rapidamente e as narrativas midiáticas têm seu potencial influenciador expandido, podendo reorientar conteúdos simbólicos. Por isso, é importante a forma como as narrativas são construídas.

Por meio do estudo de Cogo (2006) e Champagne (2003), Andrade e Doula (2020), explicam que a mídia tem um papel que vai além do informacional e é capaz de produzir representações. Por não ser interessante apenas noticiar o cotidiano, os telejornais, optam pelo diferente (ou pelo poder dos critérios de noticiabilidade), neste caso, a violência e marginalização. Prencipe (2002), diz que o migrante é rapidamente identificado quando associado à criminalidade e Champagne (2003) "justifica" que é porque eles são notáveis e relevantes dentro deste cenário, pois "fogem" do comum.

Para Andrade e Doula (2020), a televisão, como um dos principais veículos midiáticos do Brasil, tem grande relevância nas construções das representações sociais. Mesmo com o advento das mídias sociais como fonte de notícias, muitas pessoas ainda têm o telejornal, veiculado em diferentes telas e plataformas, como primeiro contato sobre as notícias com credibilidade sobre o mundo, construindo, assim, uma forma de ver, perceber e construir sentidos sobre a realidade (Vizeu, 2014).

Fernandes (2006), utilizando o exemplo do Jornal Nacional, o telejornal mais antigo ainda em exibição do Brasil e com maior índice de audiência, explica que não há espaço para o aprofundamento das notícias neste formato. O objetivo é apresentar de forma breve, com clareza, rapidez e possibilitando a compreensão do telespectador, de forma 'sintética' e com recursos do audiovisual. Uma característica importante que Fernandes (2006) aponta sobre o telejornalismo, com base nos estudos de Rezende (2000), é que o diferencial está na ancoragem das imagens como suporte base para operacionalização da linguagem. Para ele, a comunicação audiovisual "possibilita uma idéia de reprodução análoga da realidade", despertando um interesse maior do receptor, devido à

força da imagem (Fernandes, 2006, p. 70). Referente às migrações, a escolha de imagens em matérias sobre migrantes pode passar mensagens que não estão explícitas no texto (Oliveira Filho, 2024).

Uma das propostas da presente pesquisa é verificar como o telejornal local apresenta interseccionalidades em suas reportagens, e pensando nisso, é importante sair do conceito geral e compreender as especificidades do local. Peruzzo (2005) enfatiza que o jornalismo local é diferenciado por lidar com a informação de proximidade, podendo mostrar melhor o cotidiano de cada região, município ou cidade. As chamadas regiões de fronteira, nas quais inclui-se Roraima, possuem uma diversidade sociocultural, com línguas, costumes, tradições e disputas internas, e estes aspectos são refletidos nas narrativas jornalísticas, incluindo silenciamento de alguns deles. Isto demonstra que nem sempre o telejornalismo consegue lidar com as complexidades presentes nestes locais (Oliveira Filho, 2024).

Em uma pesquisa sobre o caso dos refugiados venezuelanos no Norte do Brasil, por meio de 129 reportagens televisionadas pelo Bom Dia Amazônia, Jornal de Roraima e Jornal do Amazonas, Andrade e Doula (2020), identificaram alguns estereótipos. Em diversas chamadas televisionadas, palavras como “invasão”, “descontrole”, “aumento de criminalidade”, “situação de emergência”, entre outras, aparecem, colocando-os como problema social. Outras matérias mostram os imigrantes que tentam se regularizar no país, enfrentando filas extensas, com semblantes cansados, malas e filhos ao redor. Para os autores, esta pode ser a primeira imagem que o público terá deste acontecimento, contribuindo para a consolidação do imaginário social através das representações. Mesmo quando a notícia não era sobre vulnerabilidade, os migrantes e refugiados estavam sempre ligados a questões precárias.

Uma matéria do Bom dia Amazonas, por exemplo, informa que as crianças não têm higiene e que tomam água em um prato

depois de o terem tirado do chão. Relata que uma mulher troca de roupa utilizando apenas um fino lençol e que os riscos de doenças estão presentes, pois famílias tomam banho e fazem suas necessidades no terminal. É através dessas imagens veiculadas, que os imigrantes são colocados como fator de desordem, e, consequentemente, estigmatizados (Andrade, Doula, 2020).

Mesmo diante deste cenário em que a mídia tende reafirmar estigmas sobre os migrantes, o telejornalismo pode promover narrativas que desconstruam essas representações negativas, propondo novas percepções e buscando superar a superficialidade (Oliveira Filho, 2020).

Ainda como forma de desconstruir estigmas e trazer novas percepções, projetos universitários e independentes, como o Somos Migrantes, promovido pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima, conseguem conceder visibilidade e produzir discussões que procuram dar conta das complexidades que perpassam os processos migratórios (Aragão; Santi, 2018). O Projeto Somos Migrantes é formado por estudantes e professores e busca auxiliar os migrantes nos “processos de assimilação da sociedade brasileira e, principalmente, no que se refere à produção midiática libertária e dialógica” (Aragão; Santi, 2018, p. 151). Por meio de um perfil na plataforma Instagram, o grupo de mídia e sensibilização busca contrapor a imprensa hegemônica local, indo contra os estigmas comumente atrelados aos sujeitos migrantes. As narrativas são feitas de forma aprofundada, com diversas versões de vários especialistas e, principalmente, promovendo um espaço de voz para os migrantes, permitindo que eles proponham novas abordagens sobre o assunto.

Por fim, percebemos que os migrantes, em especial as mulheres, passam por complexidades desde a nação de origem, muitas vezes, antes mesmo de decidir migrar, até a chegada ao local de destino. Podem ser bem-vistos apenas pelo viés econômico, quando há conveniência, e esquecidos sob um olhar humanizado

diante de cenários agravados de crises políticas e sociais. Vistos por uma percepção estigmatizada, podem ser representados midiaticamente de forma negativa, o que tende a aumentar o olhar negativo da sociedade de recepção. Além disso, mesmo que com um número crescente de mulheres migrantes, elas estão sujeitas a outras violências durante o percurso e depois que são introduzidas à nova sociedade. Diante disso, chama atenção o período eleitoral da Venezuela no ano de 2024, por isso nos propomos a analisar como a mídia relatou este período e como as mulheres migrantes foram representadas.

Construção metodológica

Em regiões de fronteira, é importante que o telejornalismo reconheça as dinâmicas socioculturais que fazem parte das narrativas e encontre formas de desconstruir estereótipos que estão presentes no imaginário social (Oliveira Filho, 2024). Assim, em termos metodológicos, utilizamos a proposta de Oliveira Filho (2024) para análise do telejornalismo em regiões de fronteira, com adaptações para nossa problemática de estudo. O autor inspira-se nos conceitos de Dramaturgia do Telejornalismo, de Iluska Coutinho; Audiência Presumida, de Alfredo Vizeu; e Narrativas Jornalísticas, de Luiz Gonzaga Mota, para propor um método baseado em indicadores, espécies de perguntas a serem realizadas à materialidade audiovisual analisada, no contexto de regiões de alta mobilidade humana transnacional.

Assim, com as devidas adequações considerando a pesquisa bibliográfica desenvolvida e o objetivo da atual investigação, foram definidas seis perguntas/indicadores: 1) São abordadas mulheres com diferentes visões sobre o assunto? 2) As imigrantes são ouvidas? 3) A narrativa conduz para a produção de sentidos que possibilite reconhecer os direitos dos/as imigrantes no Brasil? 4) A narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas? 5) As mulheres relatam alguma violência (física,

psicológica, de restrição de direitos) sofrida no percurso migratório durante as eleições? 6) As imagens inseridas contribuem para estereótipos relacionados às mulheres migrantes?

O telejornal JRR1, produzido em Boa Vista, foi escolhido por ser líder de audiência no horário de exibição, além de pertencer à uma afiliada da Rede Globo, um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil. As matérias foram visualizadas pela plataforma Globoplay, onde as edições são postadas na íntegra, durante a semana que antecedeu a eleição e no dia posterior ao pleito (26 a 29 de julho de 2024), de modo, portanto, a verificar a cobertura antes e depois das eleições, que ocorreu no dia 28 de julho de 2024. Das 50 notícias veiculadas no período pelo JRR1, apenas duas matérias tratavam sobre as eleições na Venezuela.

As mulheres migrantes no JRR1

O número reduzido de matérias sobre a temática da eleição presidencial de 2024 na Venezuela no JRR1 demonstra a pouca importância dada pelo telejornal local a um acontecimento relevante, não apenas aos mais de 70 mil imigrantes venezuelanos residentes em Roraima (Instituto, 2025), mas também aos próprios roraimenses, considerando a proximidade geográfica.

Ambas as matérias foram ao ar na segunda-feira, 29 de julho, um dia depois das eleições presidenciais. A primeira analisada tem como título Em Boa vista, Venezuelanos se reúnem durante votação no país vizinho. Três imigrantes são ouvidos, sendo duas mulheres e, nas falas dos imigrantes, há alguém dublando. A matéria foi gravada antes do resultado das eleições, pois os imigrantes venezuelanos iniciaram uma comemoração antecipada acreditando na vitória da oposição. A apresentadora do telejornal inicia sua fala com pesar, pois quando foi ao ar, o resultado já havia sido divulgado. As primeiras imagens mostram diversas pessoas reunidas com carros e buzinas de comemoração. A fala do repórter acompanha as

imagens seguintes que mostram imigrantes venezuelanos com os rostos pintados e com os veículos decorados.

Duas mulheres migrantes são ouvidas nesta matéria, ambas defendem a mesma ideia: a esperança do retorno ao país natal. Elas estão com os rostos pintados com as cores da bandeira do país e são autônomas. Enquanto falam, é perceptível o brilho no olhar da expectativa da volta para casa, mesmo após terem sido marcadas pela experiência diaspórica (Hall, 2005). A narrativa não explica direitos específicos dos imigrantes, mas a primeira personagem tem a seguinte fala: “que não seja necessário ir para o exterior para alcançar nossas metas”, mostrando que no Brasil, eles têm tido mais oportunidades do que em seu país de origem.

Não foi possível verificar na narrativa uma desconstrução de estereótipos, já que os migrantes estavam exercendo sua liberdade, garantida por lei, no Brasil. Em uma fala do repórter que antecede o terceiro personagem, ele diz “(...) e encontrou em Roraima, um refúgio.” A matéria mostra diversas cenas, em diferentes ruas, com imigrantes fazendo carreata e comemorando. As mulheres não relatam violências específicas. Uma fala da segunda personagem chama atenção: “Se o governo venezuelano sair, o governo do Maduro, de ditadura, eu acredito que todo mundo queira voltar para nosso país”, isso demonstra que a imigrante pode estar no estado de ilusão criado (Sayad, 1979), sem acreditar que a realidade atual pode ser definitiva.

As mulheres migrantes entrevistadas são trabalhadoras e estão bem arrumadas, empenhadas, tendo falas pontuais e objetivas sobre suas expectativas. As duas são as primeiras personagens da matéria, o que dá destaque para ambas, demonstrando a relevância da fala das mulheres diante do processo democrático da Venezuela. Tal escolha se mostra importante no reconhecimento das mulheres como fontes politizadas e independentes, principalmente, ao não silenciá-las durante um cenário histórico do país de origem.

A segunda matéria da mesma edição, com o título “Após votações, fronteira da Venezuela com o Brasil é reaberta”, tem 11 minutos e 09 segundos. O repórter está na fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima, e os cinco minutos iniciais são atualizações de como o local está na manhã daquela segunda-feira. O jornalista inicia explicando que a fronteira estava fechada desde sexta-feira, devido a um decreto do governo da Venezuela. Três mulheres são fontes e trazem diferentes visões sobre o assunto: A primeira, uma motorista, está aparentemente só, e diz na reportagem que quer votar, mas está sendo impedida. Ela tenta conversar com os guardas das forças armadas da Venezuela, mas eles não permitem sua entrada. O repórter pergunta se ela tentará entrar pelas trouxas (caminho clandestino) e ela diz que sim.

A segunda mulher, uma professora, reside no Brasil há 15 anos e organizou um grupo com 50 pessoas que estão indo pelas trouxas de quatro em quatro. Na cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén há uma casa de concentração para os eleitores que estão a caminho para o outro lado da fronteira. Ela deixa claro que as pessoas são voluntárias, demonstrando ser uma personalidade de liderança no contexto, ganhando um papel de destaque diante do cenário. A terceira mulher entrevistada é uma imigrante que conseguiu passar com sua irmã na fronteira, pois a entrada havia sido liberada. Na matéria, diz, com um olhar abalado, que está arriscando ao ir votar, porque sua família está ficando no Brasil, mas tudo o que precisar fazer para sair do que chama de “tirania”, ela diz que fará. Ou seja, mulheres com diferentes experiências são ouvidas, sempre em posições de agência. Esta última demonstra a esperança do retorno ao se arriscar para votar e tentar garantir mudanças no país de origem.

A matéria não mostra contextos que apresentam os direitos das imigrantes no Brasil, mas mostra as privações que elas estão tendo por parte de seu próprio país, quando são impedidas de ir votar. As imigrantes não são colocadas em situações estereotipadas,

são devidamente identificadas e suas sonoras são na fronteira. Em nenhum momento contam violências evidentes, mas elas possuem seus direitos políticos violados, principalmente as duas mulheres que tiveram que optar por caminhos não oficiais e clandestinos para ingressar na Venezuela – se colocando, assim, em espaços de maior vulnerabilidade. Nas imagens que passam enquanto falam, é possível ver que as trouxas são caminhos por dentro do mato, com percursos feitos de forma irregular, dificultando a passagem. Mesmo em um ambiente hostil e limitado, as mulheres se esforçam para estarem presentes e fazerem parte de um momento decisivo.

Considerações finais

Diversos motivos levam pessoas a migrarem todos os dias. Hall (2005) cita, inclusive, a repressão política como um dos motivos para que as pessoas mudem de lugar. Durante a discussão teórica do texto, dois tópicos chamam atenção para serem aplicados à análise: a feminização das migrações e o imigrante como provisório ou definitivo. Nas duas reportagens que falam diretamente sobre as eleições na Venezuela, cinco mulheres foram ouvidas, todas com falas relevantes, que demonstram agência em suas experiências migratórias. Uma que, inclusive, é responsável por mobilizar outras pessoas na luta pelos direitos de sua nação. Isso destaca o que Schwinn (2019) explica sobre o processo migratório ser um tópico feminista no que diz respeito ao crescimento no número de mulheres que migram sozinhas e se tornam independentes.

Os direitos das imigrantes não foram citados nas matérias, mas percebe-se que elas encontram mais liberdade no Brasil do que na Venezuela, mesmo diante de tantas privações e problemáticas, como é visto na matéria que mostra a comemoração antecipada do resultado das eleições, onde diversas pessoas migrantes estão nas ruas de Boa Vista, dançando, cantando e demonstrando apoio ao país de origem.

Outro ponto evidente é a esperança do retorno redentor (Hall, 2003), que as imigrantes nutrem expectativa, como quando dizem que se puderem voltar para casa, voltarão, pois querem viver bem com suas famílias, mesmo após os elos terem sido rompidos (Hall, 2003). Por fim, destaca-se que o telejornal JRR1 fez apenas duas matérias sobre o acontecimento analisado, sendo que nenhuma foi exibida antes das eleições na Venezuela, demonstrando que os aspectos que perpassam pelas fronteiras são múltiplos e o telejornalismo, muitas vezes, não consegue abordar todos de forma aprofundada e contextualizada.

Referências

ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. *Corpo suspenso: o (a) imigrante na mídia italiana*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

ANDRADE, Marco Paulo Andrade; DOULA, Scheila Maria. A mídia regional e a representação social da violência: o caso dos refugiados venezuelanos no norte do Brasil. *Pauta Geral*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico de; SILVA, Rosane Cristina da. *A mulher nas eleições brasileiras e a (in)efetividade da cota de gênero eleitoral*. Curitiba: Thoth, 2021.

ARAGÃO, Tainá; SANTI, Vilso. O uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, v. 2, n. 1, p. 136-156, 2018. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627>. Acesso em: 23 mar. 2026.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEZERRA, Gersika do Nascimento. *Mídia e Diáspora Venezuelana*. Recepção dos leitores sobre a migração do G1 Roraima. Dissertação (Pós-graduação em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2020.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In Bourdieu Pierre (Org.), *A miséria do mundo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

CNN BRASIL. Líderes globais reagem à vitória contestada de Maduro na Venezuela. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lideres-globais-reagem-a-vitoria-contestada-de-maduro-na-venezuela/>. Acesso em: 11 abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DUTRA, Delia; MARINUCCI, Roberto; SANTIN, Terezinha, BOTEAGA, Tuíla (Orgs.). *Mulher Migrante*. Agente de resistência e transformação. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2014.

ELHAJJI, M. *O intercultural migrante*: teorias & análises. Porto Alegre: Fi, 2023.

FERNANDES, Paulo Roberto. *Midiatização das migrações contemporâneas*. a cobertura noticiosa do Jornal Nacional e sua recepção por imigrantes residentes em Porto Alegre. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FERNÁNDEZ, Adrian. Interculturalidade, Mídia E Migração Na América Latina. In: OLIVEIRA, Márcia; DIAS, Maria. *Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 17-30.

HALL, Stuart. O espetáculo do Outro. In: HALL, S. (org.). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2016.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: número de imigrantes volta a crescer pela primeira vez desde 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960>. Acesso em: 12 abr. 2026.

JORNAL NACIONAL. Fluxo de imigrantes entrando por Roraima aumenta 28% um mês depois das eleições na Venezuela. G1, 03 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/03/fluxo-de-imigrantes-entrando->

por-roraima-aumenta-28percent-um-mes-depois-das-eleicoes-na-venezuela.gh.html. Acesso em: 10 mai. 2026.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Telejornalismo fronteiriço e migrações: notas conceituais aplicadas à realidade brasileira. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (orgs). *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020. p. 215-236.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Pressupostos metodológicos para análise de narrativas telejornalísticas: abordagem crítica e interseccional envolvendo populações do Sul. In: MELLO, Edna; ANDRADE, Ana Paula Goulart de; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (organizadoras). *Telejornalismos possíveis*. Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 19. Florianópolis: Editora Insular, 2024. p. 63-84.

FERNANDES, Paulo Roberto. *Mediatização das migrações contemporâneas*: a cobertura noticiosa do Jornal Nacional e sua recepção por imigrantes residentes em Porto Alegre. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PRENCIPE, Lorenzo. Mídia e migração: uma relação difícil. *Travessia: revista do migrante*, v. 15, n. 43, p. 37-41, 2002.

R4V - Plataforma de Coord. Interagencial para Refugiados e Imigrantes da Venezuela. ACNUR/OIM, 2025. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt>. Acesso em: 23 mai. 2026.

REZENDE, Guilerme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil*: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração de paradoxos da Alteridade*. Tradução Cristina Murocho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SCHWINN, Simone Andrea. *Feminização das migrações internacionais e luta pelo reconhecimento como garantia da igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres refugiadas no Brasil*. contribuições da teoria de Axel Honneth. Tese (Pós-Graduação em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado, Rio Grande do Sul, 2019.

SOUSA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme; ALVES, Laís. *A Pesquisa bibliográfica*. princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Relatório global do UNODC sobre tráfico de pessoas: número de vítimas detectadas aumenta 25%, com mais crianças exploradas e casos de trabalho análogo à escravidão em alta. UNODC, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2024/12/relatrio-global-do-unodc-sobre-trfco-de-pessoas -nmero-de-vtimas-detectadas-aumenta-25--com-mais-crianas-exploradas-e-casos-de-trabalho-anlogo--escravido-em-alta.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.

VIZEU JR., Alfredo. *Decidindo o que é notícia*: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PERFORMANCES EM CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS EM PERFIS DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NA PLATAFORMA INSTAGRAM

Thaislla Carla Ribeiro Da Silva
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Os processos migratórios têm sido cada vez mais atravessados pelas tecnologias digitais e pelas plataformas de mídias sociais. Para além de ferramentas de comunicação, esses ambientes passaram a desempenhar papel relevante na construção de redes de apoio, circulação de informações e manutenção de vínculos culturais entre indivíduos que vivenciam experiências de deslocamento. Nesse contexto, plataformas digitais, como o Instagram, tornaram-se espaços nos quais migrantes compartilham trajetórias, produzem narrativas sobre suas experiências e criam formas de pertencimento que ultrapassam fronteiras. Ao mesmo tempo, essas plataformas são estruturadas por dinâmicas próprias

de visibilidade, governança e engajamento, influenciando diretamente a forma como essas narrativas são produzidas, consumidas e compartilhadas (D'Andrea, 2020).

No caso das migrações venezuelanas para o Brasil, especialmente para o estado de Roraima, as mídias sociais têm assumido papel significativo na mediação das experiências migratórias. Além de funcionarem como espaços de informação e interação, essas plataformas possibilitam que migrantes tornem públicas suas trajetórias, compartilhem desafios cotidianos e construam comunidades conectadas por experiências. Nesse cenário, observa-se o crescimento de criadoras de conteúdo que utilizam suas próprias vivências para produzir conteúdos voltados a públicos migrantes, articulando elementos informativos, identitários e afetivos em suas narrativas digitais. Dessa forma, as plataformas digitais passam a ocupar posição relevante na construção de visibilidade, reconhecimento e pertencimento (Jaramillo-Dent; Alencar; Asadchy, 2022).

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo analisar as performances mobilizadas por criadoras de conteúdo venezuelanas no Instagram, buscando compreender como suas narrativas audiovisuais são construídas e articuladas às dinâmicas comunicacionais da plataforma. Para isso, além da pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005), a investigação adota uma abordagem qualitativa, utilizando a Análise de Material Audiovisual (AMA), de Coutinho (2018), como procedimento metodológico. O corpus é composto por quinze vídeos publicados nos perfis @carmenalejadraa, @orish.malave e @yecamorais. O artigo está estruturado em três seções principais. Inicialmente, apresenta-se a discussão teórica sobre migração, plataformas digitais e performance em ambientes digitais. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos da etapa empírica e, por fim, são apresentados e discutidos os resultados da análise dos conteúdos produzidos pelas três criadoras de conteúdo.

O que são plataformas digitais?

A afirmação de que as plataformas digitais se tornaram fundamentais na estrutura da vida social atual exige uma análise que ultrapasse a ideia simplista de "redes sociais". De acordo com Carlos d'Andréa (2020), o enfoque sobre mídias sociais e serviços na internet evoluiu, ao longo dos anos, de uma abordagem otimista da chamada Web 2.0, focada na colaboração, para uma perspectiva mais crítica, que considera as dimensões técnicas, políticas e econômicas que sustentam esses ambientes. Inicialmente, pensadores como Henry Jenkins (2009) e Pierre Lévy (2003), destacavam a cultura participativa e a inteligência coletiva, mas as realidades das décadas de 2010 e 2020 revelaram a concentração de poder em torno de grandes empresas de tecnologia, como Alphabet Inc., Amazon, Apple, Meta e Microsoft, que passaram a funcionar como infraestruturas globais.

De acordo com Van Dijck, Poell e de Wall (2018), uma plataforma online pode ser caracterizada como uma estrutura digital programável, baseada em dados e estruturada por algoritmos, interfaces e modelos de negócios. Refere-se a contextos que não apenas abrigam interações, mas também organizam e influenciam a maneira como essas interações se desenvolvem. As plataformas digitais são abastecidas por dados, automatizadas por sistemas baseados em algoritmos e controladas por termos de uso que estabelecem relações de propriedade e governança (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018). Desse modo, elas não são apenas intermediárias neutras, mas participantes fundamentais na coprodução do social.

A diferença entre "plataformas digitais" e "redes sociais online" é importante do ponto de vista conceitual. O conceito de rede social online (ou site de rede social) destaca as relações entre pessoas e as ligações entre perfis, geralmente ilustradas por grafos na Análise de Redes Sociais (Recuero, 2009). No entanto, conforme aponta D'Andréa (2020), restringir-se a essa dimensão relacional pode ocultar os elementos materiais, econômicos e políticos que

fundamentam esses ambientes. Facebook, Uber e Netflix são exemplos de plataformas que funcionam com base em infraestruturas centralizadas, utilizando servidores em nuvem, APIs (interfaces de programação de aplicações) e sistemas para a coleta e o processamento de grandes volumes de dados. Nesse contexto, uma rede social digital pode ser entendida como uma categoria específica de plataforma; porém, nem toda plataforma digital é, de fato, uma rede social online.

Deve-se destacar que o algoritmo é um componente fundamental desse ecossistema. Segundo Van Dijck e Poell (2013), uma das principais características das plataformas é a programabilidade. Os algoritmos determinam quais conteúdos serão apresentados, sua sequência, os públicos-alvo e os critérios de relevância. Esses sistemas funcionam por meio da datificação, ou seja, da conversão de ações sociais em dados quantificáveis, e apoiam uma economia fundamentada em métricas como engajamento e popularidade. Curtir, compartilhar ou comentar vão além de serem meras ações comunicativas; elas também são operações que abastecem bancos de dados e aprimoram sistemas de recomendação (Van Dijck; Poell, 2013).

Outro ponto importante diz respeito às permissões concedidas aos usuários. Ao concordar com os termos de uso e políticas de privacidade, as pessoas permitem o acesso a dados como localização, contatos, histórico de navegação e hábitos de consumo. De acordo com os denominados Estudos de Plataforma, essas práticas devem ser vistas não apenas como "impactos tecnológicos", mas como um processo de coprodução entre usuários e sistemas técnicos (D'Andréa, 2020). As plataformas influenciam comportamentos por meio de suas interfaces e normas, porém, também são continuamente reestruturadas pelas apropriações criativas, estratégias e até ações contestatórias dos usuários.

O conceito de "plataformização", introduzido por Helmond (2015), refere-se à disseminação da lógica das plataformas em

diversos setores sociais e econômicos. Blogs, portais de notícias, serviços públicos e iniciativas culturais passam a depender de protocolos, APIs e infraestruturas gerenciadas por grandes corporações de tecnologia. Esse processo resulta no que Van Dijck, Poell e De Wall (2018) chamam de Sociedade da Plataforma, marcada pela crescente dependência de estruturas privadas e globais para a organização de atividades diárias, como comunicação, mobilidade, consumo, educação e lazer.

Assim, entender plataformas digitais significa reconhecê-las como estruturas sociotécnicas complexas, permeadas por interesses financeiros, conflitos políticos e dinâmicas culturais. Elas não são apenas plataformas neutras de interação, mas ambientes programáveis que estruturam, categorizam e transformam a vida social em lucro. Assim, enquanto acumulam poder e dados em escala global, continuam sendo espaços de controvérsia e disputa, onde diversos atores, como usuários, empresas, governos e movimentos sociais, contestam regras, algoritmos e modelos de negócio. Portanto, a análise das plataformas digitais requer uma perspectiva crítica e interdisciplinar, que consiga integrar tecnologia, economia e poder na avaliação das mediações atuais - sem que se desconsidere as ações de resistência de seus usuários.

Ativismo migrante em plataformas digitais

O avanço das tecnologias digitais e a popularização das plataformas de mídias sociais têm gerado mudanças importantes nas formas de comunicação. Essas transformações impactam tanto os modos de circulação de informações quanto às oportunidades de criação de narrativas por parte de diversos grupos sociais. Nesse cenário, plataformas digitais, como o Instagram, passaram a ser espaços importantes para a expressão de vivências individuais e coletivas, aumentando as oportunidades de visibilidade de pessoas que, historicamente, tiveram pouca representação nos meios de comunicação convencionais (Jaramillo-Dent; Alencar; Asadchy, 2022)

- mesmo, como já mencionado, que estes espaços não sejam neutros e tenham um forte caráter empresarial.

Entre esses grupos, destacam-se as populações migrantes, que geralmente passam por processos de reconstrução de identidades, negociação cultural e adaptação a novos contextos sociais durante suas experiências de deslocamento (ElHajji, 2023). Segundo Abdala (2025), os venezuelanos constituem atualmente o maior grupo de imigrantes residente no Brasil, com aproximadamente 271,5 mil pessoas registradas em 2022. Este dado evidencia a dimensão dessas mobilidades humanas transnacionais e suas relevâncias para compreender as transformações sociais e culturais associadas à presença de populações migrantes no território brasileiro. Além das implicações sociais, econômicas e políticas, observa-se também o surgimento de práticas de comunicação desenvolvidas pelos próprios migrantes em ambientes digitais, nas quais plataformas de mídia social passam a ser utilizadas para compartilhar narrativas sobre experiências de deslocamento, trajetórias pessoais e processos de adaptação em novos espaços sociais.

Nesse cenário, as plataformas digitais tornam-se ambientes para a criação de narrativas sobre a experiência migratória, possibilitando que imigrantes compartilhem elementos de sua trajetória, rotina e identidade cultural. Ao criar conteúdos audiovisuais, essas pessoas tanto se integram às dinâmicas comunicativas das plataformas, quanto aprimoram habilidades específicas ligadas à maneira de contar suas histórias, interagir com o público e se relacionar com a lógica algorítmica das redes (Triandafyllidou; Monteiro, 2024).

Como mencionado anteriormente, D'Andrea (2020) ressalta que a análise de plataformas digitais requer a consideração simultânea de aspectos técnicos, econômicos e culturais, pois esses ambientes criam novas maneiras de mediação da comunicação. As plataformas, ao mesmo tempo que expandem as oportunidades de

expressão e envolvimento, também impõem restrições e condições que afetam as práticas de comunicação dos usuários. Portanto, entender as dinâmicas da plataformização demanda uma análise de como as plataformas organizam os ecossistemas de comunicação nos quais diversos atores, usuários, empresas, algoritmos e audiências, interagem de maneira interdependente. As interações nas mídias sociais são intermediadas por sistemas que organizam a visibilidade dos conteúdos e determinam quais narrativas têm maior circulação no espaço público digital (Van Dijck; Poell, 2013).

A atuação dos algoritmos é um dos componentes fundamentais da lógica das plataformas digitais. No Instagram, esses sistemas automatizados são essenciais para a seleção e a distribuição dos conteúdos apresentados aos usuários. Segundo Tarleton Gillespie (2014), os algoritmos decidem quais postagens terão mais destaque na plataforma com base em diversos critérios, como engajamento, relevância percebida e padrões de interação do usuário. Esses mecanismos têm um impacto significativo nas estratégias de criação de conteúdo utilizadas pelos usuários imigrantes, pois costumam ajustar suas práticas às dinâmicas dos algoritmos, procurando formatos, linguagens e estilos que aumentem a visibilidade e o engajamento de suas postagens.

No entanto, as plataformas têm uma lógica algorítmica que é bastante opaca. D'Andrea (2020) diz que as empresas responsáveis por essas redes raramente compartilham de maneira detalhada os critérios usados para organizar os conteúdos. Como consequência, usuários e pesquisadores devem inferir essas dinâmicas ao analisar as práticas de comunicação e os padrões de disseminação de conteúdos.

Para grupos que são vulneráveis, como as populações migrantes, essa lógica pode significar tanto oportunidades quanto obstáculos. As plataformas digitais, por um lado, possibilitam aumentar a visibilidade de histórias que a mídia tradicional costuma ignorar, como evidenciado por Oliveira Filho e Hilgemberg (2020) no

contexto da mídia local de Roraima. Em contrapartida, a dependência de sistemas baseados em algoritmos pode criar desigualdades de visibilidade e restringir a disseminação de certos tipos de conteúdo.

Portanto, é importante examinar como diferentes grupos criam estratégias de comunicação para afirmar sua presença nas plataformas midiáticas, já que as migrações estão cada vez mais relacionadas ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação digital. Conforme discutem Madianou e Miller (2012), com o avanço das mídias sociais e das plataformas online, migrantes passaram a utilizar essas ferramentas para manter vínculos com seus países de origem e estabelecer redes de comunicação nos locais de destino. Nesse sentido, Madianou e Daniel Miller (2012, p. 3) afirmam que tais tecnologias permitem que famílias migrantes mantenham relações sociais mesmo à distância, possibilitando a continuidade de interações apesar da separação geográfica, uma vez que “as novas mídias permitem que relações familiares sejam mantidas através da distância geográfica”.

A literatura que aborda a relação entre comunicação e migrações tem destacado o papel das tecnologias digitais nas experiências contemporâneas de mobilidade. Nesse sentido, Leurs e Georgiou (2013) enfatizam que as plataformas digitais desempenham um papel importante na formação de comunidades transnacionais, nas quais indivíduos conectados por experiências migratórias compartilham informações, práticas culturais e relatos sobre suas trajetórias. Esses ambientes digitais possibilitam a construção de redes de sociabilidade que atravessam fronteiras geográficas e culturais.

Ademais, as plataformas digitais atuam como espaços de produção simbólica, em que migrantes têm a oportunidade de contestar representações relacionadas às suas identidades e vivências. Em várias situações, essas narrativas visam desafiar discursos estigmatizantes ou simplistas que costumam surgir em

reportagens midiáticas convencionais sobre migração (Georgiou, 2013).

O conceito de performance constitui um elemento fundamental para compreender as práticas comunicacionais nos ambientes digitais. De modo geral, a performance está relacionada às formas pelas quais os indivíduos se apresentam a si mesmos e aos outros nas interações sociais. Nesse sentido, Erving Goffman (2002, p. 29) define performance como “toda atividade de um indivíduo que ocorre durante um período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que exerce alguma influência sobre eles”. A partir dessa perspectiva, entende-se que as interações sociais envolvem processos nos quais os sujeitos constroem e projetam determinadas imagens de si mesmos diante de um público, ou mesmo uma projeção identitária. No contexto das plataformas digitais, conforme Souza e Oliveira Filho (2025), essas práticas também podem ser compreendidas como formas de performance, uma vez que os usuários produzem conteúdos e narrativas que expressam aspectos de suas identidades (muitas vezes simuladas) e experiências.

Essa dimensão performativa é especialmente evidente nas mídias sociais, em que os usuários costumam criar narrativas sobre si mesmos por meio de imagens, vídeos, textos e interações com o público. Essas práticas englobam decisões dos migrantes referentes à estética visual, à linguagem empregada, ao modo de narrar histórias e à forma de se posicionar sobre certos assuntos (Jaramillo-Dent; Alencar; Asadchy, 2022).

Nesse contexto, empregamos a perspectiva de competências performativas para descrever o conjunto de habilidades que os usuários desenvolvem para criar conteúdos que se alinhem às dinâmicas de comunicação das plataformas digitais. Essas habilidades abrangem não apenas os aspectos técnicos da produção audiovisual, mas também englobam estratégias narrativas, estéticas, corporais e comunicacionais focadas na criação de visibilidade e

engajamento - inclusive o ato de performar para a própria lógica algorítmica da plataforma. Logo, podemos considerar que a criação de conteúdos não acontece de maneira espontânea ou isolada. Ao contrário: requer processos de aprendizado, experimentação e adaptação às normas não explícitas da plataforma digital.

Construção metodológica

Esta pesquisa propõe analisar conteúdos audiovisuais produzidos por imigrantes venezuelanos atuantes como criadores de conteúdo na plataforma Instagram, com ênfase nas performances. Para atender a esse propósito, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa. Como procedimento metodológico, recorre-se à Análise da Materialidade Audiovisual (AMA) de Iluska Coutinho (2018). A AMA parte do objetivo de que o audiovisual deve ser compreendido como uma unidade de relevância, nas quais diferentes dimensões, como imagem, som, texto e edição, operam de forma integrada na produção de sentidos. Dessa maneira, a análise não se restringe ao conteúdo verbal. A autora afirma que a interpretação deve ocorrer pelo princípio da não decomposição de texto/som/imagem/edição, preservando as marcas da materialidade audiovisual (Coutinho, 2018).

Ainda que a AMA tenha sido sistematizada a partir de estudos sobre telejornalismo, sua aplicação se estende a outros formatos audiovisuais. No contexto das mídias digitais, especialmente em plataformas como o Instagram, os conteúdos em vídeo apresentam características que mantêm a integração entre linguagem e materialidade, ao mesmo tempo em que incorporam dinâmicas próprias de circulação, visibilidade e interação. Assim, a adoção da AMA nesta pesquisa justifica-se por sua capacidade de apreender essas múltiplas dimensões do audiovisual.

O corpus da pesquisa é composto por conteúdos publicados por três perfis de imigrantes venezuelanos na plataforma Instagram.

A seleção dos perfis considerou a atuação desses sujeitos como produtores de conteúdo audiovisual, bem como a presença de publicações que abordam experiências relacionadas à migração, identidade e inserção social. Foram analisados os perfis de Yesica Moraes (@yecamoraís), que possui 50,1 mil seguidores^[^1] e se apresenta como jornalista, compartilhando conteúdos sobre documentação, migração e experiências pessoais entre Venezuela, Brasil e Espanha; de Orish Malave (@orish.malave), com 10,1 mil seguidores, que se apresenta como artista, atriz e escritora; e de Carmen Alejandra (@carmenalejadraa), com 3.769 seguidores, que se define como videomaker e social media, voltada à criação de vídeos para marcas no Instagram.

Foram selecionados cinco vídeos, no formato chamado de reels^[^2], de cada perfil, totalizando 15 conteúdos. A escolha do material analisado ocorreu a partir de um mesmo critério metodológico, baseado no número de visualizações alcançadas dentro da plataforma. A escolha pelos conteúdos com maior alcance e circulação justifica-se pela compreensão de que esses vídeos apresentam maior potencial de engajamento, visibilidade e disseminação algorítmica no Instagram, além de evidenciarem estratégias comunicacionais que obtiveram maior repercussão junto aos públicos. Considerou-se, portanto, que conteúdos mais visualizados possibilitam observar de maneira mais evidente as dinâmicas de construção de presença digital, adaptação às lógicas da plataforma e desenvolvimento de estratégias performativas voltadas à ampliação do alcance das narrativas produzidas pelas criadoras.

Além do número de visualizações, também foram considerados elementos relacionados à presença das criadoras nos vídeos (corpo) e à temática das publicações, priorizando conteúdos que abordassem experiências migratórias, trajetórias pessoais, identidade cultural, cotidiano e inserção social em ambientes digitais. No perfil @yecamoraís, a seleção contemplou vídeos

voltados principalmente ao compartilhamento de informações migratórias e orientações relacionadas à documentação venezuelana. Em @orish.malave, conteúdos ligados à representatividade cultural, participação em eventos institucionais e valorização da trajetória artística da criadora. Já em @carmenalejadraa, os vídeos enfatizam experiências pessoais, cotidiano, maternidade e processos de produção de conteúdo digital, articulando elementos autobiográficos e narrativas afetivas.

A Tabela 1 apresenta os vídeos coletados para análise.

Tabela 1 - Corpus de análise

Perfil	Vídeo	Data
@carmenalejadraa	Quero brilhar	02/12/2025
@carmenalejadraa	Vlog do meu dia	04/09/2026
@carmenalejadraa	E não esqueça, esse é meu trabalho! Gravar quantas vezes seja necessário	04/08/2025
@carmenalejadraa	O sucesso do morango do amor não tem segredo: ele apareceu	25/07/2025
@carmenalejadraa	Um resumo da minha história por aqui...	26/03/2025
@orish.malave	Venezolano que se respeta no falta a un Parrandon Llanero	22/04/2026
@orish.malave	<i>Ella es @orish.malave una Migrante venezolana que hizo historia en Brasil</i>	23/03/2026

@orish.malave	Lo volvimos a hacer, Venezuela!	20/03/2026
@orish.malave	Espaço Cultural Maria Luiza Vieira Campos, na Assembleia Legislativa,	02/03/2026
@orish.malave	5ª edição da Exposição Fotográfica Mulheres que Inspiram	02/03/2026
@yecamorais	¿Tu hijo no tiene cédula venezolana y quieres sacarle el pasaporte desde el exterior?	04/04/2026
@yecamorais	Esta información es orientativa y de carácter general. Cada caso migratorio es distinto	01/04/2026
@yecamorais	¿Solo te aparece Venezuela al pedir cita para el pasaporte?	20/03/2026
@yecamorais	Pra quem no sabia	01/03/2026
@yecamorais	ÚLTIMA HORA VUELO INAUGURAL RUTACA	26/02/2026

Fonte: dos autores, 2026.

A AMA (Coutinho, 2018), prevê a organização da análise a partir de eixos orientados pelo problema de pesquisa - sendo fundamentados, também, pelas reflexões oriundas da pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005). Nesta pesquisa foram definidos três eixos analíticos:

O primeiro, Performance, orienta a observação das formas de apresentação das criadoras, considerando postura corporal, gestualidade, expressões faciais e modos de interação com a câmera.

Esse eixo permite compreender como os sujeitos constroem sua presença no ambiente digital a partir do corpo. O segundo eixo, Linguagem e Discurso, volta-se à análise das estratégias discursivas, incluindo o tipo de linguagem utilizada, o tom comunicacional e as formas de diálogo com o público. O terceiro, Interação e Recepção, considera um olhar para os cinco comentários com maior número de curtidas, permitindo observar como os conteúdos são recebidos e interpretados pelos públicos, no sentido de verificar a relação com as estratégias performativas desenvolvidas pelas criadoras de conteúdo.

Ressalva-se que Coutinho (2018) também menciona a possibilidade de criação de uma ficha de análise. Nesta investigação, optamos por conduzir a análise por meio dos três eixos analíticos, considerando os vieses interpretativos e qualitativos adotados. A interpretação dos dados ocorreu a partir de uma leitura qualitativa, orientada pela identificação de padrões, recorrências e variações nos conteúdos analisados.

Análise do eixo Performance

A análise dos vídeos evidencia que a performance constitui um elemento estruturante da produção de sentido nos três perfis investigados, embora seja mobilizada de maneiras distintas conforme os intuítos de cada criadora. Em todos os casos, o corpo funciona como principal mediador entre a experiência migratória da produtora de conteúdo e o público, tornando-se um recurso de construção identitária, legitimação discursiva e estabelecimento de vínculos de confiança. Entretanto, as estratégias performáticas observadas revelam diferentes formas de negociar visibilidade, pertencimento e reconhecimento no ambiente digital.

Nos vídeos de Carmen Alejandra, especialmente em Um resumo da minha história por aqui..., a performance é construída a partir da exposição da trajetória pessoal. A narrativa audiovisual usa registros cotidianos, momentos familiares e fragmentos de sua

experiência migratória, produzindo uma estética de proximidade baseada na autenticidade. A criadora olha diretamente para a câmera, estabelecendo um contato direto com quem assiste, utiliza expressões faciais marcadas pela emoção e compartilha aspectos íntimos de sua trajetória. Esse movimento produz a sensação de acesso privilegiado à vida da influenciadora, mecanismo recorrente na cultura digital contemporânea. A autenticidade apresentada, porém, não deve ser compreendida como mera espontaneidade. Conforme argumenta Erving Goffman (2002), toda interação social envolve processos de encenação e gerenciamento da impressão. Assim, mesmo quando o conteúdo parece espontâneo, existe uma seleção estratégica dos acontecimentos, emoções e imagens que serão compartilhados com o público.

Nos audiovisuais do perfil de Yesica Moraes, a performance é diferente. Em conteúdos como *¿Tu hijo no tiene cédula venezolana y quieres sacarle el pasaporte desde el exterior?* e *¿Solo te aparece Venezuela al pedir cita para el pasaporte?*, a centralidade não está na trajetória pessoal, mas na construção de credibilidade informacional. Os enquadramentos fechados, o olhar direto para a câmera e a gestualidade controlada produzem uma imagem de autoridade e domínio do assunto tratado. Diferentemente de Carmen, da qual a legitimidade é construída a partir do relato da experiência vivida, Yesica Moraes constrói reconhecimento por meio da capacidade de orientar, esclarecer dúvidas e oferecer soluções práticas para problemas enfrentados por migrantes. O corpo, neste contexto, opera como dispositivo de confiança, reforçando a percepção de capacidade técnica necessária para a circulação de informações burocráticas e documentais.

Já nos vídeos de Orish Malave, a performance apresenta uma dimensão mais institucionalizada e simbólica. Em *Ella es @orish.malave* uma migrante venezolana que hizo historia en Brasil e *Lo volvimos a hacer, Venezuela!*, observa-se uma construção imagética associada ao reconhecimento público e à

representatividade coletiva. A criadora aparece frequentemente em cerimônias, homenagens e eventos oficiais, utilizando figurinos elaborados e ocupando espaços socialmente “valorizados”. Diferentemente das outras influenciadoras, sua performance desloca-se do ambiente privado para o público, transformando a figura da migrante em símbolo de conquista e ascensão social. O destaque não reflete apenas sobre a pessoa de Orish, mas sobre aquilo que ela passa a representar para a comunidade venezuelana.

Essa diferenciação revela como os ambientes digitais possibilitam múltiplas formas de construção identitária por meio da performance. Conforme argumenta Myria Georgiou (2013), sujeitos migrantes utilizam plataformas digitais para negociar pertencimentos, produzir visibilidade e disputar representações sociais frequentemente marcadas por estigmas. Nos conteúdos analisados, Carmen busca reconhecimento por meio da identificação emocional; Yesica Moraes constrói legitimidade pela competência informacional; e Orish produz reconhecimento coletivo através da representação simbólica da migração venezuelana. Entre os três perfis, Orish destaca-se por atribuir maior dimensão política e representativa à própria performance, transformando sua imagem em um sentido de ascensão social compartilhado pela comunidade migrante.

Análise do eixo Linguagem e Discurso

No eixo Linguagem e Discurso, os conteúdos analisados evidenciam que a experiência migratória não é comunicada apenas como relato individual, mas como narrativa socialmente compartilhada e continuamente ressignificada pelas plataformas digitais. Embora os três perfis abordem temáticas relacionadas à migração venezuelana, cada criadora desenvolve estratégias discursivas distintas para construir proximidade com seu público e legitimar sua presença no ambiente digital.

Nos vídeos de Carmen, especialmente em *Um resumo da minha história por aqui...*, observa-se a predominância de uma narrativa autobiográfica estruturada a partir de experiências pessoais de deslocamento, adaptação e conquista. O discurso é construído em primeira pessoa e marcado por elementos emocionais que enfatizam dificuldades enfrentadas, aprendizados adquiridos e transformações decorrentes do processo migratório. A trajetória individual é apresentada como uma jornada de superação, permitindo que seguidores que vivenciam situações semelhantes encontrem pontos de identificação com a narrativa. O caráter intimista do relato produz uma sensação de proximidade e autenticidade, fortalecendo os vínculos afetivos estabelecidos entre a criadora e a audiência.

Em contraste, os vídeos de Yesica apresentam uma organização discursiva fortemente orientada para a informação e para a resolução de problemas concretos enfrentados por migrantes. Títulos como, nos já citados, *¿Tu hijo no tiene cédula venezolana y quieres sacarle el pasaporte desde el exterior?* e *¿Solo te aparece Venezuela al pedir cita para el pasaporte?*, evidenciam uma estratégia baseada na formulação de perguntas que antecipam dúvidas recorrentes do público - uma linguagem comum nas plataformas de mídias sociais. O uso predominante do espanhol, tanto nos textos inseridos na tela quanto nas legendas, revela uma comunicação direcionada especificamente à comunidade venezuelana, reforçando a identificação imediata dos espectadores que estão em percursos migratórios ou que desejam um dia migrar. Diferentemente de Carmen, que mobiliza emoções para aproximar o público de sua história, Yesica organiza seu discurso a partir da utilidade prática da informação, construindo autoridade por meio da capacidade de orientar e esclarecer procedimentos burocráticos.

Já nos conteúdos de Orish, a linguagem assume uma dimensão mais simbólica e coletiva. Nos vídeos *Ella es @orish.malave una migrante venezolana que hizo historia en Brasil*

e Venezuelano que se respeta no falta a un Parrandon Llanero, as referências à Venezuela não aparecem apenas como marca de origem nacional, mas como elemento central da construção identitária. Expressões relacionadas ao orgulho nacional, à conquista coletiva e ao reconhecimento da comunidade venezuelana aparecem tanto nas falas, como nos textos sobrepostos aos vídeos. O espanhol é utilizado como idioma predominante, funcionando simultaneamente como instrumento comunicacional e marcador cultural. Nesse caso, a narrativa não busca apenas informar ou compartilhar experiências pessoais, mas representar simbolicamente um grupo social mais amplo.

Essa diferença é particularmente relevante quando observada à luz das discussões de Myria Georgiou (2013) e Kevin Leurs (2015). Para os autores, os ambientes digitais permitem que sujeitos migrantes construam espaços de pertencimento que ultrapassam fronteiras geográficas, produzindo formas de reconhecimento coletivo e manutenção de vínculos culturais - uma característica que reforça o caráter transnacional das migrações. Nos perfis analisados, essa dinâmica manifesta-se de maneiras distintas: Carmen fortalece a identificação pela partilha da experiência vivida; Yesica constrói pertencimento por meio da circulação de conhecimento útil à comunidade migrante; e Orish promove um sentimento de orgulho coletivo baseado na valorização pública da identidade venezuelana.

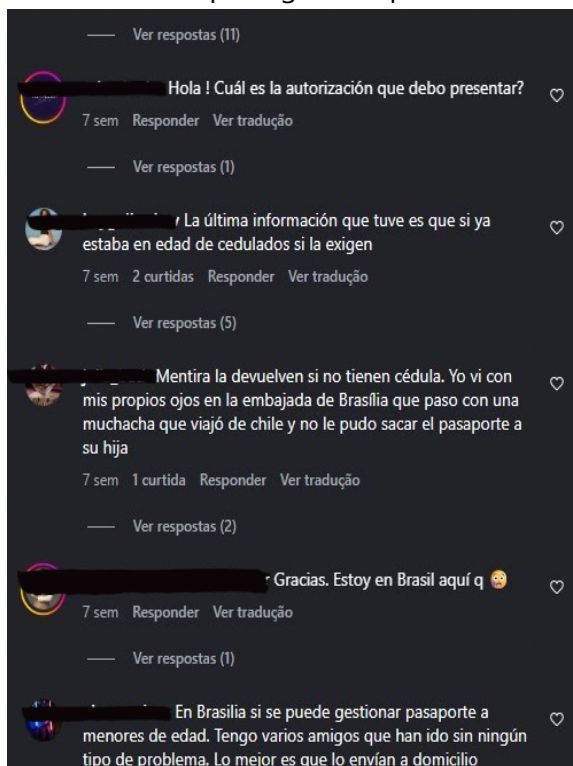
Análise do eixo Interação e Recepção

No eixo Interação e Recepção, torna-se possível compreender como os sentidos produzidos pelas criadoras são apropriados pelo público. A análise dos comentários mais curtidos evidencia que as interações observadas não se limitam à demonstração de engajamento, mas constituem espaços de reconhecimento, validação e construção de vínculos entre migrantes que compartilham experiências semelhantes.

Nos vídeos de Carmen, os comentários mais destacados concentram-se em manifestações de identificação emocional. Os comentários de maior destaque não se caracterizam pela partilha de experiências semelhantes, mas pela valorização das qualidades pessoais atribuídas à influenciadora. Termos relacionados à coragem, força, perseverança e superação aparecem de maneira recorrente, evidenciando que a audiência interpreta sua trajetória como exemplo de resiliência diante dos desafios migratórios. A recepção dos conteúdos, neste âmbito, portanto, está menos associada ao reconhecimento de vivências compartilhadas e mais à admiração pela capacidade da criadora de enfrentar adversidades e transformar sua experiência em uma narrativa inspiradora para o público.

Nos conteúdos de Yesica, os comentários apresentam dinâmica diferente (Figura 1). Os usuários frequentemente utilizam o espaço para agradecer pelas informações recebidas, esclarecer dúvidas adicionais ou relatar situações burocráticas semelhantes às abordadas nos vídeos. Os comentários de maior destaque frequentemente operam como extensão da própria função informativa do conteúdo, revelando que a audiência atribui à criadora um papel de mediação entre migrantes e sistemas institucionais. Ao mesmo tempo, observa-se uma dimensão afetiva importante nas mensagens de gratidão e reconhecimento pela ajuda oferecida, demonstrando que informação e acolhimento coexistem nesses espaços digitais.

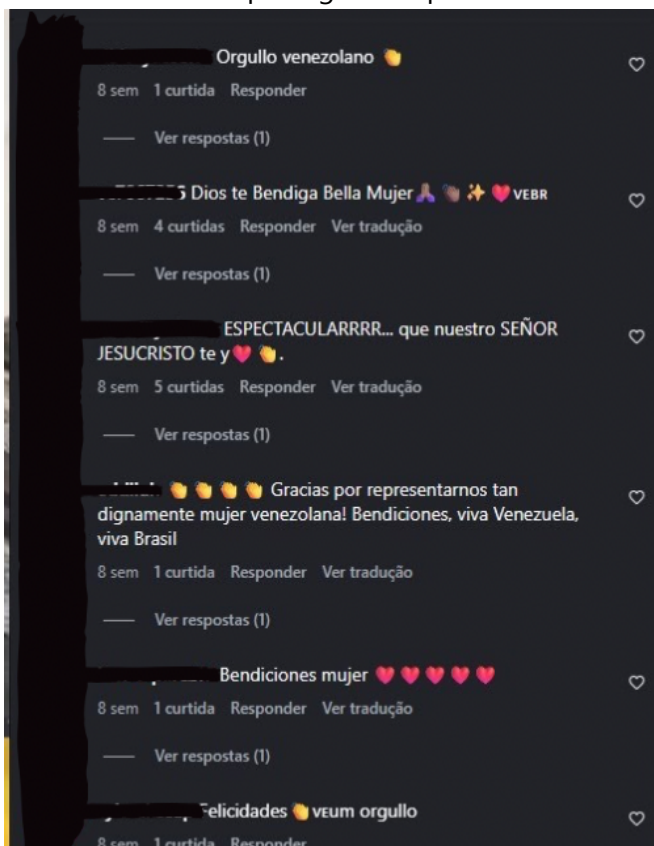
Figura 1 - Comentários em postagem do perfil de Yesica Moraes



Fonte: Instagram/@yecamoraís

Nos vídeos de Orish, os comentários assumem um caráter discursivo marcadamente identitário (Figura 2). Mensagens como “Que bella...muchas bendiciones, salud y éxitos” e “Belleza e inteligente... gracias por dejar en alto a Venezuela” exemplificam um padrão recorrente de interação, no qual o reconhecimento da criadora está diretamente associado à valorização simbólica da comunidade venezuelana. Entre os comentários, predominam manifestações de orgulho nacional, emoção diante das conquistas apresentadas e agradecimentos pela representação positiva da comunidade migrante venezuelana.

Figura 2 - Comentários em postagem do perfil de Orish



Fonte: Instagram/@orish.malave

As interações observadas dialogam diretamente com as reflexões de Recuero (2009) acerca da construção de capital social nas redes sociais digitais - que também pode ser analisada no contexto das plataformas. Os comentários com mais destaque funcionam como mecanismos de legitimação simbólica das produtoras de conteúdo, reforçando seus lugares de fala enquanto migrantes e os vínculos de pertencimento e reconhecimento entre indivíduos conectados por experiências comuns. Ao mesmo tempo, a perspectiva de Manuel Castells (1999) permite compreender tais

espaços como formas contemporâneas de sociabilidade em rede, nas quais a circulação de afetos e experiências contribui para a formação de comunidades transnacionais mediadas digitalmente.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as performances mobilizadas por criadoras de conteúdo venezuelanas no Instagram, buscando compreender como suas narrativas audiovisuais são construídas e articuladas às dinâmicas comunicacionais da plataforma. A partir da análise de quinze vídeos publicados por três perfis, foi possível identificar diferentes estratégias de produção de conteúdo relacionadas à experiência migratória venezuelana no ambiente digital.

Os resultados demonstram a mobilização de diferentes recursos performáticos, discursivos e audiovisuais para estabelecer vínculos com seus públicos. No eixo Performance, observou-se que a construção da visibilidade ocorre por meio da apresentação de si, variando entre a exposição da trajetória pessoal, a produção de conteúdos informativos e a representação simbólica da identidade migrante. No eixo Linguagem e Discurso, verificou-se a presença de narrativas que mostram experiências individuais, orientações práticas e discursos de pertencimento coletivo, contribuindo para a construção de comunidades conectadas pela experiência da migração. Por fim, no eixo Interação e Recepção, os comentários evidenciam processos de identificação e valorização das experiências compartilhadas pelas criadoras, demonstrando que os espaços de interação constituem-se como relevantes recursos de fortalecimento de vínculos.

A análise dos conteúdos audiovisuais evidencia, ainda, que a produção de narrativas de migrantes no Instagram mantém estreita relação com as dinâmicas de visibilidade da plataforma. Os vídeos demonstram que as criadoras desenvolvem habilidades performativas específicas para atuar no ambiente digital,

mobilizando estratégias corporais, discursivas e audiovisuais voltadas à produção de engajamento, identificação e circulação.

Nesse sentido, as performances observadas não podem ser compreendidas apenas como manifestações espontâneas de experiências pessoais, mas como práticas comunicacionais atravessadas pelos processos de plataformação. Isso reforça o que D'Andréa (2020) diz a respeito de que as plataformas estimulam formatos comunicacionais orientados pelo potencial de circulação e pelo engajamento. Tal perspectiva pode ser observada nos vídeos analisados, que recorrem frequentemente a títulos chamativos, informações objetivas, cortes rápidos e elementos visuais capazes de captar a atenção e a interação dos usuários.

Referências

ABDALA, Vitor. Venezuelanos formam maior grupo de estrangeiros residentes no Brasil. *Agência Brasil*, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-06/venezuelanos-sao-maior-grupo-de-imigrantes-do-brasil>. Acesso em: 5 maio 2026.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (org.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2018. p. 175-194.

D'ANDRÉA, Carlos. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.

ELHAJJI, Mohammed. *O intercultural migrante: teorias e análises*. Porto Alegre: Fi, 2023.

GEORGIU, Myria. *Media and the city: cosmopolitanism and difference*. Cambridge: Polity Press, 2013.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo; FOOT, Kirsten (org.). *Media technologies*. Cambridge: MIT Press, 2014. p. 1-32.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HELMOND, Anne. The platformization of the web: making web data platform ready. *Social Media + Society*, v. 1, n. 2, p. 10-15, 2015.

JARAMILLO-DENT, Daniela; ALENCAR, Amanda; ASADCHY, Yan. #Migrantes on TikTok: exploring platformed belongings. *International Journal of Communication*, v. 16, p. 1-25, nov. 2022.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEURS, Koen. *Digital passages: migrant youth 2.0*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.

LEURS, Koen; GEORGIU, Myria. *Digital migration and connectivity*. London: Routledge, 2013.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. *Migration and new media: transnational families and polymedia*. London: Routledge, 2012.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio da Silva; HILGEMBERG, Tatiane. A representação de venezuelanos e venezuelanas na mídia local em Roraima. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 19, p. 144-154, 2020.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOUZA, Adrielle; OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio da Silva. Migração venezuelana e audiovisual: a construção da performance de presença e o pertencimento em rede. In: ANDRADE, Ana Goulart de; KNEIPP, Valquíria; OLIVEIRA, Vânia Braz de (org.). *Do 4:3 ao widescreen*. Aveiro: Ria Editorial, 2025. v. 1, p. 148-173.

STUMPF, Ida Regina Chumill. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1, p. 51-61.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna; MONTEIRO, Joana. *Migration narratives and digital media*. London: Routledge, 2024.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas. Understanding social media logic. *Media and Communication*, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2013.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The platform society: public values in a connective world*. New York: Oxford University Press, 2018.

JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA VERACIDADE: O Combate Investigativo à Desinformação Socioambiental na Amazônia Brasileira sob a Lente Pós-Fenomenológica

Daniela Batista da Silva
Simão Farias Almeida

Este capítulo analisa a cobertura do jornalismo brasileiro na crise amazônica das secas extremas como disputa de racionalidades econômica e socioambiental, utilizando a pós-fenomenologia para mapear estratégias de veridicção e combate à desinformação contra as comunidades ribeirinhas, validadas enquanto vozes vulnerabilizadas, subalternizadas, mas também engajadas com a natureza e o meio ambiente.

A crise socioambiental decorrente da seca extrema na Amazônia, marcada pela estiagem prolongada e por desastres ecológicos e sociais, evidencia um problema que ultrapassa a dimensão climática, configurando-se também como um campo de disputa simbólica entre diferentes racionalidades (Eagleton, 2003).

Nesse contexto, a mídia desempenha papel central, atuando como mediadora entre os acontecimentos e a opinião pública. Contudo, o jornalismo tradicional vem sendo desafiado pela desinformação climática, que tende a simplificar e negar a gravidade da crise.

Diante dessa problemática, esta investigação buscará responder à seguinte questão: Como o jornalismo, por meio de abordagens investigativas e da mediação tecnológica, poderá combater a desinformação socioambiental na Amazônia e atuar na construção da veracidade da crise?

Essa mediação situa o fazer jornalístico em uma arena de veridicção, onde a atuação jornalística é compreendida através da dualidade proposta pela Pós-Fenomenologia (Almeida, 2025). Dessa forma, enquanto a mediação de ausência caracteriza a desinformação, que opera por meio do desvio, da simplificação deliberada e do silenciamento das causas estruturais da crise, a mediação de presença constitui o esforço investigativo de restituir a complexidade do real (Almeida, 2025). Esta última não se limita ao registro factual, mas busca tornar 'presentes' as evidências científicas e as vivências territoriais, confrontando a opacidade informativa com o excedente de sentido necessário para a construção da veracidade.

Com base nesse questionamento, o objetivo geral do trabalho será demonstrar que o jornalismo não constitui um registro neutro, mas sim uma arena de veridicção, em que diferentes culturas, saberes e lógicas se confrontam. Para alcançar esse propósito, serão definidos os seguintes objetivos específicos: analisar como o jornalismo emprega a mediação pós-fenomenológica na construção da veracidade da crise; compreender de que forma as vozes indígenas e comunitárias emergem enquanto sujeitos epistêmicos e políticos; e discutir como tais narrativas poderão evidenciar os embates entre a racionalidade instrumental, que alimenta a desinformação, e a racionalidade ambiental.

A escolha do objeto de estudo se justificará pela clareza com que as reportagens analisadas deverão expor o contraste entre

distintas visões de mundo: de um lado, as narrativas simplificadoras que negam a crise (racionalidade instrumental); de outro, as vozes locais e científicas que vivenciam e atestam a destruição dos modos de vida (racionalidade ambiental).

A cobertura jornalística das crises socioambientais na Amazônia, com foco na seca extrema, será, portanto, compreendida para além do mero registro factual. O estudo partirá da premissa de que a mídia constitui um campo de disputas discursivas. À luz das reflexões de Enrique Leff (2009) e Terry Eagleton (2003), que definem a crise como civilizatória e caracterizada por disputas de racionalidades, os discursos jornalísticos foram compreendidos sem a pretensão de neutralidade.

A análise incorpora a perspectiva de Homi Bhabha (1998) ao focar nos entre-lugares, entendidos como espaços intersticiais onde o jornalismo promove a negociação entre saberes científicos e vivências territoriais. Esses locais de fala não são apenas zonas de transição, mas pontos de hibridização que desestabilizam a homogeneidade da desinformação e permitem que as vozes subalternas articulem sua própria veracidade, o que se alinha à contribuição de Almeida (2025), que conecta essa luta discursiva à intervenção crítica diante da desinformação sob uma perspectiva pós-fenomenológica. Dessa maneira, a pesquisa busca analisar como as narrativas jornalísticas, ao darem visibilidade a distintos atores sociais e a dados científicos, poderão revelar tensões culturais e formas divergentes de compreender e agir sobre o ambiente.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de demonstrar que o jornalismo pode atuar como agente de transformação, participando ativamente da luta cultural por uma nova práxis e legitimando vozes historicamente marginalizadas. Ao evidenciar tais discursos, a cobertura jornalística poderá contribuir para a construção de alternativas civilizatórias em um mundo dominado pela lógica instrumental (Leff, 2009), atuando como forma de resistência socioambiental.

Para investigar a complexidade desses processos, o trabalho empregará a Análise da Mediação Pós-Fenomenológica, metodologia voltada à desconstrução das camadas narrativas nas relações entre humanos e tecnologias. O recorte temporal da pesquisa abrangerá matérias relacionadas à seca na Amazônia publicadas entre 2023 e 2024. Para fins deste Resumo Expandido, serão selecionadas como estudo de caso três webmatérias: “Mudanças climáticas e não o El Niño foram a principal causa da seca da Amazônia” (Matéria 1) - O Globo (2023); “Seca extrema na Amazônia: mortandade de peixes expõe crise ambiental e vulnerabilidade ribeirinha” (Matéria 2) - Tapajós de Fato; e “Seca na Amazônia vira novo alvo de desinformação da extrema direita no Brasil” (Matéria 3) - Agência Pública. Essas matérias serão escolhidas por evidenciarem o choque entre a racionalidade instrumental (que promove uma mediação de ausência) e a racionalidade ambiental (que busca uma mediação de presença), servindo como amostra da aplicação metodológica que será posteriormente estendida ao corpus completo.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na Análise de Discurso (AD), para investigar a mediação crítica do jornalismo na cobertura de crises socioambientais na Amazônia. O estudo se concentrará na dinâmica de construção da verdade factual e na disputa de sentidos, alinhando-se à perspectiva pós-fenomenológica (Almeida, 2025). O objeto empírico será a cobertura jornalística da crise socioambiental decorrente da seca extrema na Amazônia, com ênfase nos eventos de incêndios em Roraima.

O corpus de análise será composto por reportagens veiculadas por fontes independentes e especializadas. Essa seleção intencional de veículos não hegemônicos buscará analisar o potencial do jornalismo alternativo em dar visibilidade a vozes subalternizadas e promover uma mediação crítica divergente das narrativas oficiais.

O procedimento analítico será conduzido de forma sistemática a partir do Roteiro de Análise de Discursos no Jornalismo (RDJ), ferramenta consolidada pelo grupo de pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: Olhares da Amazônia (UFRR). Este dispositivo metodológico, de base fenomenológica e pós-fenomenológica, permite desconstruir as camadas narrativas das matérias para identificar as disputas de sentido, a hierarquização ou o balanceamento discursivo do ambiente informativo.

A aplicação deste roteiro permite ultrapassar a superfície factual ao investigar três dimensões centrais. Primeiramente, na Hierarquia e Enquadramento, analisa-se a proeminência entre fontes oficiais e não oficiais, observando se os discursos iniciam ou concluem a narrativa e se há resíduos de sentido confrontados. Em seguida, sob a Lente Pós-Fenomenológica, examina-se a relação entre excedentes discursivos e saberes (institucionais, científicos ou tradicionais), verificando se a natureza emerge como sujeito subalterno e como os saberes tradicionais se hibridizam na narrativa. Por fim, a dimensão de Ambivalência e Contingência (Bhabha, 1998) mapeia as temporalidades e territorialidades híbridas, identificando interstícios entre os campos sociopolíticos e socioambientais, bem como as ambivalências entre fontes majoritárias e subalternas.

Por fim, o processo de interpretação dos dados será sustentado por uma triangulação teórico-metodológica que articula três eixos principais:

Racionalidade Ambiental (Leff, 2009), para compreender o confronto entre o discurso oficial (alinhado à lógica instrumental do mercado) e a visão dos povos indígenas, pautada em uma relação ética e ontológica com a natureza; Luta Cultural (Eagleton, 2003), para orientar a análise das matérias enquanto arenas de disputa simbólica, nas quais projetos de mundo conflitantes competem pela legitimidade de suas narrativas e valores; Hibridismo e Entre-Lugares (Bhabha, 1998), para interpretar a complexidade das vozes indígenas, entendidas não apenas como testemunhos de

vulnerabilidade, mas como discursos híbridos capazes de articular saberes ancestrais e crítica política.

Essa triangulação deverá possibilitar uma leitura aprofundada da cobertura jornalística, permitindo compreender de que maneira as reportagens sobre os incêndios em Roraima poderão se constituir como espaços de disputa discursiva, nos quais se entrelaçam relações de poder, cultura e meio ambiente.

Disputas de racionalidades e hegemonia: a perspectiva pós-colonial e a construção da voz subalterna no debate climático.

A urgência em combater a desordem informacional e o negacionismo exige uma abordagem metodológica que supere a estabilidade da verdade. É nesse ponto que se insere a Pós-Fenomenologia, explorada por Almeida (2025) como um campo de mediação crítica. Almeida (2025) argumenta que a imprecisão informativa e os discursos negacionistas não são meras falsificações, mas sim formas híbridas de enunciação que se apropriam de fragmentos de veracidade para produzir efeitos ambivalentes (Almeida, 2025, p.32-33). Para ele, o jornalismo é convocado a restituir a credibilidade da verdade factual, atuando como um campo de resistência e de reposição da verdade pública, por meio de práticas discursivas que respondem à especulação com excedentes de sentido. O enfoque pós-fenomenológico crítica à fenomenologia tradicional e a chamada pós-verdade (Almeida, 2025, p.15). Em contraste, a Pós-Fenomenologia (Almeida, 2025, p.49) rompe com a estabilidade, compreendendo as intersubjetividades como atravessadas por relações de poder e contrapoder. O autor defende que o jornalismo deve tratar o fato como construção interpretativa (Almeida, 2025, p.15), resultante de múltiplas vozes e olhares, atuando nas mediações discursivas para legitimar sentidos. Essa fundação é essencial para a análise do jornalismo como prática que busca a integridade contra a desinformação climática.

O papel do jornalismo como mediador social é central para a forma como a sociedade compreende a crise climática. Ao construir suas narrativas a partir do senso comum, o jornalismo seleciona e organiza os acontecimentos, revelando sua dupla dimensão: traduzir a realidade social e, ao mesmo tempo, reconstruí-la simbolicamente. Sob a perspectiva da hermenêutica de profundidade, as narrativas jornalísticas não apenas descrevem fatos, mas reinterpretam um campo já interpretado por outros sujeitos sociais. Embora o jornalismo tenha a capacidade de ampliar o horizonte de conhecimento do público, ele não escapa de contradições, silenciamentos e limitações, exigindo um compromisso ético com a complexidade do mundo.

A necessidade de pensar alternativas para a crise climática e a seca na Amazônia revela que, muitas vezes, as soluções propostas inserem-se em uma lógica capitalista que privilegia a especulação em detrimento da transformação real. Tais modelos exemplificam a racionalidade instrumental, que é a base da desinformação, pois simplifica e nega a dimensão social e territorial da crise. Os conflitos na Amazônia evidenciam que a continuidade desses projetos de desenvolvimento deve ser analisada em suas implicações sociais, políticas e territoriais, além da dimensão ambiental. Pensar alternativas para a crise climática exige considerar a centralidade dos povos da floresta e a necessidade de romper com modelos que continuam a produzir exploração e expropriação sob novas formas. Essa ruptura passa também pela forma como a própria crise é narrada, exigindo, como aponta Almeida (2025), a integridade da informação climática na cobertura jornalística de desastres, conectando eventos extremos isolados às suas causas estruturais.

Segundo Almeida (2025), a desinformação climática é um desvio informacional que opera por meio da distração, da confusão, da apatia ou da sobrecarga informacional. Esse desvio pode convergir com o engano deliberado das fakes ou a especulação negacionista, contribuindo para desviar a atenção, neutralizar ou

minimizar os impactos das mudanças climáticas. A integridade da informação climática, segundo Almeida (2025), depende de estratégias capazes de combater esses desvios. A busca por essa integridade representa, em termos da Pós-Fenomenologia, uma intervenção crítica que busca a mediação de presença (expondo a crise em sua complexidade), em oposição à mediação da ausência da desinformação. Isso inclui a provisão de verdades documentadas, a realização de pesquisas interpretativas e investigativas, o confronto de versões e a valorização de evidências confiáveis. Tais práticas permitem legitimar reações e disrupções em defesa de sujeitos vulneráveis socioambientalmente, contribuindo na compreensão dos efeitos e impactos das mudanças climáticas.

Nesse contexto, a atuação jornalística desempenha papel central. Ao fornecer essas evidências e confrontar narrativas, o jornalismo se consolida como uma arena de veridicção (Eagleton, 2003). Reportagens investigativas e notas de agências de checagem podem interpelar e contestar narrativas hegemônicas, incorporando vozes de comunidades subalternizadas, como indígenas, quilombolas e pequenos agricultores (Almeida, 2025). A legitimação dessas vozes permite superar a concentração de poder simbólico e a hegemonia de discursos alinhados a interesses capitalistas. O autor apresenta ainda um conjunto de soluções estratégicas dirigidas ao enfrentamento dos desvios informacionais, visando à ampliação da visibilidade crítica e à promoção de interpretações fundamentadas sobre as mudanças climáticas.

Adicionalmente, Almeida (2025) ressalta que a desinformação climática está intrinsecamente relacionada a estruturas de poder e cultura, mobilizando percepções ideológicas que reproduzem desigualdades e consolidam a hegemonia de grupos dominantes, particularmente aqueles alinhados aos combustíveis fósseis. As categorias de "masculino" e "feminino" climáticos são apresentadas como alternativas analíticas à dicotomia cultural entre homem/consumo e natureza, permitindo

compreender a ação de grupos subalternizados na produção de respostas disruptivas frente a desigualdades socioambientais. Essa perspectiva enriquece a análise das vozes indígenas e ribeirinhas, que trazem a racionalidade ambiental como alternativa.

Ao analisar os discursos permeados por lutas de poder, colonialistas e pós-coloniais, essa dinâmica, fundamentada na perspectiva de Bhabha (1998) e articulada por Almeida (2025), explica que as práticas jornalísticas, ao atuarem contra a especulação negacionista, podem deslocar, substituir ou projetar processos de verificação. Dessa maneira, o jornalismo desestabiliza sentidos hegemônicos e garante às perspectivas subalternas a conquista de espaço, visibilidade e voz dentro do ecossistema informacional.

Nesse contexto, Almeida (2025) enfatiza a importância de valorizar as vivências de comunidades vulneráveis, caso dos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e pequenos agricultores, incluindo práticas de subsistência, saberes tradicionais, uso de tecnologias sociais e apoio institucional. Tais vivências permitem uma interpretação crítica dos impactos climáticos e das políticas ambientais, fortalecendo a integridade da informação e ampliando a visibilidade de atores historicamente marginalizados. Assim, a abordagem proposta contribui para a construção de um debate mais robusto sobre a integridade da informação climática no Brasil, articulando ciência, políticas públicas e protagonismo comunitário dos indígenas e ribeirinhos.

Ao dialogar com Homi Bhabha (1998), é possível ampliar a compreensão da comunidade sob a perspectiva pós-colonial e o combate à desinformação estrutural. Enquanto Eagleton (2003) trabalha a comunidade como um campo político-econômico atravessado por desigualdade estruturais, o que a torna uma arena de verificação, Bhabha (1998) pensa em um campo cultural-discursivo, produzido nos entre-lugares, onde a diferença não é eliminada, mas negociada. O jornalismo investigativo, ao dar voz a esses grupos, opera nesse interstício, expondo as heranças coloniais

que estruturam a crise e desestabilizam a narrativa da desinformação.

É a partir dessa perspectiva que Homi Bhabha (1998) critica concepções como a de Benedict Anderson, para quem a comunidade se define pela “imaginação” partilhada da nação. Contra essa ideia de unidade simbólica, Bhabha (1998), ressalta que a relevância do internacionalismo contemporâneo não reside apenas na multiplicação de histórias alternativas dos excluídos, mas na possibilidade de instaurar novas bases de conexão internacional. Essa crítica à homogeneidade da nação se aprofunda na discussão sobre a diferença cultural. Para Bhabha (1998), ela não pode ser concebida como um simples jogo de polaridades e pluralidades inscritas no tempo homogêneo da comunidade nacional. Sua análise enfatiza a complexidade e a ambiguidade próprias da diferença cultural, desafiando leituras simplificadas e binárias do fenômeno. Além disso, Bhabha (1998, p.244) reforça que a perspectiva pós-colonial questiona a noção “liberal” e consensual de comunidade cultural, evidenciando seus limites. A identidade cultural e política, em vez de se constituir como dado fixo, emerge de processos de alteridade atravessados por raça, diferença cultural, sexualidade e gênero.

Nesse ponto, Bhabha (1998, p.199) esclarece: seu foco não está no discurso do nacionalismo, mas na nação ocidental como uma forma ubíqua e opaca de vivenciar a localidade da cultura. A nação, portanto, deve ser compreendida mais retórica do que razão de Estado. Esse processo de desconstrução da identidade nacional e cultural é reforçado pelo conceito de “entre-tempo”. Bhabha (1998) caracteriza esse intervalo como uma suspensão temporal capaz de interferir na representação histórica e literária.

O “entre-tempo”, assim, abre espaço crítico para a construção de significado e intencionalidade, reforçando que história e identidade não são lineares nem homogêneas (Bhabha, 1998, p.225).

Se a obra de Homi Bhabha (1998) desestabiliza a noção de nação enquanto entidade homogênea, abrindo espaço à negociação das diferenças nos “entre-lugares”, Enrique Leff (2009) amplia essa discussão ao questionar o modelo de conhecimento e desenvolvimento hegemônico. Para Leff (2009), a modernidade ocidental impôs uma única racionalidade, de caráter instrumental, que subjugou os saberes locais, a diversidade cultural e ambiental. Essa crítica converge com a de Bhabha (1998) ao mostrar que tanto as identidades quanto os saberes não podem ser reduzidos à homogeneidade de uma narrativa universalizante. A proposta de racionalidade ambiental de Leff (2009) é, portanto, uma resposta direta à estrutura de poder que alimenta a desinformação.

A partir dessa perspectiva, a sustentabilidade proposta por Leff (2009) ultrapassa a mera gestão eficiente dos recursos naturais, envolvendo a valorização dos saberes ambientais e das racionalidades culturais como elementos essenciais para o enfrentamento das crises socioambientais. A cultura atua diretamente associada aos recursos naturais nos sistemas produtivos camponês-indígena, evidenciando que práticas simbólicas, valores e identidades culturais são tão relevantes quanto os recursos materiais para a sustentação das comunidades.

A racionalidade ambiental, segundo Leff (2009), reconhece a diversidade ecológica e cultural como potenciais produtivos concretos, capazes de propor alternativas à lógica mercantil e reorganizar as relações de produção de maneira sustentável. Nesse contexto, as comunidades constituem espaços de autogestão e reapropriação, em que práticas e conhecimentos ancestrais orientam a relação com o território e estruturam sistemas de produção integrados aos ecossistemas.

A articulação entre conhecimento local, práticas culturais e racionalidade ecológica permite que as comunidades desenvolvam modos próprios de organização e produção que desafiam a homogeneização imposta pelo modelo de desenvolvimento

dominante (Leff, 2009, p. 129). Ao dar visibilidade a essas vozes, o jornalismo revela a incompletude da crise vista apenas sob a ótica da racionalidade instrumental, inserindo a Racionalidade Ambiental como um elemento de "meia passagem" essencial para a reconfiguração do debate nacional sobre a desinformação climática. Nesse contexto, a compreensão da cultura do pertencimento e das identidades híbridas fornece uma base analítica relevante para perceber como os grupos subalternos articulam suas práticas diante das crises socioambientais e do discurso da desinformação.

Eagleton (2003), critica a concepção de que a cultura deveria preceder a política. Para ele, essa lógica é perigosa porque elimina o conflito, elemento essencial da política, e historicamente serviu para justificar a negação de autodeterminação a povos colonizados. É crucial reverter essa perspectiva, pois a política molda a cultura. Dessa forma, a constituição comunitária não decorre de uma formação cultural prévia, mas da experiência política capaz de possibilitar à comunidade afirmar sua autonomia. Colocar a cultura acima da política é uma manobra que legitima exclusões, silencia conflitos e disfarça relações de poder (Eagleton, 2003, p.18-19). Esta crítica é fundamental para entender a disputa na arena de veridicção, onde a desinformação tenta mascarar o conflito político e econômico como mera diferença cultural.

A análise de Eagleton (2003, p. 25-26) aprofunda nossa reflexão sobre o conceito de comunidade. Ao destacar a oposição entre "cultura" e "civilização", o autor aponta para a maneira das sociedades modernas e coloniais projetarem sobre os chamados "selvagens" a ideia de uma vida coletiva mais orgânica. Por outro lado, Eagleton (2003) também evidencia a ambivalência dessa concepção. A mesma cultura que possibilita a crítica social pode ser instrumentalizada para legitimar e proteger a ordem vigente, tornando-se instrumento ideológico de manutenção da ordem social. As práticas residuais, diferentemente do arcaico, permanecem ativas no presente, resistindo a uma plena assimilação pela cultura

dominante. Em síntese, ao vincular cultura e comunidade, Eagleton (2003) evidencia que ambas são conceitos instáveis e disputados. A comunidade, nesse quadro, não se limita a uma instância de coesão social, mas torna-se um dispositivo simbólico que atua na crítica à ordem social e na resistência à hegemonia (Eagleton, 2003, p.158).

A análise dos fenômenos desenvolvida neste capítulo estabelece as bases para compreender a desinformação climática não apenas como uma falha factual, mas como um sintoma da disputa estrutural entre a racionalidade instrumental e a racionalidade ambiental. A Pós-Fenomenologia (mediação crítica) e a noção de arena de veridicção fornecem as lentes para decodificar como o jornalismo busca restaurar a integridade da informação. Com essa estrutura teórica definida, o próximo passo é aplicá-la. A análise das reportagens investigativas sobre a seca na Amazônia será guiada por esses pilares, buscando mapear de que forma as vozes indígenas e ribeirinhas, articuladas sob a perspectiva pós-colonial, conseguem expor a raiz estrutural da desinformação e inserir a racionalidade ambiental no debate público.

Análise conceitual da crise amazônica na arena de veridicção

O corpus jornalístico analisado revela que a crise climática na Amazônia transcende a dimensão factual, manifestando-se como uma disputa hegemônica de racionalidades inscrita na arena de veridicção. O processo interpretativo é guiado pela Pós-Fenomenologia de Almeida (2025), que trata a desinformação como regime de mediação crítica, e é sustentado pelo Roteiro de Análise de Discurso (RAD), que mapeia as construções narrativas.

A Matéria 3 ("Seca na Amazônia vira novo alvo de desinformação da extrema direita no Brasil") ilustra o funcionamento da desinformação como uma mediação de ausência. A análise do RAD demonstra que a Hierarquia de Fontes é utilizada para polarizar o debate, com fontes majoritárias (políticos) impondo um enquadramento que é confrontado pelo jornalismo. Nesse embate,

o RAD identifica o uso de um tom zombeteiro como estratégia para ridicularizar a evidência científica e validar a especulação negacionista. Esse deboche atua diretamente para silenciar qualquer tentativa de dar voz a seres não humanos, como o rio ou a fauna, transformando a gravidade da seca em algo insignificante ou passível de piada perante a opinião pública. Essa narrativa impede a articulação do conflito real (Eagleton, 2003) e obscurece a dimensão socioambiental em favor de uma racionalidade instrumental. A Ambivalência e Contingência (Bhabha) é criada pela sobreposição de temporalidades (RAD 10), na qual o passado é usado para neutralizar o presente, e o discurso político majoritário cria ambivalências na esfera sociopolítica (RAD 11), obscurecendo a dimensão socioambiental.

Em contraste, a Matéria 1 ("Mudanças climáticas e não o El Niño foram a principal causa da seca da Amazônia") exemplifica o jornalismo na busca pela integridade da informação através da mediação de presença. Pela ótica do RAD, a Hierarquia de Fontes é clara e balanceada, com o discurso científico (WWA, OMM) iniciando e concluindo a narrativa. As Fontes Oficiais se sobrepõem, mas seu saber científico é compatível/exacerbado (RAD 55) com o excedente de sentido ("30 vezes mais provável"). Esse enquadramento confronta o resíduo do El Niño, exigindo uma construção interpretativa do fato que o inscreve na lógica estrutural do aquecimento global. A Pós-Fenomenologia observa aqui a intervenção crítica (Almeida, 2025) que desafia a hegemonia da racionalidade instrumental no discurso científico, articulando uma temporalidade híbrida (RAD 10) que funde o tempo linear da ciência e o tempo contingente da crise.

Por fim, a Matéria 2 ("Seca extrema na Amazônia: mortandade de peixes expõe crise ambiental e vulnerabilidade ribeirinha") demarca o ponto de inserção da racionalidade ambiental e da perspectiva pós-colonial na arena de veridicção. O RAD identifica uma Hierarquia de Fontes invertida, onde as Fontes Não

Oficiais (ribeirinhos e CPP) são valorizadas e dominantes. Este discurso configura uma Ambivalência Subalterna (RAD 12), expressa em uma temporalidade híbrida (RAD 10) que articula o tempo ancestral com o tempo contingente da seca. O jornalismo atua como mediador dos entre-lugares (Bhabha, 1998), questionando a herança colonial que institucionaliza a vulnerabilidade. A crítica à "forma predatória" e a exigência de que se supere a ideia de "recursos inesgotáveis" são formulações diretas da racionalidade ambiental (Leff, 2009). O saber tradicional é suplementar ao científico (RAD 56), e as vozes subalternas articulam o hibridismo (RAD 58), inserindo o conflito real (Eagleton, 2003). Nesse cenário, o perfil das fontes ribeirinhas escolhidas produz a materialidade das disrupções sobre as secas, pois o saber tradicional dessas populações denuncia a quebra do ciclo da vida que a métrica oficial muitas vezes não consegue traduzir sozinha. A reportagem tenta dar voz a seres não humanos (peixes e rios) ao tratar a natureza como vítima subalterna (RAD 57), projetando-os como vítimas centrais da crise onde a natureza deixa de ser apenas um cenário e passa a falar através da tragédia descrita, expondo a incompletude da crise vista sob a ótica instrumental.

Considerações finais

A análise dos fenômenos desenvolvidos estabelece as bases para compreender a desinformação climática não apenas como falha factual, mas como sintoma da disputa estrutural entre racionalidade instrumental e racionalidade ambiental. A Pós-Fenomenologia (mediação crítica) e a noção de arena de verificação oferecem as lentes para decodificar os modos pelos quais o jornalismo busca restaurar a integridade da informação. Com essa estrutura teórica delineada, a investigação das reportagens sobre a seca na Amazônia aprofunda o exame de como as vozes indígenas e ribeirinhas, articuladas sob a perspectiva pós-colonial, desvelam a raiz estrutural da

desinformação e inserem a racionalidade ambiental no debate público.

Essa articulação evidencia que a integridade da informação emerge como um marco normativo e político que tensiona os modos de produção de sentido no espaço público. Ao ser vinculada aos diagnósticos das vulnerabilidades locais e às disrupções sobre as secas, a análise adquire densidade crítica para compreender o impacto real sobre os territórios tradicionais. Para Almeida (2025), essa integridade envolve disputas por legitimidade que protegem o debate contra estruturas que instrumentalizam a desinformação para fragilizar direitos coletivos, sugerindo que o conceito pode se tornar um eixo de enfrentamento das desigualdades estruturais e da violência epistêmica contra os saberes da floresta.

Nesse cenário, a integridade informacional deixa de ser um mero atributo da mensagem para se consolidar como um campo de ação que demanda o reconhecimento das experiências locais e a valorização das vozes que habitam os entre-lugares (Bhabha, 1998). A defesa dessa integridade torna-se indissociável da defesa dos territórios e da sobrevivência, vinculando-se às lutas por justiça ambiental defendidas por Leff (2009). O que se configura, portanto, é um chamado coletivo para pensar a comunicação na Amazônia como um projeto político situado, capaz de reposicionar o saber tradicional como instrumento de resistência, cuidado e construção de futuros compartilhados diante da crise climática validados jornalisticamente pelo compromisso de verdade factual.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. Seca na Amazônia vira novo alvo de desinformação da extrema direita no Brasil. *Agência Pública*, 27 out. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/10/seca-na-amazonia-vira-novo-alvo-de-desinformacao-da-extrema-direita-no-brasil/>. Acesso em: 7 out. 2025.

ALMEIDA, Simão Farias. *Integridade da informação climática na cobertura jornalística de desastres* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Ideia, 2025. Disponível em: <http://meublogsimao.blogspot.com/>. Acesso em: 7 out. 2025.

AZEVEDO, Ana Lucia. Mudanças climáticas e não o El Niño foram a principal causa da seca da Amazônia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/01/24/mudancas-climaticas-e-nao-o-el-nino-foram-a-principal-causa-da-seca-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2025.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROTEIRO de análise de discursos no jornalismo. *meublogsimao.blogspot.com*. Disponível em: <http://meublogsimao.blogspot.com/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

TAPAJÓS DE FATO. Seca extrema na Amazônia: mortandade de peixes expõe crise ambiental e vulnerabilidade ribeirinha. *Tapajós de Fato*, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1415/seca-extrema-na-amazonia-mortandade-de-peixes-expoe-crise-ambiental-e-vulnerabilidade-ribeirinha>. Acesso em: 9 out. 2025.

QUANDO A IDENTIDADE VIRA GRADE: Migração, Fronteiras e Criminalização nas Narrativas Jornalísticas sobre Indígenas Warao e Yanomami em Roraima

Tarsira Rodrigues
Maurício Elias Zouein

Este capítulo investiga como a identidade étnica é mobilizada na construção das narrativas jornalísticas sobre criminalidade no estado de Roraima. O estudo parte do mapeamento de manchetes e conteúdos publicados nos portais G1 Roraima e Folha de Boa Vista entre abril de 2020 e abril de 2025, buscando compreender de que forma os marcadores identitários aparecem nas coberturas policiais e quais sentidos são produzidos a partir dessas escolhas editoriais.

A investigação também estabelece um diálogo crítico entre as narrativas midiáticas identificadas e os avanços recentes do campo jurídico, a exemplo da Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Plano Pena Justa e de iniciativas

voltadas à garantia de direitos dos povos originários no sistema penal.

Embora esses instrumentos proponham procedimentos específicos para assegurar o tratamento adequado às particularidades culturais e linguísticas dos sujeitos, os resultados iniciais indicam que tais aspectos ainda aparecem de forma limitada na cobertura jornalística analisada. Esse distanciamento deixa clara a necessidade de ampliar a interlocução entre as práticas de redação, os direitos humanos e a justiça intercultural.

É nesse horizonte analítico que se insere a compreensão de que a dinâmica contemporânea da segurança pública em Roraima é atravessada por tensões estruturais, as quais se refletem diretamente no campo das construções textuais dentro das rotinas produtivas das redações jornalísticas.

Longe de ser neutra, essa engrenagem discursiva interfere diretamente na validação social do sistema prisional roraimense. O enquadramento dado pelas linhas de frente dos portais pode antecipar os vereditos e moldar o julgamento público, fragilizando garantias processuais e reforçando o aprisionamento de sujeitos historicamente vulnerabilizados muito antes de qualquer manifestação oficial do Judiciário.

A dinâmica contemporânea da segurança pública em Roraima é atravessada por tensões estruturais que envolvem faixas de fronteira, fluxos migratórios intensificados e a presença histórica e viva de diversos povos originários. Na estrutura do sistema prisional roraimense, conforme dados atualizados no período que compreendeu a pesquisa, constata-se a custódia de cerca de cinco mil pessoas. Esse cenário de complexidade demográfica revela a presença registrada de 426 pessoas estrangeiras e 305 indígenas privados de liberdade.

Diante desse cenário, a imprensa local, sobretudo no segmento da editoria de polícia, assume papel central na circulação de sentidos sociais e na modelagem do imaginário coletivo sobre a

criminalidade e a diferença. As escolhas de palavras e os recortes dados às manchetes diárias possuem a força tanto de fomentar uma leitura crítica sobre as realidades locais quanto de consolidar estigmas, simplificar desigualdades históricas e tensionar processos de estigmatização e dinâmicas de exclusão baseadas na nacionalidade ou no pertencimento étnico.

Para compreender os fios que tecem a produção dessas notícias na realidade amazônica de Roraima, torna-se necessário adotar a mudança de perspectiva proposta por Martín-Barbero. O autor defende que o campo da comunicação não pode ser reduzido aos suportes técnicos ou aos canais de transmissão de mensagens; ele deve ser investigado a partir das mediações, ou seja, do espaço de articulação entre as práticas culturais, as memórias coletivas e as estruturas de poder.

O território amazônico configura-se como um espaço de disputa simbólica onde diferentes discursos sobre segurança, soberania e direitos humanos competem entre si. A cobertura jornalística, portanto, não atua como um espelho neutro de ocorrências criminais, mas sim como um processo construído por meio de escolhas que definem quem possui legitimidade para falar e quem é empurrado para as margens do tecido social.

Martín-Barbero recorda a contradição do pensamento tradicional que se posicionava contra a opressão em nome da vontade popular, mas agia contra o povo em nome de uma racionalidade abstrata. Esse mecanismo explica como certas narrativas operam: sob o pretexto de uma suposta universalidade técnica da lei penal, ocultam-se assimetrias profundas que colocam grupos de populações que correm o risco de ser invisibilizadas por essas narrativas em desvantagem social permanente.

A mecânica discursiva responsável por fixar e dar significado à diferença na mídia contemporânea ganha sustentação teórica nas reflexões de Stuart Hall. O autor descarta visões fixas ou biológicas sobre a identidade, definindo-a como uma construção histórica que

se encontra em contínuo processo de transformação e divisão nas sociedades contemporâneas.

É justamente no espaço das páginas policiais que a marcação dessa diferença se apresenta de modo mais desigual. A identidade individualizada, o sujeito do Iluminismo, com sua identidade fixa, está sendo deslocada ou fragmentada pelo próprio processo de modernização cultural. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006, p. 12-13).

A representação mediática atua organizando o mundo social em categorias rígidas de pertencimento e exclusão. Quando portais de notícias associam repetidamente os nomes dos povos Warao ou Yanomami a práticas ilícitas, ativa-se um processo de estereotipia. Segundo a perspectiva de Hall, o estereótipo reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença jurídica e cultural, operando uma divisão clara entre o que é considerado normal e o que é tratado como desviante.

Ao funcionar por meio de simplificações, o estereótipo apaga a diversidade interna dessas populações e transforma características particulares em símbolos de periculosidade, fixando o outro como ameaça e legitimando formas de exclusão física e simbólica.

Essa engrenagem punitiva que serve de base para o noticiário dialoga diretamente com o pensamento de Michel Foucault a respeito da evolução histórica das punições estatais e do nascimento das prisões. Foucault demonstra que a substituição dos castigos físicos visíveis pelo confinamento moderno não significou um simples avanço humanitário, mas sim uma reorganização estratégica e uma sofisticação técnica do poder de punir.

O controle institucional deixa de visar a destruição do corpo do apenado para se concentrar na gestão minuciosa do tempo, das condutas cotidianas e da mente dos sujeitos, espalhando uma rede

disciplinar por toda a sociedade com o intuito de produzir sujeitos úteis e dóceis. No cenário roraimense, as dinâmicas do aparato penal tendem a priorizar a uniformização de comportamentos baseados em matrizes urbanas, o que evidencia um descompasso com as particularidades socioculturais da região. A superação desse distanciamento cultural apresenta-se como um passo fundamental para a construção de uma prestação jurisdicional mais justa, inclusiva e humanizada.

A dependência predominante das fontes oficiais na cobertura de casos envolvendo populações indígenas e migrantes pode limitar a contextualização das realidades locais. Como consequência, as complexidades socioculturais e os descompassos de linguagem que atravessam esses grupos correm o risco de ser assimilados de forma simplificada pelos relatos jornalísticos, traduzindo-se estritamente em dados estatísticos.

Essa dinâmica de rotulação ganha complementariedade teórica na obra de Norbert Elias sobre as relações entre grupos estabelecidos e outsiders. Elias demonstra como grupos consolidados no poder utilizam o estigma social como uma espécie de "muro invisível". Ao carimbar os recém-chegados com rótulos de desordem e inferioridade, os estabelecidos blindam seus privilégios e legitimam a exclusão. Como antídoto a esse isolamento, Cremilda Medina convoca o jornalismo a romper essas barreiras por meio da "narrativa do presente" — transformando a notícia em um espaço de escuta e conexão humanizada, capaz de reatar os laços sociais partidos.

Para a autora, o fazer jornalístico vai além do registro mecânico de fatos isolados; reside na construção de uma interpretação complexa do cotidiano. O jornalismo de profundidade rejeita a fórmula fácil do caça-cliques; sua missão é se ancorar nas esquinas do dia a dia e traduzir as complexidades da vida comum. Narrar o conflito sem camuflar as raízes históricas da desigualdade e dos fluxos migratórios é o caminho para que a comunicação deixe

de cancelar apagamentos. Só assim a reportagem atua como ponte para o restabelecimento da cidadania e para a construção de um horizonte de real compreensão mútua.

No plano metodológico, a investigação pauta-se nos princípios da abordagem qualitativa aplicada às ciências sociais, conforme as diretrizes formuladas por Minayo. A pesquisa qualitativa mostra-se adequada por sua capacidade de responder a questões particulares que não podem ser quantificadas ou traduzidas em variáveis matemáticas, dedicando-se à compreensão do universo dos significados, valores e construções discursivas que orientam as ações humanas.

Como procedimento técnico central, aplica-se a Análise de Conteúdo fundamentada em Bardin, estruturada em três fases sucessivas: a pré-análise, que compreende a leitura flutuante e a organização do material coletado; a exploração do material, dedicada à codificação e à identificação de regularidades nos textos; e o tratamento dos resultados acompanhado da interpretação crítica baseada no referencial teórico adotado.

O recorte temporal abrange o período de abril de 2020 a abril de 2025, composto por matérias dos portais G1 Roraima e Folha de Boa Vista, localizadas por meio das palavras-chave "indígena", "Yanomami", "Warao" e "imigrante" nas editorias de segurança/polícia. Embora o mapeamento completo dos dados esteja em fase de conclusão, os resultados preliminares já acendem um alerta: a identidade étnica tem funcionado como uma espécie de ímã para as páginas policiais, transformando a origem dos indivíduos em um forte marcador de interesse para o noticiário penal.

Esse fenômeno vai além da espetacularização: uma manchete mal construída tem o poder de antecipar o veredito das ruas, promovendo uma condenação social antes mesmo do crivo do Judiciário. Na prática, o eco dessa repercussão atravessa as muralhas do cárcere, estigmatizando o percurso do custodiado dentro do

próprio sistema prisional e convertendo o clamor público em uma barreira invisível para o tratamento penal humanizado.

Diferenças socioculturais e as barreiras do sistema penal brasileiro

Para realizar uma análise fundamentada sobre a cobertura da imprensa, principalmente na editoria de polícia, torna-se indispensável demarcar as profundas distinções históricas e territoriais que separam os povos Yanomami e Warao. Essa diferenciação evita o tratamento genérico sob o rótulo unificado de "indígena" — prática comum nas redações que costuma apagar realidades sociais distintas.

Os Yanomami configuram uma sociedade milenar de caçadores e agricultores que ocupam a floresta tropical do Norte Amazônico. Seu território tradicional estende-se por cerca de dez milhões de hectares entre os estados de Roraima e Amazonas, além de parcelas na Venezuela, abrigando mais de 390 comunidades e uma população estimada em 30 mil pessoas.

Homologada em 1992 após ampla mobilização, a Terra Indígena Yanomami enfrenta pressões históricas. Do ponto de vista sociocultural, como aponta a literatura clássica de Jacques Lizot, a vida do grupo organiza-se por meio de redes de parentesco e de uma ética de reciprocidade, onde a floresta é concebida como uma entidade viva e não como recurso comercial. Lizot destaca o papel central da oratória nessa organização social, demonstrando que a circulação da palavra funciona como elemento de memória, restabelecimento de alianças e resolução de tensões.

O contato com a sociedade envolvente intensificou-se a partir da década de 1960, resultando em epidemias e violências físicas que se agravaram severamente entre 2019 e 2022 devido à intrusão do garimpo ilegal, gerando uma crise sanitária que motivou a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Governo Federal em 2023.

A inserção de membros desse povo no sistema de justiça penal resulta frequentemente em um profundo choque de matrizes culturais. As comunidades Yanomami possuem códigos próprios de conduta e reparação voltados à busca pelo equilíbrio coletivo. Ao capturar um sujeito pertencente a essa cultura e inseri-lo no confinamento carcerário estatal, ignora-se a capacidade comunitária de resolução de conflitos e impõe-se uma lógica punitiva alheia àquela cosmologia.

Por outro lado, o povo Warao apresenta trajetória histórica e migratória inteiramente diversa. Originários da região do Delta do Orinoco, na Venezuela, constituem tradicionalmente uma sociedade associada aos ambientes fluviais. A severa crise socioeconômica enfrentada pela Venezuela impulsionou, a partir de 2014, um intenso fluxo de deslocamento forçado, posicionando Roraima como o principal eixo de recepção e acolhimento dessa população migrante no território brasileiro.

Diferente dos Yanomami, os Warao vivenciam em solo brasileiro os dilemas do deslocamento urbano e da desterritorialização, enfrentando moradia precária em periferias ou abrigos, barreiras idiomáticas e exclusão do mercado formal de trabalho. Relatórios produzidos por organismos internacionais, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), apontam que esse deslocamento forçado empurra o grupo para um quadro de vulnerabilidade multidimensional. Nesse cenário, o ato de ir às ruas pedir doações e auxílio financeiro, uma prática tradicional de subsistência dentro da organização sociocultural Warao, deixa de ser compreendido em sua especificidade e passa a ser criminalizado e estigmatizado pela dinâmica urbana local.

O envolvimento de pessoas Warao em conflitos penais em Roraima liga-se a essas condições materiais de exclusão, fazendo com que a relação com o sistema de justiça seja marcada pela dupla desvantagem de sua condição indígena e migrante.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha apresentado avanços institucionais significativos para tentar lidar com essas particularidades, como as diretrizes da Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os objetivos do Plano Pena Justa, que buscam assegurar a presença de intérpretes, a realização de perícias antropológicas e a aplicação de penas adequadas às especificidades culturais, a análise da cobertura jornalística sinaliza que tais garantias legais são ignoradas pelo noticiário policial.

Diante da velocidade que rege o jornalismo factual, a cobertura local frequentemente prioriza o registro imediato das detenções, o que pode restringir o espaço dedicado à contextualização dos direitos processuais e das realidades estruturais de cada etnia. Como a imprensa exerce um papel vital de mediação e voz social, o grande desafio contemporâneo das redações reside em expandir esse olhar para além do fluxo penal automático. Há uma oportunidade latente para que a narrativa noticiosa se consolide como um instrumento pedagógico, pautado nos direitos humanos e na justiça intercultural, fortalecendo seu compromisso histórico com a cidadania.

Categorias discursivas e o exercício técnico da reescrita

A organização do material permitiu identificar padrões claros nas narrativas dos portais pesquisados. Observa-se uma diferença marcante na escolha dos elementos que ganham destaque nas manchetes: a identificação da etnia ou da nacionalidade do envolvido surge quase sempre na chamada principal quando o caso envolve uma pessoa indígena ou migrante, funcionando como um elemento que atrai a atenção do público.

Em contrapartida, quando os episódios envolvem moradores do contexto urbano geral que não pertencem a minorias étnicas ou a fluxos migratórios, as referências a perfil socioeconômico ou origem costumam ceder espaço a termos universais como "homem" ou "suspeito". Diante disso, observa-se uma valiosa oportunidade de

aperfeiçoamento nas abordagens: ao destacar o pertencimento cultural ou a nacionalidade em episódios específicos, a narrativa jornalística, mesmo sem essa intenção deliberada, pode acabar gerando no imaginário do leitor uma associação involuntária entre a origem da pessoa e o fato noticiado.

Esse cenário reflete os desafios práticos das rotinas de produção, que muitas vezes dependem do imediatismo dos relatórios iniciais dos órgãos de segurança pública.

Ao centralizar o foco na identidade cultural no topo das matérias, o formato da notícia pode, sutilmente, obscurecer um princípio humano e jurídico fundamental: o de que a essência, a origem ou a identidade de um ser humano jamais o definem como criminoso. Qualquer conduta infracional é um ato isolado de responsabilidade estritamente individual, uma escolha ou circunstância de quem a pratica, e não o reflexo biológico ou cultural de todo um povo.

Assim, a defesa de uma cobertura cada vez mais plural e contextualizada surge como um caminho natural para que a imprensa consolide ainda mais seu papel primordial de informar com equilíbrio, sensibilidade e profundo compromisso social.

Com o objetivo de demonstrar a viabilidade prática de uma cobertura informativa desprovida de contornos estigmatizantes, apresenta-se a seguir um exercício técnico de reescrita aplicado a casos reais coletados nos portais Folha de Boa Vista e G1 Roraima, evidenciando que a preservação do interesse público pode ser assegurada sem a conversão de identidades em ganchos sensacionalistas.

Casos do portal Folha de Boa Vista (FolhaBV)

Homicídio de recém-nascido

Manchete original: "Indígena Yanomami suspeito de matar filho recém-nascido é preso"

Sugestão de reescrita: "Homem é preso suspeito de matar o próprio filho recém-nascido"

Análise técnica: A inserção do termo "Yanomami" na abertura do título gera um ruído interpretativo que estende a suspeita sobre toda a comunidade diante de um fato de alta sensibilidade social. A reconfiguração proposta mantém o foco no núcleo factual da ocorrência e no vínculo familiar, deixando o debate sobre vulnerabilidades socioeconômicas locais para o espaço contextual do corpo do texto.

Ocorrência no bairro Pintolândia

Manchete original: "PINTOLÂNDIA - Indígena é preso após ser acusado de agredir jovem sem motivo e se livrar de linchamento"

Sugestão de reescrita: "Homem é preso suspeito de agredir jovem e quase ser linchado em Pintolândia"

Análise técnica: A chamada original recorre à categoria genérica "indígena" para identificar o autor da agressão descrita com expressões alarmistas. A substituição pelo termo geral "homem" preserva as informações de interesse público, a agressão, a prisão e a reação popular, e restabelece a simetria de tratamento em relação a outros sujeitos suspeitos do meio urbano.

Denúncia de estupro

Manchete original: "Indígenas Yanomami são detidos após denúncia de estupro"

Sugestão de reescrita: "Homens são detidos após denúncia de estupro em comunidade do interior de Roraima"

Análise técnica: Ao utilizar a identidade étnica no plural, a redação projeta uma sombra de suspeição coletiva sobre o povo indígena. A proposta de reescrita restringe o acontecimento ao plano das responsabilidades penais individuais, apontando a localização geográfica geral sem marcar negativamente o nome da etnia na chamada.

Prisão envolvendo liderança comunitária

Manchete original: "Tuxaua é preso por incêndio criminoso no interior de Roraima"

Sugestão de reescrita: "Homem é preso suspeito de incêndio criminoso no interior de Roraima"

Análise técnica: O termo "tuxaua" indica uma função tradicional de liderança política e organização interna dos povos indígenas amazônicos. Sua vinculação direta ao crime no título provoca o desgaste simbólico dessa instituição representativa. O uso do termo "homem" resguarda a presunção de inocência e remete o detalhamento sobre o papel social do investigado para o corpo da matéria.

Conflito com uso de arma branca

Manchete original: "Briga entre indígenas termina com dois Yanomami esfaqueados"

Sugestão de reescrita: "Briga termina com duas pessoas esfaqueadas em comunidade do interior de Roraima"

Análise técnica: O título original aciona estereótipos sobre um temperamento naturalmente belicoso atribuído aos povos da floresta. A sugestão de mudança centraliza a notícia no resultado do ato violento e no atendimento às vítimas, retirando marcadores étnicos repetitivos da linha de frente da informação.

Localização de corpo na capital

Manchete original: "EM BOA VISTA - PM encontra corpo de recém-nascida enterrado por mãe Yanomami próximo à Feira do Produtor"

Sugestão de reescrita: "Em Boa Vista, polícia encontra corpo de recém-nascida enterrado próximo à Feira do Produtor"

Análise técnica: Diante de um fato marcado por vulnerabilidade psicossocial, fixar a condição étnica da genitora atrai julgamentos imediatos da sociedade urbana. A proposta concentra-

se no encontro do corpo pela equipe policial, entendendo que a discussão sobre barreiras linguísticas e condições de saúde da mulher exige tratamento reportorial detalhado e cuidadoso, incompatível com o formato direto de uma manchete.

Casos do portal G1 Roraima

Abuso sexual no interior do estado

Manchete original: "Líder indígena é preso por estuprar três sobrinhas em Normandia, no interior de RR"

Sugestão de reescrita: "Homem é preso suspeito de estuprar três sobrinhas em Normandia, no interior de Roraima"

Análise técnica: Além do uso do papel de liderança para ampliar o impacto da chamada, o título original desrespeita o ordenamento jurídico ao afirmar a culpa do investigado de forma antecipada. A proposta de reescrita remove o viés identitário e ajusta a linguagem ao princípio constitucional da presunção de inocência com a introdução do termo "suspeito de".

Crime contra mulher indígena

Manchete original: "Pai e filho são presos suspeitos de estuprar indígena Yanomami na zona rural de Boa Vista"

Sugestão de reescrita: "Pai e filho são presos suspeitos de estupro na zona rural de Boa Vista"

Análise técnica: Neste registro, a exposição recai sobre o pertencimento étnico da vítima. Mencionar a identidade "Yanomami" da mulher agredida no título principal não contribui para a sua proteção legal; ao contrário, expõe sua privacidade para gerar apelo midiático. A sugestão limpa a chamada, focando a gravidade do fato na ação dos investigados.

Homicídio em área urbana

Manchete original: "Suspeito de matar indígena Yanomami com facada em Boa Vista é preso pela Polícia Civil"

Sugestão de reescrita: "Suspeito de homicídio a facadas em Boa Vista é preso pela Polícia Civil"

Análise técnica: De forma semelhante ao caso anterior, a retirada do marcador étnico da vítima na chamada principal impede a reiteração automática de sentidos que associam os nomes das etnias a episódios de violência urbana. A reescrita preserva a precisão sobre o andamento do procedimento policial.

Atuação de polícia federal envolvendo menor de idade

Manchete original: "Líder de comunidade indígena é preso pela PF suspeito de estuprar e engravidar menina de 11 anos no AM"

Sugestão de reescrita: "Homem é preso pela Polícia Federal suspeito de estuprar e engravidar menina de 11 anos no Amazonas"

Análise técnica: O foco central da informação repousa sobre a gravidade da violência praticada contra a criança e a atuação da instituição policial federal. Deslocar o cargo de liderança comunitária para o título atua dispersando o núcleo do acontecimento e alimentando preconceitos genéricos contra as formas de organização interna dos povos originários.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIZOT, Jacques. *O círculo dos fogos: feitos e ditos dos índios Yanomami*. São Paulo: Edusp, 1988.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa contemporânea*. São Paulo: Summus, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Os Warao no Brasil: contribuições antropológicas para o atendimento humanitário*. Boa Vista: ACNUR, 2021.

A

Acervo — 14, 15, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 136.

Acesso — 13, 15, 38, 39, 40, 41, 59, 65, 66, 68, 69, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 127, 136, 153, 154, 155, 174, 175, 176, 177, 182, 193, 201, 220, 221.

Amazônia — 13, 14, 15, 16, 17, 18, 30, 42, 56, 64, 68, 77, 78, 80, 81, 85, 99, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 127, 129, 166, 174, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 217, 218, 219, 220, 221.

Audiovisual — 16, 89, 91, 92, 97, 165, 168, 176, 180, 187, 188, 189, 192, 201, 203.

B

Boa Vista — 14, 15, 17, 18, 27, 30, 31, 37, 41, 42, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 70, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 138, 139, 153, 169, 172, 175, 223, 228, 232, 234, 235, 236, 237.

C

Cerimonial — 15, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53.

Cibermuseologia — 68, 75, 82.

Cinema — 16, 87, 89, 90, 96, 97, 102, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120.

Cobertura — 17, 18, 127, 135, 136, 138, 139, 141, 146, 150, 153, 157, 160, 169, 175, 176, 205, 207, 208, 210, 211, 221, 224, 225, 227, 229, 231, 232.

Comunicação — 13, 14, 15, 16, 18, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 64, 68, 69, 75, 77, 103, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 145, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 159, 163, 165, 173, 174, 175, 176, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 195, 203, 220, 225, 227, 237.

Comunidades ribeirinhas — 18, 205.

Criminalização — 18, 223.

Cultura — 15, 29, 38, 71, 81, 82, 84, 85, 89, 91, 92, 97, 100, 105, 107, 108, 109, 114, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 133, 150, 152, 153, 154, 162, 174, 175, 181, 193, 202, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 221, 230, 237.

D

Decolonial — 16, 75, 87, 91.

Desinformação — 17, 18, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220.

Desinformação socioambiental — 17, 18, 206.

Digitalização — 15, 40, 67, 68, 69, 73, 77, 81, 84, 127.

Direitos — 26, 33, 39, 42, 59, 66, 137, 160, 162, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 220, 224, 225, 231.

Discurso — 91, 103, 139, 143, 151, 160, 161, 192, 194, 195, 200, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219.

Discurso jornalístico — 143.

E

Educação — 27, 38, 59, 91, 148, 161, 183.

Eleições — 17, 157, 158, 159, 169, 172, 173, 175, 176.

Enunciação — 16, 87, 92, 96, 210.

Espaço — 14, 15, 16, 21, 27, 30, 31, 38, 39, 41, 43, 44, 46, 48, 51, 55, 64, 68, 75, 87, 92, 96, 103, 109, 111, 125, 126, 131, 132, 136, 141, 143, 149, 165, 167, 185, 191, 197, 213, 214, 215, 220, 225, 226, 227, 231, 233.

F

Fronteiras — 18, 60, 66, 93, 107, 112, 119, 132, 146, 150, 173, 179, 186, 196, 223.

G

Garimpo — 26, 28, 31, 33, 37, 40, 229.

H

Haitianos — 14, 15, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66.

I

Identidade — 14, 15, 17, 18, 31, 41, 43, 44, 46, 52, 56, 62, 64, 82, 91, 92, 96, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 118, 119, 126, 133, 137, 184, 189, 196, 200, 214, 223, 225, 226, 228, 232, 233, 235, 236.

Identidade cultural — 52, 109, 112, 133, 184, 189, 214, 232, 236.

Identidade indígena — 18.

Identidade nacional — 214.

Identidades amazônicas — 14, 19.

Imigração — 55, 66, 157, 160, 161, 177.

Imprensa — 14, 17, 18, 26, 33, 35, 40, 42, 136, 139, 148, 149, 152, 153, 167, 224, 229, 231, 232.

Inclusão — 15, 48, 51, 52, 64, 80.

Informação — 47, 68, 69, 79, 83, 84, 125, 127, 128, 129, 144, 149, 150, 153, 166, 180, 195, 197, 211, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 234, 236.

Instagram — 17, 49, 167, 179, 180, 183, 185, 188, 189, 198, 199, 200.

Instituições — 14, 15, 43, 46, 71, 77, 81.

Integração — 24, 57, 62, 63, 64, 65, 79, 117, 163, 188.

J

Jornalismo — 14, 16, 17, 123, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 159, 163, 166, 167, 176, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 227, 231.

Jornalismo investigativo — 17, 213.

L

Linguagem — 94, 119, 140, 150, 165, 187, 188, 192, 194, 195, 200, 227, 235.

M

Memória — 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 52, 56, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 100, 103, 104, 112, 118, 119, 120, 136, 138, 139, 142, 229.

Memória coletiva — 14, 31, 43, 44, 46, 47, 52, 56, 63, 66, 75, 81, 82, 83, 136, 138.

Memória indígena — 14, 22, 39.

Memória institucional — 47.

Mídia — 14, 89, 137, 139, 145, 154, 155, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 176, 184, 185, 186, 203, 206, 207, 209, 225.

Migração — 15, 18, 57, 61, 63, 157, 161, 162, 173, 174, 175, 176, 180, 187, 189, 194, 200, 203, 223.

Migração haitiana — 57, 61.

Migração venezuelana — 173, 194.

Museologia — 15, 67, 68, 72, 74, 75, 77, 81, 85.

N

Narrativas jornalísticas — 18, 138, 142, 166, 168, 207, 211, 223.

Narrativas midiáticas — 14, 165, 223.

Notícia — 83, 87, 100, 123, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 166, 175, 177, 201, 221, 227, 232, 234.

P

Patrimônio — 14, 15, 39, 40, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84.

Patrimônio cultural — 68, 84.

Patrimônio digital — 15, 68, 69, 75, 77, 81.

Performances — 17, 179, 180, 188, 200, 201.

Plataformas — 81, 131, 132, 165, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 195, 199, 201.

Pós-fenomenologia — 205, 206, 210, 212, 217, 218, 219.

Povos indígenas — 14, 21, 41, 42, 108, 114, 209.

R

Racionalidade — 24, 150, 164, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 225.

Recepção — 16, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 159, 160, 161, 163, 168, 174, 175, 176, 192, 196, 197, 200, 230.

Redes sociais — 17, 136, 173, 181, 199, 203.

Reportagens — 14, 21, 22, 30, 32, 33, 36, 37, 130, 141, 166, 172, 187, 206, 208, 210, 212, 217, 219.

Representações — 14, 16, 17, 22, 38, 40, 47, 78, 96, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 118, 122, 154, 158, 163, 165, 166, 167, 168, 186, 194.

Resistência — 15, 16, 31, 39, 41, 64, 67, 75, 82, 89, 90, 96, 140, 174, 183, 207, 210, 217, 220.

Roraima — 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 52, 55, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 110, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 180, 186, 203, 208, 210, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235.

S

Saberes amazônicos — 13, 15, 18.

Seca — 55, 205, 207, 208, 211, 217, 218, 219, 220, 221.

Sensacionalismo — 17, 138, 139, 140, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155.

Sistema de justiça — 18, 230.

T

Territorialidades — 13, 18, 209.

Território — 14, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 32, 36, 37, 45, 58, 60, 77, 89, 92, 96, 118, 184, 215, 225, 229, 230.

V

Venezuela — 17, 22, 23, 60, 157, 158, 159, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 189, 191, 193, 195, 196, 198, 229, 230.

Veracidade — 17, 109, 205, 206, 207, 210.

Violência — 14, 17, 24, 25, 30, 31, 136, 139, 141, 142, 146, 147, 150, 153, 161, 162, 165, 168, 173, 220, 236.

W

Warao — 18, 223, 226, 228, 229, 230, 237.

Warburg — 16, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 121.

Y

Yanomami — 14, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 90, 223, 226, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237.

Abigail Emanuely Reis Ferreira

Abigail Reis é acadêmica de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde também integra o projeto de extensão Diálogos Abertos: Roraima 40 anos. Atua na área de jornalismo, com experiência em produção e reportagem para televisão e comunicação institucional. Desenvolve pesquisas nas áreas de Jornalismo e História, com interesse em temas relacionados à comunicação, memória e desinformação. É autora e coautora de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e possui publicações em veículos jornalísticos e científicos.

Afranio Cardoso dos Santos

Docente do magistério superior no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Roraima (UFRR); mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFRR (2025-2027); Especialização Lato Sensu em Planejamento e Organização de Eventos pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar, 2023-2024); Especialização em Astronomia com ênfase em Planetologia pela Faculdade de Governança, Engenharia e Educação de São Paulo (FGE-SP, 2023-2025), em parceria com a Space Today Educacional Ltda.; bacharel em Secretariado Executivo pela UFRR (2011-2016). Comunicador/radialista com registro profissional, formado pelo curso técnico em Rádio e TV (2018), realizado por meio do projeto extensionista "Técnicas Audiovisuais e Sonoras", promovido pelo curso de Comunicação Social (Jornalismo) da UFRR, em parceria com o Sindicato dos Radialistas Profissionais e Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, Televisão e Publicidade de Roraima (SINDRAP). Foi servidor público por mais de 12 anos no Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCERR), onde desempenhou

atividades secretariais, administrativas e comunicacionais, respectivamente no Departamento Administrativo, na Secretaria de Comunicação e na Assessoria de Cerimonial, como mestre de cerimônias. Enquanto acadêmico, atuou como presidente do Centro Acadêmico de Secretariado Executivo da UFRR (2013-2014) e foi bolsista no Núcleo de Rádio e TV Universitária da UFRR (NRTU/UFRR, 2011).

Ágata do Nascimento Macedo

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFRR/2022) com pesquisa sobre migrações. Tem experiência em assessoria de comunicação (Assessoria da PRF em Roraima). Possui interesse nos seguintes temas: Jornalismo locais/regionais, comunicação pública/privada, opinião pública e migrações.

Anderson dos Santos Paiva

Artista, pesquisador e curador independente voltado para as relações entre arte, ciência, natureza e tecnologia. É professor associado do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRR) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes (PROFARTES/UFAM). Possui Doutorado em Arte Contemporânea (Universidade de Coimbra), Mestrado em Artes Visuais e Graduação em Artes Plásticas (UFBA). É pesquisador do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (Rede Ranauá) e coordenador do Media Lab/UFRR (Rede Media Lab/Iberoamérica), onde desenvolve pesquisas sobre arte multimídia, cultura digital, gamificação, políticas culturais, economia criativa, cinema e audiovisual. Atualmente exerce a função de diretor do Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA/UFRR), a coordenação do Núcleo Arte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a coordenação pedagógica do Polo Arte/UFRR (Rede Arte na Escola) e

a representação estadual da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (Anpap).

Anderson dos Santos Paiva

Artista, pesquisador e curador independente voltado para as relações entre arte, ciência, natureza e tecnologia. É professor associado do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRR) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Artes (PROFARTES/UFAM). Possui Doutorado em Arte Contemporânea (Universidade de Coimbra), Mestrado em Artes Visuais e Graduação em Artes Plásticas (UFBA). É pesquisador do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (Rede Ranauá) e coordenador do Media Lab/UFRR (Rede Media Lab/Iberoamérica), onde desenvolve pesquisas sobre arte multimídia, cultura digital, gamificação, políticas culturais, economia criativa, cinema e audiovisual. Atualmente exerce a função de diretor do Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA/UFRR), a coordenação do Núcleo Arte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a coordenação pedagógica do Polo Arte/UFRR (Rede Arte na Escola) e a representação estadual da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (Anpap).

Arthur Ivan Gadêlha Vilhena

Graduado em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atuou no projeto Cine UFPEL para escolas e asilos, promovendo sessões de exibição cinematográfica em contextos educativos com foco na formação de público e no fortalecimento do cinema como espaço de reflexão crítica. Atualmente, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde desenvolve pesquisa sobre o cinema indígena, com ênfase na obra de Jaider Esbell

Bárbara Moraes da Costa de Souza

Possui Graduação e Pós-Graduação em Secretariado, formação acadêmica pela Universidade Federal de Roraima (2003). Atualmente é Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR. Tem experiência na área Administrativa, com ênfase em SECRETARIADO, atuando no Relacionamento com Cliente, Gestão Secretarial, Organização de Eventos e Gestão Documental.

Bruna Dionísio Castelo Branco

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (2008) e especialização em Pós-Graduação Latu Sensu em Comunicação Pública pelo União Brasileira de Faculdades (2024) . Atualmente é Jornalista do Instituto Federal de Roraima. Tem experiência na área de Comunicação.

Daniela Batista da Silva

Formada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), com experiência em pesquisa e extensão em temas de webjornalismo, audiovisual, causas ambientais, fotografia e migrações. Participou dos grupos de pesquisa "Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: Jornalismo, Migrações e Audiovisual" e "AMAZOOM - Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe", e atualmente integra o grupo "Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: Olhares da Amazônia". Atuou em projetos de extensão, incluindo "COMCIÊNCIA - Plataforma de Produção e Divulgação de Conteúdo Científico" e "AMAZOOM - Agência de Produção, Verificação e Curadoria de Conteúdo". Foi congressista e membro da comissão organizadora do "XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte (Intercom Norte 2023)", além de coautora de três projetos premiados na Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação a nível regional. Foi Beneficiada com duas bolsas de iniciação científica no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFRR (2021-2022 e

2022-2023), apresentando o trabalho Práticas etnocomunicativas do Movimento dos Povos Indígenas na Pan-Amazônia no XXII Encontro do Programa de Iniciação Científica em 2023. Também integrou a comissão organizadora do seminário "O Futuro é Indígena: 30 Anos da Demarcação da Terra.

Érica Patrícia Rodrigues Figueredo

Graduada em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (2006), licenciada em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022) e pós-graduada em Educação, Cultura e Diversidade pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci em 2023, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Roraima, linha 1 Comunicação, Memória e Identidades. Atua na Escola Judicial de Roraima, unidade do Tribunal de Justiça de Roraima, função técnica especializada. Tem experiência nas áreas de Educação na rede estadual de ensino de Roraima; e Jornalismo com ênfase em Telejornalismo.

Isabella Castro Fernandes

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) (2023). Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRR (PPGCOM/UFRR), com pesquisa voltada à representação da Amazônia no audiovisual. Atua como assessora de comunicação na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima (Faperr), com experiência em jornalismo, assessoria de comunicação, produção de conteúdo institucional, gestão de mídias digitais, fotografia, design gráfico e edição audiovisual.

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho

Docente do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Doutor em

Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), com pesquisa sobre telejornalismos locais e regionais, e bolsa PDSE/Capes para período de estudos na Deakin University, Melbourne, Austrália. No mestrado (PPGCOM/UFJF) pesquisou a qualidade no telejornalismo em emissoras públicas e privadas. Realizou estágio pós-doutoral na Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR/Venezuela) na interface entre decolonialidade e telejornalismo. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFV), especialização em Jornalismo Político (AVM) e MBA em Administração de Empresas (FGV). Atualmente realiza pós-doutorado na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/São Paulo, com bolsa PDJ/CNPq), com pesquisa sobre performance, audiovisual e migrações. Possui experiência profissional em jornalismo multimídia (A Gazeta-ES, Portal Gazeta Online e TV Gazeta) e em telejornalismo (TV Gazeta, afiliada à Rede Globo - reportagem e apresentação do ESTV Primeira Edição). Também atuou em emissora pública (TV Viçosa). Líder do Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual (UFRR/CNPq), Diretor Regional Norte da Intercom (2023-atual) e Coordenador Geral do Intercom Júnior na Intercom (2023-atual). Foi coordenador (2022-2023) e vice-coordenador (2020-2021) do IJ de Comunicação Audiovisual da Intercom. Também coordenou o Curso de Jornalismo (2021-2023) e o PPGCOM (2024-2026) da UFRR e, na mesma instituição, integrou comitês e conselhos, como o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Câmara de Extensão, entre outros. É integrante da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Rede Telejor). Possui interesse nos seguintes temas: audiovisual, telejornalismo, telejornalismos locais/regionais, comunicação pública, decolonialidade e migrações.

Luis Francisco Munaro

Pesquisador de temas relacionados à história das ideias e dos intelectuais, história da Amazônia e ciência política. Atualmente, tenho me dedicado à compreensão da alteração do ambiente intelectual e cultural brasileiro nos últimos 60 anos, por meio do estudo de vários grupos de intelectuais. Além disso, tenho estudos sobre a Amazônia e sua construção histórica e conceitual ao longo dos anos, o que rendeu as obras organizadas "Terra das Letras Mortas" e "Rios de Palavras"; e séries de estudos sobre a história dos jornais e do jornalismo, inclusive a obra "O nascimento do jornalismo português livre". Outros dados: Professor associado no Curso de Jornalismo da UFRR, Pós-doutorado em História pela UFAM (Manaus-AM), doutorado em História Moderna pela UFF (Niterói - RJ), mestrado em Jornalismo pela UFSC (Florianópolis - SC), graduação em Jornalismo pela UNICENTRO (Guarapuava - PR) e em História pela UNICENTRO (Guarapuava - PR).

Maurício Elias Zouein

Possui Bacharelado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Roraima (2001), Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Católica de Brasília (2009), Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e Pós Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas/ Comunicação Social na linha de pesquisa: Modos Epistemológicos, Teorías Interdependientes y Complejidad Social pela Universidad de la República del Uruguay (2022). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Roraima (Curso de Comunicação Social - Jornalismo e Programa de Pós Graduação em Comunicação), Coordenador do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia e do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cultura e Tecnologia (CNPq). Tem experiência na área de Comunicação e História, com ênfase em Comunicação Visual e História da Amazônia, atuando

principalmente nos seguintes temas: audiovisual, imagem, jornalismo, semiótica e Visualidades Amazônicas.

Pamella Thyanne de Freitas

Possui bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Roraima (2017), licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Roraima (2022), pós-graduação lato sensu em Metodologia do Ensino de Arte, em Direitos Humanos, ambas pela Faculdade de Educação São Luís (2018), e pós-graduação lato sensu em Tecnologias Digitais e Inovação na Educação pela Faculdade Única de Ipatinga (2021).

Rafael Sbeghen Hoff

Graduado em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (2001), Mestre em Letras e Cultura Regional pela Universidade de Caxias do Sul (2005) e doutor em Ciências da Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Pós-doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Processos Imagéticos (PRIMA - UFAM), pesquisador do Grupo de Ações e Investigações Autopoiéticas (GAIA - UFERSA) e também do Observatório de Comunicação e Cultura da Amazônia e Caribe (AMAZOOM - UFRR). Professor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima na linha de pesquisa Comunicação, Memória e Identidades. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, na linha de pesquisa 2 - Comunicação, informação e cultura. Coordenador do Observatório da Desinformação e Discurso de Ódio na Amazônia. Coordenador do PPGIC-UFAM no período 2026-2027. Tem experiência profissional e acadêmica na área de Comunicação, com ênfase em Mídias Eletrônicas.

Simão Farias Almeida

Possui Graduação em Letras (2000), Comunicação Social - Jornalismo (2001), Mestrado e Doutorado em Letras (2003; 2012) (UFPB), e pós-doutorado em Comunicação com a pesquisa Negacionismo tóxico, atravessamentos pós-coloniais e co-culturais em narrativas de emergência climática (UFC). Atualmente é Professor Associado IV do Curso de Jornalismo, dos Programas de Pós-graduação em Comunicação e Interdisciplinar em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão a respeito de epistemologias pós-coloniais e vulnerabilidades socioambientais a danos ambientais, mudanças climáticas e desvios informacionais (desinformação, fake, negacionismo) representados na comunicação, no jornalismo e no cinema. Atualmente, tem foco na popularização de uma epistemologia da integridade da informação e seus estudos historicistas, socioambientais e discursivos do Antropoceno (ver no canal do Youtube Olhares Amazônia pesquisa) e de uma epistemologia socioambiental de mosaicos ecológicos em narrativas cinematográficas. É líder do grupo de pesquisa Comunicação socioambiental dos biomas brasileiros desde a Amazônia (UFRR/CNPq), membro da Rede Nacional de parceiros pela integridade da informação sobre mudança do clima - RPIIC (coordenando um dos pontos focais), membro da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e do Fórum Permanente pelo Protagonismo Amazônida.

Tarsira Rodrigues

Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Estácio da Amazônia (2010), mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente é chefe da Assessoria do Núcleo de Comunicação do TRIBUNAL DE JUSTICA DE

RORAIMA. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Assessoria de imprensa, Jornalismo Impresso, Digital, Televisão e Rádio.

Tatiane Hilgemberg

Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com período sanduíche na Curtin University (Austrália). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto (Portugal/2010). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). E Especialista em Gestão do Esporte pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2023, recebeu o Fulbright Junior Faculty Member Award para trabalhar como Pesquisadora Visitante na University of Texas at Arlington. Foi diretora Regional Norte da Intercom (2020-2023) e coordenadora do GP Comunicação e Esporte (2021-2023) da mesma Associação. Membro do Coletivo Marta (Grupo de Pesquisa em Comunicação e Culturas Esportivas) da UFMG, do Conselho Editorial da Revista Cambiassu e do Conselho Consultivo da Revista Recorde. Áreas de pesquisa em que atua: Mídia, Esporte e Deficiência; Estudos de Gênero, Representação, Identidade e Mídia, Corpos e Comunicação.

Thaislla Carla Ribeiro Da Silva

Acadêmica do 6º período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Possui experiência nas áreas de assessoria de comunicação institucional e política. Integra o projeto de pesquisa "Competências performativas em conteúdos audiovisuais de imigrantes venezuelanos na plataforma de mídia

social Instagram”, desenvolvendo estudos voltados à comunicação digital e à produção audiovisual nas redes sociais.

Vângela Moraes

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). É graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003), doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2013) e pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (2023). Pesquisa temas sobre midiativismo, povos indígenas e processos migratórios em contexto amazônico. É membro do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: processos sociais e simbólicos (Geifron/UFRR), do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (Nups/UFRR), do Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (Amazoom/UFRR) e do grupo de pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente (UFRR). Coordena o projeto de extensão Somos Migrantes e lidera o projeto de pesquisa sobre comunicadores indígenas em Roraima.

AMAZÔNIA COMUNICADA:

identidades amazônicas em
perspectiva comunicacional

Amazônia Comunicada: identidades amazônicas em perspectiva comunicacional reúne pesquisas, reflexões e experiências que exploram as múltiplas formas de produção, circulação e disputa de sentidos sobre a Amazônia no contemporâneo. A obra aborda temas como mídia, jornalismo, culturas indígenas, migrações, fronteiras, memórias, patrimônio, narrativas digitais e práticas comunicacionais em diferentes territórios amazônicos, com especial atenção à diversidade de sujeitos, vozes e epistemologias que constroem a região.

Ao articular comunicação, território e identidades, o livro reafirma a Amazônia como um espaço vivo de resistências, saberes e invenções, deslocando estereótipos e evidenciando suas complexidades. Os capítulos, produzidos por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país, contribuem para pensar uma comunicação comprometida com a justiça epistemológica, a democratização da informação e o fortalecimento das sociedades amazônicas.

Esta obra é um convite ao diálogo e à escuta, valorizando as narrativas que emergem dos rios, florestas, cidades e comunidades que fazem da Amazônia um território plural, estratégico e profundamente comunicacional.

“A Amazônia não é apenas um território a ser representado, mas um espaço que comunica, produz sentidos e reinventa o futuro.”

TERRITÓRIOS
PESSOAS
NARRATIVAS
CONEXÕES

